

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIMAS BEZERRA MARQUES

**Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê**  
A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês  
(Capitania de Pernambuco, 1660-1778)

Maceió  
2014

DIMAS BEZERRA MARQUES

**Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê**  
**A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês**  
**(Capitania de Pernambuco, 1660-1778)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano

Maceió  
2014

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade**

- M357p Marques, Dimas Bezerra.  
Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe esta mercê: a influência da Guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778) / Dimas Bezerra Marques. – Maceió, 2014.  
145 f.
- Orientador: Antonio Filipe Pereira Caetano.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2014.
- Bibliografia: f. 123-135.  
Anexos: f. 136-145.
1. Elites (Ciências sociais). 2. Pernambuco – História, 1660-1778. 3. Alagoas – História. 4. Palmares – História. 5. Paulistas. 6. Mercês. I. Título.

CDU: 981.027

**Folha de Aprovação**

DIMAS BEZERRA MARQUES

Pelo Bem de Meus Serviços, Rogo-lhe está Mercê: a influência da Guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778).

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 29 de setembro de 2014.



Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano (Orientador)  
Universidade Federal de Alagoas

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida (Examinador Externo)  
Centro Universitário CESMAC



Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Examinador Externo)  
Universidade de Pernambuco



Profª. Drª. Célia Nonata da Silva (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Alagoas

A meus pais, Fábio e Rosana, a minha princesa Aline e aos meus amigos do GEAC...

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Fábio e Rosana, pelo amor, carinho e apoio. A minha amada Aline, pelo amor e apoio desde a época da seleção. Aos meus amigos, parceiros e irmãos do GEAC, Arthur, Lanuza e Alex por essa parceria incrível, pelas conversas, bagunças, brigas e tudo o mais que está contribuindo para a historiografia alagoana. Ao Gian, Karol, Everton, Osmundo (GEAC segue cada vez mais forte). Ao Filipe, pela orientação, amizade, parceria, compreensão, oportunidade (ainda te deixarei de queixo caído).

Agradeço a CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa, concedido através de bolsa. Ao PPGH por ter, finalmente, instalado o mestrado (era desejo poder cursá-lo na UFAL). A professora Célia Nonata e ao professor George Félix, membros da minha banca de qualificação, pelas críticas, sugestões e pelo voto de confiança. Agradeço os membros da banca de defesa, Célia Nonata, Rômulo Nascimento e Luiz Sávio de Almeida, pelas importantes críticas e sugestões.

Deixo meus agradecimentos aos colegas de no Mestrado (não citarei os nomes para não esquecer) pelas conversas, risadas, discussões. Aos professores que ministraram aulas pelas sugestões, discussões. Aos colegas de graduação e especialização. Aos professores dos ditos cursos. Todos com quem tive contato contribuíram de alguma forma.

Agradecimentos especiais a todos aqueles que me presentearam com livros, foram muitos nesses anos. Vocês contribuíram com meu conhecimento e minha biblioteca.

*“Apesar de serem tão poucos os nossos, procediam com tanto valor em tão incapaz situação no que deviam e se esperava, que não desmereciam um ápice um do outro. Então, era aproveitar fortuna tão propícia e parcial: cada soldado por si procurava sair em busca de glórias, e espalhavam-se por aqueles desertos como dominadores e quais verdadeiros senhores dos palmares.”*

*(FONSECA, Pedro Paulino da, p. 61)*

## RESUMO

Os Mocambos de Palmares duraram mais de um século. As primeiras tentativas de destruição por parte do governo da Capitania de Pernambuco datam de 1602. Durante o domínio holandês, duas entradas foram executadas pelos batavos, em 1644 e 1645. Entretanto, seria após a restauração da Capitania que as expedições começariam a ser organizadas com mais intensidade. Sabe-se que durante a segunda metade do século XVII várias expedições militares foram mandadas para combater os Palmares, levando consigo centenas de soldados. Muitos deles faziam parte da elite pernambucana, assentada na concessão de títulos honoríficos e *status* social, advindos da conquista e povoação do território e da restauração em 1654. Muitos desses prêmios foram requeridos e ganhos através dos serviços prestados nesses conflitos, e, algumas vezes, deixados para as gerações subsequentes, mecanismo que garantia a perpetuação do poder e do prestígio de uma família. Entretanto, os bandeirantes paulistas foram chamados a combater nos Palmares, contribuindo com sua destruição. Nesse sentido, ganharam mercês, o que incluía extensos lotes de terra na região palmarina, o que lhes garantiu bases para o enraizamento em Pernambuco.

**Palavras-chave:** Palmares; Mercês; Elites; Pernambuco; Paulistas

## ABSTRACT

The Shanties Palmares lasted for over a century. The first attempts of destruction by the government of the province of Pernambuco dating back to 1602. During the Dutch rule, two inputs were executed by the Batavians in 1644 and 1645. However, would be after the restoration of the Captaincy that shipments would begin to be arranged with more intensity. It is known that during the second half of the seventeenth century, several military expeditions were sent to fight the Palmares, carrying hundreds of soldiers. Many of them were part of Pernambuco, elite seated in awarding honorary titles and social *status*, resulting from the conquest and settlement of the territory and the restoration in 1654. Many of these awards were required and gains through the services provided in these conflicts, and sometimes left for subsequent generations, a mechanism that guarantees the perpetuation of power and prestige of a family. However, the pioneers Paulistas were called to fight in Palmares, contributing to its destruction. In this sense, gained favours, which included extensive tracts of land in Palmarina region, which assured them bases for rooting in Pernambuco.

**Keywords:** Palmares; Favours; Elites; Pernambuco; Paulistas

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

<b>Quadro 1 - Expedições realizadas contra Palmares (1602-1749) .....</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 1 - Soldados que lutaram nas guerras holandesas e nos Palmares (1645-54) .....</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 2 - Serviços pecuniários em Palmares (1654-1706) .....</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 3 - Descendentes de participantes das Guerras nos Palmares .....</b>	<b>100</b>
<b>Tabela 4 - Indivíduos que permaneceram em Pernambuco .....</b>	<b>107</b>
<b>Tabela 5 - Indivíduos que saíram de Pernambuco .....</b>	<b>109</b>

**LISTA DE ABREVIATURAS**

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

CHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico Alagoano

IAGA - Instituto Archeologico Geographico Alagoano

RIAGA - Revista do Instituto Archeologico Geographico Alagoano

RIAHGP - Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano

RTIHGEB - Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico Etnographico Brasileiro

RTHG ou JHGB - Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AS MERCÊS DE PALMARES NA HISTORIOGRAFIA</b> .....	<b>17</b>
1.1 - As “histórias do Brasil” .....	18
1.2 - Historiografia clássica .....	19
1.3 - A produção atual .....	24
1.4 - A historiografia alagoana .....	29
1.5 - Os Institutos Históricos .....	47
1.5.1 – IHGB .....	47
1.5.2 – IAHGP .....	49
1.5.3 – IHGAL .....	50
<b>CAPÍTULO 2 – LUTANDO CONTRA PALMARES E GANHANDO MERCÊS</b> .....	<b>56</b>
2.1 - Inúmeras Expedições: Um Apanhado Geral .....	57
2.2 - Como bons vassalos: Os serviços prestados .....	66
2.2.1 - Perigos, exaustões e apuros: As dificuldades enfrentadas nas entradas .....	72
2.2.2 - Degolar negros e queimar suas roças .....	76
2.2.3 - Para os abastados, o sustento da guerra .....	82
<b>CAPÍTULO 3 – A CONQUISTA DE MERCÊS, O SÉCULO XVIII E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE</b> .....	<b>89</b>
3.1 - Da ascensão militar à posse de terras .....	90
3.2 - Uma elite consolidada através de seus descendentes .....	98
3.3 - Não foram só os paulistas que desembarcaram nos Palmares .....	104
3.4 - Uma elite só se forma por meio da posse de terras .....	111
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>123</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com os Mocambos de Palmares foi na graduação, especificamente no programa de iniciação científica. No referido projeto, pude desenvolver uma pesquisa acerca das elites administrativas na região sul da Capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas. Tomando como base a documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referente à Capitania de Alagoas, fontes até então minimamente trabalhadas dentro da historiografia alagoana<sup>1</sup>, percebemos que a elite “alagoana”<sup>2</sup> havia consolidado seu poder, durante o século XVIII, a partir da aquisição de benesses junto ao Rei de Portugal.

Eram cargos na administração local e postos militares nas companhias de ordenança, milícias, e tropas pagas das vilas de Porto Calvo, Alagoas do Sul, Penedo e seus termos. Esses títulos conferiam aos indivíduos *status* político-social e eram distribuídos com certa regularidade através dos anos. Entretanto, para conseguir o privilégio real, o sujeito tinha que mandar um requerimento atestando seu merecimento, o que poderia ser feito por meio de uma folha de serviços onde o suplicante mostrava seus feitos em benefício de sua Alteza, solicitando, ao mesmo tempo, uma recompensa pelas proezas.

Os cargos, por sua vez, eram estritamente de ordem local, nomeadamente os da Câmara, como escrivães, juízes e tabeliães; assim como os postos militares, que constituíam uma carreira, indo de soldado ao posto de Mestre de Campo. Os modos de distribuição eram três. Havia os prêmios para aqueles que serviam ao Rei em guerras, no bem comum, ou com doações financeiras; tinha os cargos dados aos filhos ou netos, como herança de família ou dotes de casamento; por fim, os ofícios vendidos. Essa prática, denominada *venalidade*, beneficiava os indivíduos que não possuísem uma folha de serviços digna, ou que não fossem membros de grandes famílias, mas que possuísem boas quantias em dinheiro.

Analisando os serviços daqueles que galgavam uma mercê, víamos a presença das guerras contra Palmares nos discursos de merecimentos. Algo relativamente pequeno, tendo em vista a limitação das fontes, mas que guardava um grande potencial para uma pesquisa

---

<sup>1</sup>Até 2009 a única obra que havia se debruçado sobre essas fontes, ainda sim, para o século XIX, foi a do historiador Luiz Sávio de Almeida, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1995, e publicada em 2008. Cf. ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula o Capitão de Todas as Matas*. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008.

<sup>2</sup>Usa-se o termo entre aspas por se tratar de uma região que fazia parte da Capitania de Pernambuco, tendo se desmembrado no século XIX, em 1817. Para mais informações, CAETANO, Antonio Filipe P. “Existe uma “Alagoas Colonial”? Notas preliminares sobre os conceitos de uma conquista Ultramarina”. *Crítica Histórica: Revista de História da UFAL*. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica. Número I, Ano I, Julho/2010. Maceió, CPDHis, 2010. *On-line*, Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/> (Acesso em 15/10/2014, 16:32).

maior. Sabe-se que os Mocambos palmarinos resistiram durante mais de um século aos ataques luso-brasílicos. Foram inúmeras expedições, envolvendo centenas de indivíduos, não só de Alagoas, mas de toda a Capitania pernambucana, bem como de outras partes da conquista.

Desse modo, tendo acesso a outras fontes, poderíamos descobrir um número de maior de sujeitos que participaram das empreitadas nas matas. Poder-se-ia determinar em quais expedições eles participaram, bem como as dificuldades pelo que passaram, os tipos de serviços realizados, o que incluía a destruição de casas, captura e morte de palmarinos. E o mais importante, situar as mercês requeridas dentro de um contexto local, o que poderia contribuir para uma compreensão sobre os indivíduos que as conseguiram.

Esses discursos poderiam constituir uma memória para aqueles que lutaram nas guerras. Um mecanismo que seria usado para a conquista de suas mercês. Como Maria Lêda de Oliveira afirma, *uma das chaves para se entender essa memória encontrar-se-á, possivelmente, no estudo detalhado relativo aos interesses dos cabeças implicados na guerra e nos ganhos dela advindos, assim como no jogo de interesses relativos à posse da terra*<sup>3</sup>. Essa última, por sua vez, pensamos ser uma das motivações para alguém decidir se infiltrar nas matas atrás dos Mocambos. Foi o que motivou os paulistas a saírem dos sertões do Piauí, percorrendo extensos caminhos, para chegar a Pernambuco e travar guerra contra Zumbi e seus homens.

Pensa-se que as tropas de Domingos Jorge Velho tenham usufruído das sesmarias para se consolidarem na região palmarina. Sabe-se que eles permaneceram nas matas e formaram um terço com o objetivo de vigiar e conter possíveis ameaças dos sobreviventes, que ainda resistiram durante o século XVIII. Como conseguiram mercês nobilitantes, a exemplo dos Hábitos de Cristo, poderiam atestar pra si o título de elite. Mas um tipo diferente da nobreza pernambucana, marcada pela conquista e povoamento da região; pela luta e expulsão dos holandeses e pelas tentativas de recuperação de seus escravos nas guerras contra Palmares.

Em relação às fontes usadas para essa pesquisa, nos debruçaremos, em grande parte, nos documentos avulsos referentes a Pernambuco contidos no Arquivo Histórico Ultramarino, pois eles apresentam registros de requerimentos de mercês por parte dos soldados que sobreviveram. São solicitações de Hábitos, cargos administrativos, sesmarias, bem como editais para postos militares, os quais tinham como regra a discriminação dos serviços prestados pelos indivíduos. Segundo Flávio Gomes,

---

<sup>3</sup>OLIVEIRA, Maria L. "A primeira relação do último assalto a Palmares". *Afro-Ásia*. Nº 33, 2005, p. 263.

*essas cartas e registros de patente recuperam uma interessante face sobre Palmares. Tratam-se das solicitações de pensão, pecúlio, terras e padrões feitas por antigos militares – ou mesmo descendentes deles – que justificam seus pedidos, relatando brevemente participações assim como atos de bravura e heroísmo em guerras contra Palmares*<sup>4</sup>.

Para complementar, fizemos uso de alguns documentos provenientes das Chancelarias régias dos Reis Afonso VI, D. Pedro II e D. João V, bem como habilitações da Ordem de Cristo e registros gerais de mercê, todos salvaguardados na Torre do Tombo, em Lisboa. Trata-se de fontes específicas sobre alguns indivíduos residentes em “Alagoas”, que lutaram nas guerras de restauração e nas campanhas de Palmares<sup>5</sup>.

Outros fundos usados foram os 2º livro de vereações da Câmara de Alagoas do Sul, depositados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, que cobrem o período que vai de 1668 até 1681, e nos trazem algumas doações de patentes a soldados com experiência nos Palmares. Outrossim, faremos uso de algumas fontes compiladas por Ernesto Ennes, Décio Freitas e Flávio Gomes, no que diz respeito a requerimentos e concessões de mercês<sup>6</sup>. Nesse sentido, é importante fazer o diálogo dessas fontes com a bibliografia, do mesmo modo com outros documentos, já bastante conhecidos, como a *relação das guerras...*, de 1675, para construir um contexto no qual são inseridos os soldados.

Não se pretende aqui fazer uma história dos vencedores, no sentido que Dirceu Lindoso afirma<sup>7</sup>, menosprezando a memória dos palmarinos, bem como a historiografia produzida até o momento. Entretanto, pensa-se que o objeto da história pode e deve ser amplo a ponto de fazermos determinadas escolhas para a pesquisa. Pretendemos, com isso, dar a nossa contribuição, a partir de um novo viés historiográfico, e, de interpretação das fontes, acerca de um fenômeno marcante na história dos conflitos sociais no período colonial que foi a guerra contra os Mocambos de Palmares.

Nesse sentido, no primeiro capítulo intitulado **As mercês de Palmares na historiografia**, arrolaremos as obras publicadas sobre a história de Palmares a fim de situar o estudo das mercês. Entre livros, capítulos de livros, artigos em revistas, dividiremos os tópicos de acordo com o modo como Palmares foi abordado, nos compêndios de História do

<sup>4</sup>GOMES, Flávio. *Palmares*. Escravidão e liberdade no Atlântico sul. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 41-42.

<sup>5</sup>Todos esses documentos foram compilados por Alex Rolim, a quem agradeço a gentil cessão.

<sup>6</sup>ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*. (Subsídios para sua história). 1º Volume – Domingos Jorge Velho e a “Tróia negra” (1687-1700). São Paulo/Recife/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia editora nacional, 1938; FREITAS, Décio. *República dos Palmares*. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004; GOMES, Flávio. (Org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

<sup>7</sup>LINDOSO, Dirceu. “Uma cultura em questão: a alagoana” In: LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da Província*. Estudos da cultura alagoana. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2005.

Brasil; nas revistas dos Institutos Históricos brasileiro, pernambucano e alagoano; na historiografia clássica, marcada pelas obras de Ernesto Ennes, Edison Carneiro e Décio Freitas; na produção atual, com destaque para os estudos de Flávio Gomes e Silvia Lara; por fim, a produção realizada em Alagoas, que se valeu da condição geográfica para reivindicar uma identidade “alagoana” ao tema palmarino. Não pretendemos aqui fazer uma análise historiográfica completa, algo que denotaria grande folego de pesquisa. Em todas essas obras, tentaremos, apenas, abordar o modo como o assunto das mercês foi discutido, buscando, também, arrolar o máximo de publicações sobre Palmares, a fim de referenciá-los aos leitores e pesquisadores do assunto.

No capítulo dois, **Lutando contra palmares e ganhando mercês**, discutiremos os tipos de serviços realizados pelos indivíduos que lutaram nas expedições, bem como outros serviços, como as guerras contra os holandeses. Tentaremos compreender as dificuldades que os soldados enfrentavam nas expedições, que variavam entre abrir caminhos nas densas matas, às fomes, sedes e doenças resultantes do esforço extremo. Por outro lado, analisaremos os feitos dos soldados durante os embates, a fim de compreender a construção de um discurso heroico, já que muitos deles, certamente mataram muitos palmarinos. Outro tipo de serviço recorrente nas fontes era o financiamento de uma expedição por parte de um soldado mais abastado. Muitos dos expedicionários eram membros da elite local e podiam arcar com algumas despesas, o que lhes garantiria mais pontos em suas folhas.

Por fim, no capítulo três, **A conquista de mercês, o século XVIII e a formação de uma nova elite**, abordaremos as mercês propriamente ditas, e, ao contrário do que foi feito inicialmente na graduação, trabalharemos com outros tipos de premiação, como os hábitos das ordens militares, as tenças e sesmarias. Então, situaremos os indivíduos que lutaram em Palmares e conquistaram suas recompensas. Da mesma forma, na esteira do que foi visto antes, analisaremos soldados que deixaram suas mercês como herança, usando de um mecanismo de hereditariedade para consolidar o *status* de sua família, algo marcante no século XVIII. Em seguida, alimentando uma de nossas hipóteses, analisaremos a situação dos paulistas, detentores de algumas das sesmarias distribuídas na região palmarina. Buscamos entender se eles chegaram a ocupar a região, enraizando-se em Pernambuco, e, desse modo, vindo a constituir uma nova elite, às margens da já consolidada elite pernambucana.

## CAPÍTULO 1 – AS MERCÊS DE PALMARES NA HISTORIOGRAFIA

Em livro recente, Jean Marcel França e Ricardo Ferreira procuraram mostrar os modos como Zumbi era mostrado pela historiografia ao longo dos séculos<sup>8</sup>. Segundo os autores, Palmares começou a aparecer como tema de escrita e reflexão ainda em seu período de vigência, a partir dos relatórios e cartas administrativas e militares. Como assunto de escrita historiográfica, podemos dizer que foi com Sebastião da Rocha Pitta, no século XVIII, que os Mocambos de palmares tiveram um primeiro estudo.

Desde então, a historiografia sobre o tema foi crescendo, alcançando o século XXI com importantes trabalhos, que buscaram, ao seu modo, e dentro das limitações da época, entender a dinâmica interna dos Mocambos e o modo como o governo colonial buscou destruí-los. No tocante ao conjunto de escritos sobre Palmares, podemos afirmar que ela é peculiar. É extensa, entretanto, são poucos os livros que tratam especificamente sobre o tema. Vemos diversos artigos publicados em periódicos e coletâneas. Todavia, os compêndios de História do Brasil, e, principalmente, de História de Alagoas abrigaram, no mínimo menções, se não, capítulos sobre a luta dos palmarinos pela liberdade. Além de Jean França e Ricardo Ferreira, alguns autores tentaram compreender o conjunto parcial dessa historiografia, apontando suas principais características, refletindo sobre seus avanços e/ou retrocessos. Destacamos o trabalho, ainda sem publicação, de Andressa Mercês Barbosa Reis<sup>9</sup>.

Buscamos, nesse capítulo, fazer uma abordagem acerca do que foi produzido sobre os Mocambos palmarinos. Entretanto, faremos isso com o objetivo de situar um tema até então pouco trabalhado, que é o das mercês adquiridas depois dos conflitos. Funcionando, também, como uma tentativa de arrolamento maciço de obras e textos publicados, tentaremos entender como o tema das mercês era tratado dentro da história de Palmares. É certo que tivemos que nos limitar a análises superficiais, ou melhor, resumos sobre cada obra. Já que temos um foco, e, pelo tempo e espaço necessários para esse tipo de estudo, sabemos que um trabalho de análise historiográfica necessitaria do espaço exclusivo de uma dissertação para poder discutir todas as nuances de mais de dois séculos de produção.

Nesse sentido, dividimos essa historiografia em tópicos, livremente denominados, que versam sobre os compêndios gerais de história do Brasil; a historiografia clássica e a produção atual. Dedicamos um tópico a historiografia alagoana, por ter produzido vários

---

<sup>8</sup>FRANÇA, Jean Marcel C.; FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Três Vezes Zumbi*. A construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

<sup>9</sup>REIS, Andressa M. B. *Zumbi: Historiografia e Imagens*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2004.

estudos sobre o tema; e a produção dos Institutos históricos, nomeadamente o brasileiro, pernambucano e alagoano. Tratamos apenas com textos publicados e de caráter historiográfico. Ficaram de fora obras sem publicação, romances e trabalhos arqueológicos. Poderemos constatar, assim, a relevância do tema das mercês de Palmares na historiografia, bem como afirmar o caráter inédito de um trabalho sistemático, que é o que se almeja.

### 1.1 – As “histórias do Brasil”

Varnhagen, o precursor da história do Brasil, entre 1854 e 1857 lançava sua *história geral do Brasil*, em cinco volumes, almejando compreender todo o período colonial. Para Palmares, o autor dedicou breves palavras, com enfoque em sua conquista. No geral, ele fala da formação no período holandês e dos esforços, em 1687, pela contratação dos paulistas. Podemos destacar sua afirmação de que o foco dos conflitos foi nos sítios de Atalaia e Jacuípe. Pela primeira vez vemos Anadia aparecer como uma sesmaria dada aos paulistas. Das mercês acertadas, além das terras, quatro hábitos das ordens militares<sup>10</sup>.

Em 1880, o português Oliveira Martins publicava seu *Brasil e as colônias portuguesas*. O autor fala pouco sobre Palmares, mas ganhou certa importância por ser ele quem o adjetivou de “Troia negra” pela primeira vez, comparando o episódio a uma *Ilíada*. Dessa comparação saiu o final épico do suicídio de Zumbi e seus homens<sup>11</sup>. Ao descrever o Quilombo, o autor chega a compará-lo com os romanos, mas não passa disso.

Em 1959, Pedro Calmon lançava, em sete volumes, sua história do Brasil. Falando sobre Palmares, o autor narra às expedições de Fernão Carrilho e Domingos Jorge Velho, entrelaçando, em meio à discussão, com a ida de alguns paulistas ao Rio Grande para lutar na guerra do Açú. Em relação a mercês, Calmon nos traz uma informação nova. Após a expedição vitoriosa, *foram premiados com sesmarias vastas os melhores sertanistas, a começar por Fernão Carrilho, que teve 20 léguas, Manuel Lopes oito*<sup>12</sup>. Além disso, cita o acordo de Jorge Velho, em que pedia sesmarias e patentes.

Em 1961, Pedro Octávio da Cunha, contribuindo para *História geral da civilização brasileira*, faz um pequeno esboço do período do Quilombo dos Palmares em que entrelaça seus aspectos com informações sobre a guerra dos Bárbaros e sublevações na Bahia. O

<sup>10</sup>VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo terceiro. 4ª ed. São Paulo: Edições melhoramentos, 1951, pp. 256-257.

<sup>11</sup>MARTINS, Joaquim Pedro de O. *O Brasil e as Colônias Portuguezas*. 5ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1920, pp. 64 e 66.

<sup>12</sup>CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. III. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1963, p. 861. Seu filho, Feliciano Prudente, receberia uma quantia de 80 mil nos dízimos dos Palmares.

resumo é breve, dando destaque a contratação dos paulistas. O autor cita o acordo em que sesmarias e hábitos nas ordens militares foram prometidos. Nesse sentido, o autor sugere que, ao final da guerra, *os paulistas com seus índios por ali se deixam ficar*<sup>13</sup>.

## 1.2 – Historiografia clássica

A produção a que chamamos de historiografia clássica, podemos dizer, foi a que dedicou suas obras ao estudo dos Palmares, em vez de tratá-los em um capítulo – apesar disso acontecer.

A primeira obra foi a de Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares*, de 1938, em que ele tenta quebrar com o que foi sendo produzido até o momento trazendo a tona mais de 90 documentos inéditos que trataram sobre o assunto. Apesar de o foco ser o período dos paulistas, o autor traz informações sobre as expedições de Fernão Carrilho. Dentre a narrativa dos conflitos, o autor traz várias informações importantes sobre mercês, a começar por Carrilho e seus homens (mais ou menos 15 pessoas), os quais ganharam, em 1678, um total de 191 léguas em sesmaria<sup>14</sup>. Já o terço dos paulistas além de suas léguas de terra, receberam 12 hábitos nas ordens militares<sup>15</sup>. Outras informações relevantes são apresentadas por Ennes como a folha de serviço de Carrilho, Bernardo Vieira de Melo e uma lista de nomes de indivíduos e seus serviços na guerra. Subsídios de grande valor para os objetivos desse trabalho.

Em 1946, o Visconde Taunay lançava o tomo oitavo de sua *História geral das bandeiras paulistas*, em que dedicava metade de suas páginas ao estudo dos Palmares. Suas análises, de modo geral, não diferem muito do que havia sendo feito. Faz um histórico do período, sempre lançando mão de transcrições de extensos trechos de documentos. No decorrer dos capítulos, Taunay nos dá ótimos informes sobre mercês adquiridas por soldados, inclusive que lutaram nas guerras holandesas, como o caso de Luiz do Rego Barros e Manuel Lopes<sup>16</sup>. Ele discute o caso de patentes lançadas a soldados que lutaram nos Palmares, mas cujos serviços não apareciam nas cartas, como foi o caso de Antonio Jacome Bezerra e

<sup>13</sup>CUNHA, Pedro Octávio C. da. “Política e administração de 1640 a 1763” In: HOLANDA, Sérgio B de. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial. Administração, economia e sociedade. T. I, Vol. II. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 34.

<sup>14</sup>ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*. (Subsídios para sua história). 1º Volume – Domingos Jorge Velho e a “Tróia negra” (1687-1700). São Paulo/Recife/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia editora nacional, 1938, p. 32.

<sup>15</sup>*Idem*, p. 125.

<sup>16</sup>TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo Oitavo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Museu Paulista, 1946, pp. 100 e 120.

Zenobio Acioli<sup>17</sup>. O mais interessante se encontra nos últimos capítulos, em que ele esboça uma lista de indivíduos ligados ao terço dos paulistas e descreve alguns de seus serviços nos Palmares, dando subsídios para o estudo de suas mercês.

Um ano depois, em 1947, Edison Carneiro rompia algumas barreiras e lançava o seu *O Quilombo dos Palmares*, primeira obra a apresentar uma tentativa de se olhar o quilombola e sua organização. Assim como Ennes, Edison Carneiro discute bem a questão das mercês, trazendo informações sobre vários soldados e seus serviços, além de apresentar um capítulo dedicado à discussão das mercês. Apesar de não sistematizar – pois se concentra nas recompensas já conhecidas dos paulistas – ele discute os conflitos entre os sertanistas e o governo em torno das sesmarias, e traz uma leve discussão acerca dos hábitos concedidos pelo rei, apesar de não trazer os nomes do que a conseguiram<sup>18</sup>. Por fim, o autor sugere o enraizamento dos paulistas nas terras dos Palmares.

Em 1954, Mario Martins de Freitas lançava sua longa obra, em dois volumes, sobre Palmares. No livro, o autor segue a linha de contar a história do Quilombo e das expedições cronologicamente. O ponto curioso do livro está no fato do autor defender a tese do termo *Zambi* ser um título militar, existindo, nesse sentido, vários deles ao longo da história. Inclusive, defende, reservando um capítulo, a lenda do suicídio, afirmando que o Zumbi morto em 1695 fora seu sucessor. Sobre as mercês, o autor apenas repete o que já havia sido discutido por Ernesto Ennes e Edison Carneiro, apresentando algumas folhas de serviços de indivíduos, cartas-patentes e as sesmarias das tropas de Carrilho e Jorge Velho<sup>19</sup>.

Em 1956, o poeta surrealista francês Benjamin Péret publicava na revista *Anhembi*, um ensaio historiográfico sobre Palmares<sup>20</sup>. Divido em três partes, o texto apresentava um resumo histórico baseado na obra de Edison Carneiro e um ensaio de interpretação em que o autor debatia alguns pontos relativos à dinâmica interna dos Mocambos, dialogando e contestando conceitos da historiografia, como a formação de Palmares, sua religião e formas de governo. Apesar dos anacronismos provenientes de seu parco conhecimento da História de Pernambuco, o ensaio traz reflexões interessantes sobre os Mocambos palmarinos. Entretanto, devido ao seu objetivo, não trata sobre serviços e mercês.

Dois anos depois, em 1958, Durvitaliano Ramos lançava um pequeno estudo sobre a posse da terra entre os palmarinos. Segundo o autor, Palmares se classificava como uma

<sup>17</sup>*Idem*, p. 125.

<sup>18</sup>CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, pp. 129-152.

<sup>19</sup>FREITAS, Mário M. de. *Reino Negro de Palmares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988, pp. 265-267; 331-335.

<sup>20</sup>PÉRET, Benjamin. “Que foi o Quilombo de Palmares?” *In*: PÉRET, Benjamin. *O Quilombo dos Palmares*. Organização e estudos complementares Robert Ponge e Mário Maestri. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

democracia social e econômica, em que a posse da terra, diferentemente das sesmarias lusitanas, era dividida entre os quilombolas para uso comum, com as plantações sendo utilizadas por eles próprios<sup>21</sup>.

No ano seguinte, em 1959, Clóvis Moura publica *Rebeliões da Senzala*, discutindo os mais variados tipos de resistência contra a escravidão. No capítulo sobre Palmares o autor traz apenas um breve resumo do que já vinha sendo discutido pela historiografia, tratando de sua organização interna, bem como sintetizando as expedições realizadas contra os Mocambos. Ainda assim, o autor faz uma referência às mercês, apresentando a folha de serviços de Manoel Lopes e sua mercê de Mestre de Campo<sup>22</sup>.

Em 1965, Costa Porto, em seu ensaio sobre o sistema de sesmarias<sup>23</sup>, aborda o caso de Palmares. Diferentemente de outros autores, Porto abre mão do resumo da história palmarina – limitando-se apenas a uma breve reflexão de sua origem – para se dedicar a discussão do impasse ocorrido entre a Coroa e os paulistas acerca da doação de sesmarias nas terras conquistadas. O autor não traz novidades em vista do que já havia sido discutido por Carneiro, Taunay e Mario de Freitas, abordando a questão das terras que foram prometidas a outros indivíduos antes dos paulistas.

No mesmo ano, Raymond K. Kent publicava um ensaio discutindo a forma de governo em Palmares. Sua hipótese era de que os Mocambos possuíam *um sistema político Africano que veio para governar uma sociedade plural*<sup>24</sup>, só que esse sistema derivaria de vários modelos étnicos. O autor discute outros pontos como a formação dos Mocambos e o termo “Quilombo”, não aplicável no seu início. Sobre mercês, Kent cita as sesmarias dadas a Fernão Carrilho e sua tropa em 1678<sup>25</sup>.

Luiz Luna, em 1968, lançava uma obra sobre a luta do negro contra a escravidão, em que dedicava dois capítulos aos Palmares. No primeiro, o autor fazia um resumo acerca da localização, nomenclatura dos Mocambos e discutia sua formação. Já no segundo, o autor resumia as principais expedições. Levantou a hipótese da primeira expedição ter sido comandada por Henrique Dias, além de afirmar que Domingos Jorge Velho era jesuíta<sup>26</sup>.

<sup>21</sup>RAMOS, Durvitaliano. “A posse útil da terra entre os Quilombolas” In: NASCIMENTO, Abdias do. (Org.). *O Negro Revoltado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 94-97.

<sup>22</sup>MOURA, Clóvis. “A República de Palmares” In: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, pp. 213-214, notas.

<sup>23</sup>PORTO, Costa. *O Sistema Sesmarial no Brasil*. Brasília: Ed. da UNB, 1979.

<sup>24</sup>KENT, Raymond K. “Palmares: An African state in Brazil”. *The Journal of African History*. Vol. 6, N. 2, 1965, p. 169. On line, disponível em: <http://www.christinaproenza.org/KentPalmaresAn%20African%20State%20in%20Brazil.pdf> (Acesso em 26/08/2013, 18:55). “an African political system which came to govern a plural society”.

<sup>25</sup>*Idem*, p. 172.

<sup>26</sup>LUNA, Luiz. *O Negro na Luta Contra a Escravidão*. Rio de Janeiro: Editora leitura, 1968, pp. 151, 154-155.

Sobre mercês, Luna cita os já conhecidos acordos de Jorge Velho e os 50 mil reis de André Furtado de Mendonça<sup>27</sup>.

Em 1973, o gaúcho Décio Freitas traria uma nova abordagem à narrativa sobre os Palmares. Trazendo a luz nova documentação, o autor discute a organização dos Mocambos de forma mais pormenorizada, desde sua formação até a destruição. Freitas foi o primeiro autor fora da historiografia alagoana a contextualizar a região, sem cair no anacronismo de reivindicar Palmares como algo alagoano. Da mesma forma, ele o faz em relação ao período holandês, contextualizando-o e intercalando-o com os Palmares. Sobre o acordo de paz, Freitas apresenta novas informações, principalmente sobre a questão do Cucaú, revelando ser o período muito mais complexo do que fora discutido até então.

Em relação às mercês de Palmares, Freitas não apresenta nenhuma novidade, passando rapidamente sobre a folha de serviços de Fernão Carrilho e as sesmarias adquiridas em 1678, bem como o acordo e as sesmarias dadas a Domingos Jorge Velho e os paulistas. À exceção fica a cargo da figura de Santo Antonio, que recebeu patentes para ir às guerras e viu em seus guardiões religiosos pedidos de mercês por seus serviços<sup>28</sup>.

Em 1980, o antropólogo Roberto Motta publica um ensaio acerca do comunitarismo nos Palmares. Sua tese é a de que Palmares significou uma revolução social e econômica *contra o capitalismo escravista do Brasil colonial*<sup>29</sup>, sendo ela uma sociedade alternativa à sociedade escravista dominante. Nesse sentido, o autor aponta duas razões para as guerras: reações dos proprietários e as disputas pelas terras palmarinas. Entretanto, as relações que existiam entre os quilombolas e alguns moradores, segundo Motta, se deu por conta do comunitarismo econômico que o transformava em fonte de gêneros<sup>30</sup>.

Kátia Mattoso, em sua obra *Ser escravo no Brasil*<sup>31</sup>, em tópico sobre os Quilombos em geral, dedica uma página a falar sobre os Palmares, pincelando sobre sua formação, população e formas de governo, bem como a resistência às expedições.

No mesmo ano, Nelson Babalho lançava sua *Cronologia pernambucana* em 20 volumes, organizando, em ordem cronológica, os vários acontecimentos ocorridos em Pernambuco desde o século XVI. Acerca dos Palmares, o autor relata as expedições desde os holandeses, entretanto, damos destaque a organização, a partir do livro de sesmarias, das

<sup>27</sup> *Idem*, pp. 155, 162.

<sup>28</sup> FREITAS, Décio. *Palmares. A guerra dos escravos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, pp. 146-147.

<sup>29</sup> MOTTA, Roberto. "Palmares e o comunitarismo negro no Brasil". *Ciência & Trópico*. Vol. 8. Nº 2. Jul/Dez, 1980, pp. 216, 219. O autor comete um erro no decorrer do texto ao tratar do século XVII usando o termo setecentista.

<sup>30</sup> *Idem*, pp. 220-221, 224.

<sup>31</sup> MATTOSO, Kátia de Q. *Ser Escravo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

concessões das mesmas aos sujeitos, muitos deles que atuaram nos Palmares. Percebem-se, nesse sentido, as sesmarias dadas após a expedição de Fernão Carrilho<sup>32</sup>, fruto de conflitos com os paulistas, os quais haviam ganhado terras no mesmo território<sup>33</sup>. O autor ainda fornece informações importantes acerca da genealogia de indivíduos que lutaram nos Palmares, de grande valia para essa pesquisa.

Em 1985, Joel Rufino dos Santos tentava, em sua obra *Zumbi*, elaborar uma biografia do herói palmarino. Entretanto, não fazia mais do que os autores que já escreveram sobre os Palmares. O mesmo afirmou ser seu ensaio baseado no livro de Décio Freitas. O autor faz um contraponto entre o mundo do açúcar e a realidade quilombola para depois resumir a organização interna dos Palmares e as expedições que enfrentou. Como não poderia deixar de ser, o autor cita as léguas de terra adquiridas por Fernão Carrilho e o contrato de Jorge Velho<sup>34</sup>.

Em 1987, o brasilianista Stuart Schwartz lançava novas interpretações acerca da organização interna palmarina. Segundo o autor, a dinâmica política e social dos Palmares tinha raízes em formas africanas combinadas a aspectos da cultura europeia e adaptadas a realidade nos Trópicos<sup>35</sup>. Schwartz lança uma hipótese em relação ao termo *Quilombo*. Usado a partir de finais do século XVII, o termo teria relação com Angola, a partir da palavra *Kilombo*, sociedade de cunho guerreiro. Daí também teria origem o termo *Ganga-Zumba*, usado como um título de sacerdócio<sup>36</sup>.

Em 1988, Ivan Alves Filho lançava seu *memorial dos Palmares*, mais um livro dedicado a (tentar) contar a história dos palmarinos. A narrativa, apesar de conter mais informações – baseadas em novas fontes –, mantém o padrão do que vinha sendo lançado. Compreensão da organização interna dos palmarinos e comentários sobre as expedições. O diferencial na obra de Alves Filho é sua discussão acerca dos últimos anos de resistência, que perduraram por cerca de 30 anos após a queda de Zumbi, tendo sofrido outras expedições que viraram o século XVIII, tendo inclusive participação de Jorge Velho<sup>37</sup>. Acerca das mercês, o autor não avança muito, dando indicações de mercê nos primeiros anos do século XVII a um

<sup>32</sup>BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 4 (1655 a 1678). Recife: FIAM, 1982, pp. 179, 185, 191; \_\_\_\_\_. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 5 (1679 a 1697). Recife: FIAM, 1982, pp. 20, 42, 48-49, 62, 79.

<sup>33</sup>BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 5 (1679 a 1697). Recife: FIAM, 1982, pp. 182-186, \_\_\_\_\_. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 6 (1698 a 1712). Recife: FIAM, 1982, pp. 176-178.

<sup>34</sup>SANTOS, Joel R. dos. *Zumbi*. 8ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991, pp. 39 e 42.

<sup>35</sup>SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 251. O texto foi lançado originalmente na revista *Estudos econômicos*.

<sup>36</sup>*Idem*, pp. 256-260.

<sup>37</sup>FILHO, Ivan A. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988, pp. 158-167.

tal de Sebastião da Rocha e citando uma promoção ao Governador Caetano de Mello e Castro a Vice-Rei da Índia<sup>38</sup>.

### 1.3 – A produção atual

Richard Price, em 1996, publicava uma interessante reflexão acerca de como Palmares era visto pela documentação e pela historiografia. Usando como base comparativa as experiências e relatos dos Saramakas, comunidade quilombola do Suriname, que conseguiu sobreviver até os dias atuais, Price reflete que o que sabemos sobre a organização interna palmarina é bastante limitado, até mesmo equivocada, já que é baseado em visões e pontos de vista do branco europeu<sup>39</sup>.

Já Ronaldo Vainfas refletia acerca do embate utópico entre os jesuítas e sua tentativa de conciliar catolicismo com escravidão<sup>40</sup>. Segundo o autor, os jesuítas sabiam dos perigos de Palmares e pregavam, sem mencioná-los, normas de tratamento cristão para evitar novas insurreições. Foi nos conflitos do Cucaú que os jesuítas se pronunciariam pela primeira vez, mas seria o Pe. Antonio Vieira quem dissertaria contra uma tentativa de catequização dos Mocambos palmarinos.

Silvia Hunold Lara publica um ensaio em que Palmares acaba funcionando como pano de fundo para a criação de um cargo de controle e captura de negros fugitivos, o de Capitão-do-mato. Ela contextualiza os eventos palmarinos e reflete acerca de sua historiografia para afirmar que Palmares, e o medo português de enfrentar outras revoltas semelhantes, fora um possível responsável pela criação desse cargo. Ela acaba por citar uma mercê, dada a André Dias em Alagoas<sup>41</sup>.

Dez anos depois, em 2006, a autora traz a lume um ensaio focado na discussão sobre o tratado de paz entre Ganga-Zumba e a Coroa portuguesa, assinado em 1678<sup>42</sup>. A discussão, até então em fase inicial, trazia indicações para uma discussão mais abrangente sobre as

---

<sup>38</sup>*Idem*, pp. 9-10, 153.

<sup>39</sup>PRICE, Richard. “Palmares como poderia ter sido” *In*: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Op. Cit.*; Há uma versão revisada desse ensaio em: PRICE, Richard. “Refiguring Palmares”. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*. Vol. 1, Issue 2, Article 3, 2003.

<sup>40</sup>VAINFAS, Ronaldo. “Deus contra Palmares: Representações senhoriais e idéias jesuíticas” *In*: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Op. Cit.*

<sup>41</sup>LARA, Silvia H. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” *In*: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 89. Informação já conhecida de grande parte da historiografia sobre palmares.

<sup>42</sup>\_\_\_\_\_. “Palmares, Cucaú e as perspectivas da liberdade” *In*: LIBBY, Douglas C; FURTADO, Júnia F. (Orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

implicações políticas que o tratado teve dentro do complexo contexto por qual passava Palmares naquele período. Essa discussão seria um pouco aprofundada no ano seguinte, em que a autora analisa o cenário em que o tratado de paz foi assinado e suas implicações para a política em relação a Palmares. No caso, Ganga-Zumba seria reconhecido como líder de um Estado, bem como o acordo teria sido assinado sem o consentimento das câmaras locais. A autora ainda cita, de forma já conhecida, as sesmarias dadas após 1678<sup>43</sup>.

Em 2010, a autora mostra um importante exercício de análise histórica acerca de três fontes básicas para o estudo dos Palmares, a *Relação das guerras de 1678; a relação verdadeira de 1694*, recém publicado por Maria Lêda de Oliveira; e a *História da América portuguesa*, de Rocha Pitta<sup>44</sup>.

Voltando a 1996, Luiz Mott escreve um ensaio acerca da pitoresca figura de Santo Antônio e seus serviços, não só religiosos, mas militares. O autor versa pouco sobre Palmares, se atendo a trajetória do Santo no imaginário luso e de suas conquistas. Entretanto, o pouco que ele fala é do interesse direto dessa pesquisa. Segundo Mott, Santo Antônio participara da guerra contra Palmares, e, a partir de seus “serviços”, ganharia inúmeras promoções militares. Nesse sentido, o autor traça um pouco desses títulos, que podem ser encarados como mercês<sup>45</sup>.

No mesmo ano, Robert Anderson publicava um ensaio em que revisava o tema sobre Palmares a partir de reflexões tendo como base o artigo de Raymond Kent<sup>46</sup>. Anderson realça a dificuldade dos estudos sobre o tema para os indivíduos de língua inglesa devido à ausência de traduções das fontes, a maioria em português. O texto em si não traz discussões novas, concentrando-se em discussões já travadas por Kent e Stuart Schwartz.

Ainda em 1996, Eduardo d’Amorin lança uma hipótese sobre a origem étnica de Zumbi. Segundo o autor, Aquatune seria de família nobre da etnia dos Mali, e que Ganga-Zumba teria seu nome derivado do termo *Kánkan*, imperador na mesma etnia. Da união dos dois nasceu Zumbi, termo que, segundo d’Amorin, é diminutivo de Zumba. Para ele, Zumbi

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_ . “Marronnage Et Pouvoir Colonial. Palmares, Cuaú et les frontières de la liberté au Pernambouc à la fin du XVIIe siècle”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2007/3 62e année, p. 646. *On-line*, disponível em: <http://www.cairn.info/revue-Annales-2007-3-page-639.htm> (Acesso em 11/09/13, 14:00).

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_ . “Com fê, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII” *In*: GOMES, Flávio. (Org.). *Mocambos de Palmares. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. A autora defende uma discussão sobre Rocha Pitta nos três ensaios.

<sup>45</sup> MOTT, Luiz. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato” *In*: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Op. Cit.*, pp. 119-120, 124-125.

<sup>46</sup> ANDERSON, Robert Nelson. “The Quilombo of Palmares: A New Overview of a Maroon State in Seventeenth-Century Brazil”. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 28, No. 3, Brazil: History and Society (Oct., 1996). *On-line*: <http://www.jstor.org/stable/157694> (Acesso em 24/09/2013, 15:46).

fora enviado a Porto Calvo e criado com a consciência de sua ascendência real, sendo destinado a governar Palmares<sup>47</sup>.

Em 1997, Mário Maestri, ao organizar a reedição do ensaio de Benjamin Péret, elabora um texto historiográfico em que insere Péret no seio dos clássicos estudos sobre Palmares<sup>48</sup>. Ao falar sobre Rocha Pitta, Ernesto Ennes, Edison Carneiro, o autor destaca a importância das ideias do poeta surrealista acerca do quilombo palmarinos, e indica obras que surgiram após seu ensaio e que foram de grande importância para a historiografia, como Décio Freitas, Clóvis Moura e Ivan Alves Filho.

Kalina Vanderlei Silva, em 2001, aborda Palmares como uma ameaça às povoações do litoral, nomeadamente Recife e Olinda, sendo um problema de ordem militar por deslocar soldados para o enfrentamento nos sertões<sup>49</sup>. Segundo a autora, o contexto de Pernambuco na década de 1680 era de pobreza, devido aos gastos com as expedições, e de precarização dos comandantes, estes, velhos e inválidos, devido a uma política de mercês pós-holandeses, em que se promovia militarmente os indivíduos que acabavam envelhecendo e não poderiam assumir suas responsabilidades em guerras futuras. Nesse sentido, a autora aponta que o governo teve que mudar suas estratégias, substituindo o chamado exército burocrático por um contingente formado por vadios, bandidos, e tempos depois, paulistas<sup>50</sup>. Em outra obra, lançada em 2010, a autora cita Palmares de forma esporádica, entretanto, dá pistas acerca de indivíduos que lutaram nos conflitos e receberam mercês<sup>51</sup>.

Waldir Freitas Oliveira, em 2001, tenta uma reflexão acerca da economia de Palmares, a partir do ensaio de Duvitiliano Ramos. O autor procura discutir as formas de economia com base na historiografia clássica, fazendo uma crítica a comparação generalizada que fazem em relação à posse útil da terra com um modo africano, sem levar em consideração a pluralidade de culturas provindas do continente<sup>52</sup>. Nesse sentido, o autor afirma que, em vez de uma posse útil, fruto de uma historiografia de mentalidade europeia, fosse preferível tratar a economia da

<sup>47</sup> AMORIM, Eduardo de. *África*. Essa mãe quase desconhecida. Recife: Edições Horizonte, 1996, pp. 90-91.

<sup>48</sup> MAESTRI, Mário. “Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares” In: PÉRET, Benjamin. *O Quilombo dos Palmares*. Organização e estudos complementares Robert Ponge e Mário Maestri. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

<sup>49</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & e a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife, 2001, pp. 155-156, 162.

<sup>50</sup> *Idem*, pp. 157-160.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010, pp. 101-102, 128-129, 132-133.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Waldir F. “Economia de Palmares” In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001, p. 63.

terra em palmares como um processo de direito possessivo, que podia ser exercido tanto pelo Estado, como por uma família<sup>53</sup>.

Em 2005, Maria Lêda Oliveira divulga um importante documento, até então inédito, sobre a última expedição contra Palmares, feita em 1694. Junto dele ela lança uma pequena análise discutindo suas principais características. Entretanto, a autora dá indicações a partir de hipóteses que dialogam diretamente com o nosso objeto. Ao refletir sobre a produção de história sobre o Brasil realizadas no período colonial, Lêda Oliveira discute a ausência de abordagem sobre os Palmares e compara com o período holandês, amplamente discutido. Segundo ela, deveu-se ao fato de a expulsão dos batavos ter gerado um marco de memória para as elites, transformando-as em verdadeiros heróis, o que garantiria inúmeras mercês por parte do Rei, fato que não ocorria em relação a Palmares, que poderia até garantir benesses, mas não construiria discurso de heroicidade<sup>54</sup>. A autora ainda faz outra referência as mercês ao indicar a promoção do Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, ao posto de Vice-rei da Índia, fruto de seus serviços.

No mesmo ano, Flávio Gomes lançava uma obra nos moldes dos livros de Edison Carneiro, Décio Freitas, Mario Freitas e Ivan Alves Filho. Entretanto, em seu estudo, percebe-se uma tentativa de atualização da discussão, bem como a indicação de novas problemáticas de pesquisa. Nesse sentido, o autor propõe o uso do termo *Mocambo* para identificar as comunidades palmarinas e o termo *Palmarista* para a identificação dos que viviam nos Mocambos. Da mesma forma, Gomes propõe revisitar a história dos Palmares inserindo-o no contexto Atlântico do Império português, relacionando-os, também, as perspectivas da história de Angola e dos índios que habitavam Pernambuco<sup>55</sup>. Sobre mercês, o autor cita as já “conhecidas” sesmarias dadas as tropas de Carrilho e, posteriormente, aos paulistas. Todavia, dá pistas acerca de documentação do século XVIII, como cartas e solicitações de mercês, que, além delas, dão indícios sobre os próprios Palmares, pelo olhar de quem os viu<sup>56</sup>. Em 2011, retoma essas discussões em outra obra, em que acrescenta reflexões sobre a construção do símbolo de Zumbi e dos Palmares para o movimento negro contemporâneo<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Maria L. “A primeira relação do último assalto a Palmares”. *Afro-Ásia*. Nº 33, 2005, pp. 258-259. Essa discussão foi um prato cheio para essa pesquisa que discute exatamente a importância das guerras contra Palmares para as elites pernambucanas.

<sup>55</sup> GOMES, Flávio. *Palmares*. Escravidão e liberdade no Atlântico sul. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 10-11, 30 e 42.

<sup>56</sup> *Idem*, pp. 41-42, 132, 135, 154.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. *De Olho em Zumbi dos Palmares*. Histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

Em 2008, John Thornton lança um ensaio em que tenta desvendar o tema do Estado em Palmares<sup>58</sup>. O autor discute a questão do número de habitantes, baseado nas fontes. Segundo ele, Palmares teria sido uma monarquia, com categorias sociais hierarquizadas e com grandes referências da cultura e costumes de Angola, sem, com isso, ser um Estado de origem angolana.

Em 2010, Rômulo Nascimento publica um pequeno ensaio sobre a situação dos negros fugidos durante o período holandês<sup>59</sup>. Caracterizados como *boschnegers* ou “negros da mata”, esses escravos, segundo o autor, não necessariamente seriam vinculados aos Palmares, entretanto, é certo que eles causaram prejuízos ao alto conselho, e, certamente, poderiam encontrar o caminho para os Mocambos palmarinos.

No mesmo ano, Luiz Felipe de Alencastro publica um importante ensaio sobre Palmares, inserindo-o no cenário do Atlântico sul. O autor mostra a relação que os conflitos nos Mocambos tiveram com as guerras em Angola. Segundo Alencastro, houve uma experiência africana tanto para os palmaristas como para os antipalmaristas. Nesse sentido, o autor nos dá importantes subsídios para o estudo das mercês, citando exemplos de indivíduos que lutaram nos dois lados do Atlântico e galgaram benesses<sup>60</sup>, bem como nos dá um limite para os requerimentos de mercês a partir de Palmares para o ano de 1778<sup>61</sup>.

Em 2011, Laura Peraza Mendes publicava um importante estudo acerca das entradas militares realizadas contra os Mocambos de Palmares. O seu trabalho atualiza o tema das expedições, que, segundo ela, foram tratados pela historiografia como fazendo parte de uma única guerra, que teve continuidade até desembocar na expedição de 1694. Para Mendes, as várias entradas militares foram diferentes entre si, tendo ocorrido em períodos e contextos distintos. Sobre as mercês, a autora afirma que, dentre as motivações para se realizar as entradas, as benesses consistiam em importantes incentivos<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup>THORNTON, John K. “Les États de l’Angola et la formation de Palmares (Brésil)”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2008/4 63e année. *On-line*. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-Annales-2008-4-page-769.htm> (Acesso em 12/03/2013, 18:10).

<sup>59</sup>NASCIMENTO, Rômulo. “Palmares em fontes holandesas: sobre os *boschnegers* entre a guerrilha e a ordem” *In: GOMES, Flávio. (Org.). Mocambos de Palmares. Op. Cit.*

<sup>60</sup>ALENCASTRO, Luiz Filipe de. “História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares” *In: GOMES, Flávio. (Org.). Mocambos de Palmares. Op. Cit.*, pp. 64, 72-73.

<sup>61</sup>*Idem*, p. 86.

<sup>62</sup>MENDES, Laura P. *Guerras Contra Palmares: Um estudo das expedições realizadas entre 1654 e 1695*. Monografia n. 19. Campinas: IFCH Unicamp, 2011, pp. 84-85.

No mesmo ano, Bruno Rafael de Moraes e Silva publica o que seria um *paper* cuja intenção seria estudar as mercês de Palmares, só que para os Paulistas<sup>63</sup>. Sob a ótica da análise do discurso, o autor tenta refletir acerca das estratégias discursivas usadas pelos paulistas na contenda pelas terras conquistadas dos Palmares. Porém, o autor não consegue avançar, levantando discussões já conhecidas da historiografia acerca dessas sesmarias, aliás, como se viu, único tema sobre mercê tratado a exaustão pela grande maioria dos autores sobre Palmares.

Em 2012, Jean Marcel França e Ricardo Alexandre Ferreira lançaram *Três vezes Zumbi*, uma obra de cunho historiográfico em que os autores resgatam as facetas do herói palmarinos ao longo dos escritos divulgados desde o século XVII. Segundo os autores, o período colonial foi marcado pelas crônicas. De forma repetitiva, elas relatavam Palmares como um mal que precisava ser combatido pelo governo português. Já no período imperial, a construção de uma identidade “branca” nacional marcou Palmares e Zumbi como um atraso ao progresso, diferente do que se fez no século XX, em que Zumbi ganhou contornos esquerdistas sendo Palmares considerado uma luta de classes. Por ser uma obra com enfoque sobre a construção historiográfica de Zumbi, temas como as mercês, naturalmente, ficaram de fora, apesar dos autores ainda citarem os 50 mil réis ganhos por André Furtado de Mendonça pela morte do chefe palmarinos<sup>64</sup>.

#### **1.4 – A historiografia alagoana**

A historiografia alagoana, diferente dos autores abordados nos tópicos anteriores, durante muito tempo não dedicou seus trabalhos exclusivamente ao estudo acerca dos Mocambos de Palmares e de suas guerras. Esses, no caso, só apareceram depois dos anos 2000 com os ensaios de Dirceu Lindoso, que serão abordados mais a frente. O que se viu dentro da produção historiográfica em Alagoas foram os chamados compêndios, ou melhor, as “histórias de Alagoas”, onde Palmares estava inserida como mais um de seus episódios. Havia também, dentro dessa produção intelectual, as histórias de municípios, de cunho unicamente local, onde, em algumas delas, notar-se-á a presença palmarina em suas reflexões.

---

<sup>63</sup>SILVA, Bruno Rafael V. de M. e. “Armas afiadas, pena precisa: O discurso bandeirante e as mercês reais sob as cinzas dos Palmares” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. Vol. 1. Maceió: EDUFAL, 2011.

<sup>64</sup>FRANÇA, Jean Marcel C.; FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Três Vezes Zumbi*. Op. Cit., p. 86.

Apesar disso, Luiz Sávio de Almeida já atestava *que não é pequena em Alagoas a abordagem sobre os Palmares*<sup>65</sup>, é que o se verá a seguir.

A primeira obra a fazer menção ao Quilombo dos Palmares é datada do ano de 1844 e é considerada como o marco inicial da historiografia alagoana<sup>66</sup>, antes mesmo da criação do Instituto Archeológico e Geographico. Trata-se do *Opúsculo da descrição geographica...*, do anônimo “Hum Brasileiro” (Antonio Joaquim de Moura), uma obra descritiva, quase que excepcionalmente, da geografia da então Província das Alagoas. Ao falar do Quilombo dos Palmares, o autor cita-o como um elemento integrante em duas ocasiões, ao descrever as serras e ao tratar das vilas de Imperatriz (atual União dos Palmares) e Atalaia. Há dois pontos em sua breve discussão sobre o assunto, primeiramente, de forma positiva, ele reconhece que a região do Quilombo não fora composta apenas por negros escravizados, mas sim por indivíduos das mais diversas condições. O segundo ponto é meio ambíguo, ele trava uma discussão acerca do mito do suicídio, afirmando que nem todos os negros se suicidaram, tendo eles variados destinos, uns foram vendidos, outros devolvidos a antigos senhores; em seguida ele mostra sua concordância com o mito ao tratar de Zumbi<sup>67</sup>.

Em 1860, José Alexandrino Dias de Moura deixa registrado em relatório de Presidente de Província seu esboço sobre a Província das Alagoas. Seguindo a linha criada por Antonio Joaquim de Moura, o autor tratou de diversos temas relacionados à geografia, história, política e administração na Província alagoana. Dentro desse apanhado, ele traça, em apenas um parágrafo, descrito na parte geográfica sobre as serras, linhas gerais sobre Palmares. Atrelado a histórica Serra da Barriga, a República se estabeleceu, tendo Zumbi como seu chefe e durando mais de 60 anos até a derrota pelas forças do governo de Pernambuco<sup>68</sup>.

Influenciado por Antonio Joaquim de Moura, Thomaz do Bom-fim Espíndola escreve, no mesmo ano de 1860, sua *Geographia Alagoana*. Seguindo os passos de Moura, ao falar de

<sup>65</sup>ALMEIDA, Luiz Sávio de. “Palmares e dois historiadores alagoanos” In: ALMEIDA, Luiz S. de. (Org.). *Mata e Palmares nas Alagoas*. Arapiraca: EDUAL, 2004, p. 7.

<sup>66</sup>Considera-se a primeira obra historiográfica alagoana pelo fato de ser o primeiro registro publicado a tratar sobre a então Província, dispensando-se, nesse contexto, o fato de seu autor não ser alagoano.

<sup>67</sup>TENÓRIO, Douglas A. (Org.). *Opúsculo da Descrição Geographica Topographica, Phizica, Política, e Histórica, do que Unicamente Respeita à Provincia das Alagôas no Império Do Brazil*. Por hum Brasileiro. Maceió: EDUFAL/CESMAC, 2009, p. 41.

<sup>68</sup>MOURA, José Alexandrino D. de. “Esboço histórico, geográfico e administrativo da Província das Alagoas” In: *Relatório com que o exm. Snr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas presidente da província das Alagoas entregou a administração da mesma província no dia 24 de abril de 1860, ao primeiro vice-presidente Dr. Roberto Calheiros de Mello*. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1860, p. 13. On-line, Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ArAsAAAAyAAJ&pg=RA1PA38&lpg=RA1PA38&dq=jos%C3%A9+alexandrino+dias+de+moura+esbo%C3%A7o+hist%C3%B3rico&source=bl&ots=ntmX1oDYny&sig=FIN71RM1LlgJJU1lQwg1yCQb8&hl=ptBR&sa=X&ei=54p1UcnMC8eY0QH4YGIAQ&sqi=2&ved=0CDEQ6AEwAQ#v=onepage&q=jos%C3%A9%20alexandrino%20dias%20de%20moura%20esbo%C3%A7o%20hist%C3%B3rico&f=false> (Acesso em 22/04/2013, 16:54).

Palmares, Espíndola, primeiramente, cita-o a partir da descrição das serras e montanhas, em específico, a serra da Barriga. Ele faz uma breve descrição relatando o período de existência do Quilombo, de 64 anos, a composição, *que não eram todos negros e escravos fugidos, como erradamente se tem afirmado*<sup>69</sup>; sua destruição, em 1697, e a referência ao chefe Zumbi e seu suicídio. O autor repete as mesmas descrições já apresentadas até discutir sobre os conflitos a partir da entrada de Domingos Jorge Velho. Em relação às mercês, Espíndola conta que as *terras foram tomadas e dadas em sesmaria aos diversos chefes, inclusive o paulista e mestre de campo Domingos Jorge Velho*<sup>70</sup>.

Em 1902, Manoel Balthazar Pereira Diegues Jr publicava um ensaio histórico sobre Alagoas em que Palmares era citado. Nela, conta Diegues que Palmares havia se formado no período holandês. É interessante perceber, além do curioso motivo das fugas, que a organização política dos quilombolas, segundo o autor, imitava à dos antigos senhores. Em relação às mercês, Diegues relata o acordo feito pelo governo de Pernambuco com Domingos Jorge Velho, para o qual concederia *sesmarias das terras conquistadas, propriedade dos escravos aprisionados, e 4 hábitos das três ordens militares*<sup>71</sup>. Diferente dos autores analisados até o momento, que se limitaram apenas as sesmarias, Diegues cita, pela primeira vez, outras mercês, como os hábitos das três ordens (Cristo, Avis e Santiago).

Ao contrário de “Hum Brasileiro” e de Thomaz Espíndola, que escreveram suas obras detendo-se a descrições sobre a Província alagoana em seu tempo, muitos autores trataram de escrever a história de Alagoas relatando-a de forma sistemática, desde o seu “descobrimento”. Foi o caso de Moreno Brandão com sua *História de Alagoas*, datada de 1909. Ao falar do Quilombo dos Palmares, Brandão limitou-se a descrever sua situação, citando sua fundação durante o período holandês, sua localização geográfica, com destaque para sua organização social, que, apesar do caráter “rudimentar”, segundo o autor, *não deixava de fazer perceber os lineamentos de um futuro estado*<sup>72</sup>, formado não só por negros, mas também por pardos e mestiços. Em relação aos conflitos, Brandão deteve-se unicamente a campanha dos bandeirantes paulistas (inclui também os mineiros) capitaneadas por Domingos Jorge Velho, destacando a união entre eles e os contingentes de Olinda, Recife, Penedo, Alagoas. Em relação a mercês, Moreno Brandão relata que *os vencedores dos legendarios palmarinos*

<sup>69</sup>ESPINDOLA, Thomaz do. B. *Geographia Alagoana ou Descrição Physica, Política e Histórica da Província das Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Thytopographia do Liberal, 1871, p. 35. *On-line*, Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=2pYtAQAAAMAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT#v=onepage&q&f=false> (Acesso em 03/04/2013, 12:54).

<sup>70</sup>*Idem*, p. 277.

<sup>71</sup>DIEGUES JR, Manoel Balthazar P. “Notícia histórica de Alagôas” In: MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. 2ª ed. Edição fac-similar. Maceió: Grupo João Lyra, 2000, p. 11.

<sup>72</sup>BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. 2ª ed. Edição fac-similar. Maceió: SERGASA, 1981, p. 30.

*ficaram cumulados de favores, cabendo-lhes as terras dos quilombolas em sesmaria, que também tocou a Domingos Jorge Velho*<sup>73</sup>.

Em texto de divulgação, datado de 1937, Moreno Brandão retomou, de forma breve, a discussão sobre Palmares em resumo sobre a história alagoana. Dessa vez, ele segue a linhas dos autores do século XIX já citados, fazendo referência ao Quilombo atrelado a Serra da Barriga, quando descreve o relevo do estado; e ao falar dos pontos históricos das cidades, referencia Atalaia, fundada como ponto de vigia; Viçosa, que foi palco dos últimos combates; e União, sede principal do Quilombo. Todavia, ainda faz menção a Penedo e São Miguel no contexto palmarino<sup>74</sup>.

Mais ou menos cinco anos depois da publicação da obra de Moreno Brandão, foi publicada *Viçosa de Alagoas*, em 1914, de Alfredo Brandão. A obra é de grande importância para a historiografia sobre Palmares por levantar essa hipótese de ser Viçosa *o berço e o tumulo da republica dos Palmares, o primeiro refugio e o ultimo reducto*<sup>75</sup>. O autor deixa clara a sua intenção em discutir e tentar provar sua tese, debatendo, na maior parte do texto, as localizações geográficas dos mocambos a fim de situar algumas nas imediações da atual Viçosa. Um exemplo dessa discussão é a discriminação entre o velho Palmares, que ficava em uma região próxima a plantações de bananeiras, que, segundo Brandão, constava ser próxima a “Viçosa”, e o novo Palmares, no caso, a Cerca Real do Macaco, na Serra da Barriga<sup>76</sup>. No decorrer do texto ele vai relatando outros episódios e suas relações com Viçosa, como, por exemplo, a expedição de João Blaer, de 1645, na qual relata passar pelo rio Paraíba.

Em um texto publicado em 1934, no qual discute a mesma tese de sua obra maior, Alfredo Brandão acresce uma discussão em relação às expedições que surgiram depois de Blaer. Segundo ele, ao todo, foram 25 expedições, sendo nove delas a famosa expedição de Fernão Carrilho, em 1676<sup>77</sup>. Em relação às mercês adquiridas pelos combatentes, Brandão realça que *as terras que constituíram o município de Viçosa, fizeram parte das sesmarias dos capitães do terço dos paulistas*<sup>78</sup>.

<sup>73</sup>*Idem*, p. 33. A respeito de Jorge Velho, segundo Brandão, foi responsável por *erigir a igreja que foi depois matriz da freguezia da Atalaia*.

<sup>74</sup>BRANDÃO, Moreno. *Vade-Mecum do Turista em Alagoas*. 2ª ed. Edição fac-similar. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013, pp. 40-43.

<sup>75</sup>BRANDÃO, Alfredo. *Viçosa de Alagoas*. O município e a cidade (Notas históricas, geográficas e arqueológicas). 2ª ed. Edição fac-similar. São Paulo: Plátano comunicação, 2005, p. 17.

<sup>76</sup>*Idem*, pp. 21-22.

<sup>77</sup>BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na História de Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Comissão estadual do Centenário da Abolição, 1988, pp. 32, 37.

<sup>78</sup>*Idem*, p. 36. Em resumo publicado 17 anos depois, autor creditou o premio das terras ao Capitão André Furtado de Mendonça, um dos cabos de guerra de Domingos Jorge Velho. VIÇOSA, Sociedade dos Amigos de. *Álbum do Centenário de Viçosa*. 13 de outubro de 1831, 13 de outubro de 1931. 2ª ed. Brasília: Plátano, 2008, p. 5.

Em 1929, Craveiro Costa lançava seu *História das Alagoas*. Em seu capítulo sobre Palmares, o autor situa seu início, assim como os demais, durante a invasão holandesa, sendo a realidade desse período o que mais favoreceu a fuga dos negros escravizados. Em seguida, Costa faz uma descrição do lugar, do tipo de governo e cita seu chefe, Zumbi, até chegar às expedições, onde ele relata de uma forma geral, as tentativas fracassadas de destruição do Quilombo. Em relação às mercês, Craveiro Costa, assim como a maioria dos autores discutidos até o momento, foi simples em afirmar que as *terras dos Palmares, divididas em lotes, foram dadas em sesmarias aos capitães vencedores*<sup>79</sup>.

Em 1933, Jayme de Altavila lançava sua *História da Civilização das Alagoas*. Versando sobre o Quilombo palmarinos, o autor o divide em três fases: *Palmares holandês, atacado em 1645 pelo capitão Blaer; Palmares da restauração pernambucana, destruída por D. Pedro de Almeida; Palmares final, destruído por Bernardo Vieira de Melo*<sup>80</sup>. Em relação às mercês, Altavila traz algo novo, que foi a mercê de 50 mil réis ao capitão André Furtado de Mendonça, como prêmio pela cabeça de Zumbi. Foi o primeiro registro de privilégio pecuniário. Ademais, afirma o autor que *Domingos Jorge Velho teve como recompensa o domínio da região*<sup>81</sup>.

Na mesma década, em 1938, Humberto Bastos lançava seu *Assucar e Algodão*. É no capítulo “O assucar e a escravidão africana” que ele fala sobre Palmares. Ao falar do Quilombo dos Palmares, Bastos apresenta a tese de que *foi a cana de assucar que criou o Quilombo (...)* e que *o movimento palmarino teve um caráter nitidamente econômico*<sup>82</sup>. Em seguida ele faz uma breve descrição da situação de crescimento do Quilombo e cita o fracasso das expedições até chegar a Domingos Jorge Velho.

Para as mercês, Humberto Bastos não menciona as sesmarias de Jorge Velho, no entanto, traz uma informação em relação a medidas contra fugas, onde era oferecidas gratificações a quem capturassem negros fugidos. Eram elas de 12\$000 por negros capturados nas matas palmarinas; 10\$000 pela captura nas partes da Bahia; 8\$000 por negros capturados

<sup>79</sup>COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. (Resumo didático). 2ª ed. Maceió: Sergasa, 1983, p. 61.

<sup>80</sup>ALTAVILA, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. 8ª ed. Maceió: EDUFAL, 1988, pp. 34-35. A obra de Altavila teve um acréscimo de informações através de notas escritas por Moacir Medeiros de Sant’Ana. O autor dialoga com Alfredo Brandão em relação a Viçosa, discute pontos como a origem do nome “República dos Palmares”, e destrincha as expedições a partir das enviadas pelos holandeses. Ele, por exemplo, reconhece a existência de inúmeras guerras, principalmente as ordenadas por D. Pedro de Almeida, onde se viu as expedições de Fernão Carrilho, até agora pouco mencionada pela historiografia alagoana. Ou seja, um mérito de discussão que não cabe ao autor da obra.

<sup>81</sup>*Idem*, p. 41. De forma irônica, ele cita o prêmio de Bernardo Vieira de Melo, que foi o cárcere em Lisboa por se mostrar a favor dos nobres da terra de Olinda na Guerra dos Mascates.

<sup>82</sup>BASTOS, Humberto. *Assucar & Algodão*. Ensaio histórico-econômico. 2ª ed. Maceió: EDUFAL/CESMAC, 2010, pp. 59-60.

em Pernambuco; 4\$000 pelos capturados fora do termo da vila, mas não especifica qual; e 2\$000 por negros capturados na vila de Alagoas do Sul<sup>83</sup>.

Em 1949, Manuel Diégues Jr lançava o *Banguê nas Alagoas*. Sua discussão sobre palmares aparece no decorrer da obra, mas, a maior concentração está no capítulo “O banguê e o escravo negro”. Entretanto, já no primeiro capítulo, ao iniciar acerca dos núcleos de povoamento, Manuel Diégues Jr cita o Quilombo e sua derrota como determinantes para o surgimento do quarto foco, que foi Atalaia, e já o cita como uma mercê ao afirmar que *os vencedores localizam suas moradas nas terras conquistadas, distribuídas então em sesmarias aos conquistadores*<sup>84</sup>. No decorrer do capítulo, o autor dá indícios de indivíduos que lutaram na guerra e de engenhos localizados em terras antes palmarinas.

Em seu capítulo dedicado ao negro, Diégues Jr foi o primeiro dentro da historiografia alagoana a afirmar a existência do Quilombo desde antes da invasão holandesa, segundo ele, desde fins do século XVI. Para tanto, ele cita uma expedição ordenada pelo governador geral D. Diogo Botelho (1602-1608), chefiada por Bartolomeu Bezerra. Ao citar a extensão territorial do Quilombo, o autor afirma que foi ele o responsável pelos efeitos econômicos negativos por que passavam os engenhos e as vilas na época. Acerca das expedições, Diégues Jr realça as várias entradas ocorridas contra Palmares, apontando 17: a já citada de Bartolomeu Bezerra; duas durante o período holandês; e 14 a partir de 1667, dentre elas, as de Fernão Carrilho e Domingos Jorge Velho, detendo-se um pouco mais em suas análises<sup>85</sup>. Acerca das mercês, além do que já foi mencionado, Diégues Jr se limitou a citar o caso de Fernão Carrilho, que pleiteou o cargo de capitão mor do Ceará, usando do fato apenas como cenário para descrever suas expedições.

Em obra lançada em 1954, versando sobre a influência dos engenhos de açúcar e a composição da população no Nordeste, Diégues Jr voltou a ressaltar Palmares, dessa vez, com uma singela análise, classificando-o como um evento contra-aculturativo, ou seja, *ponto mais alto da reação cultural do negro contra o branco escravagista*<sup>86</sup>.

Ainda em 1954, Tancredo Moraes lançava um *Resumo histórico e antropogeográfico* sobre Alagoas, versando mais sobre seus intelectuais e figuras ilustres do que sobre sua história. Mesmo assim, dedicou breves palavras sobre Palmares. Conta ele que o *grupo de*

---

<sup>83</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>84</sup> DIEGUES JR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas*. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 1980, p. 35. Acerca das sesmarias, o autor cita o vale do Mundaú, que depois do quilombo, teve suas terras distribuídas, e onde se localizava as terras de Jorge Velho, p. 71. Discutiremos sobre essa questão mais adiante.

<sup>85</sup> *Idem*, pp. 164-166.

<sup>86</sup> DIEGUES JR, Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2012, pp. 55-56.

*rebeldes* era composto por indivíduos fugidos da escravidão ou do serviço militar. Faz uma crítica ao pequeno número de relatos sobre o período, fazendo com que as narrações existentes se confundissem com simples lendas<sup>87</sup>. Faz uma pequena descrição geográfica do Quilombo, passando pela sua composição política, em que confunde os nomes “ganga Zumba” e “Zumbi” com denominações militares.

Compactua da opinião geral de que fora no período holandês que Palmares teve seu maior crescimento. Nessa discussão, o autor comete um erro ao afirmar ser a primeira investida feita por Maurício de Nassau em 1630, época em que ele ainda não tinha aportado em Pernambuco, e 14 anos antes da primeira investida holandesa<sup>88</sup>. Entretanto, reconhece o grande número de expedições após a restauração. Fala da expedição final e lança uma breve discussão acerca da lenda do suicídio de Zumbi, fazendo menção a três documentos que mostram que ele fora assassinado<sup>89</sup>.

Na mesma década, mais precisamente em 1956, o jornalista Jurandir Gomes lançava o seu *Quadros da história de Alagoas*, em que traça sua formação a partir do período holandês e do enfraquecimento que este causou aos habitantes, facilitando, com isso, a fuga dos escravos e o surgimento do Quilombo<sup>90</sup>. Para a vida do Quilombo, o autor distingue algumas etnias como os angolas, cabindas e minas e a forma de governo livre, sob a chefia de Zumbi. Em sua destruição, ele cita a expedição de Blaer, de 1645, como a primeira, e depois pula direto para a expedição de Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo. Não fala nada relacionado às mercês.

No mesmo ano, uma obra era lançada de forma póstuma, tratava-se de *O negro na civilização brasileira*, de Arthur Ramos. O livro faz um apanhado geral da situação do negro, desde o tráfico de escravos, e de sua contribuição à cultura brasileira. Faz parte desse estudo uma análise sobre Palmares, que já se inicia no capítulo dedicado às insurreições negras, em que ele cita Quilombos que se formaram seguindo o modelo palmarino<sup>91</sup>. No capítulo propriamente dito, Arthur Ramos classifica o Quilombo dos Palmares como a *primeira grande epopéia que o Negro escreveu em terras do Brasil*<sup>92</sup>, segundo ele, e dialogando com

<sup>87</sup>MORAES, Tancredo. *Resumo Histórico, Antropogeográfico do Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954, p. 155.

<sup>88</sup>*Idem*, p. 156.

<sup>89</sup>*Idem*, p. 157. Dois deles são da coleção Studart, do Instituto Histórico do Ceará, antes citados por Diégues Jr.

<sup>90</sup>GOMES, Jurandir. *Quadros da História de Alagoas*. Breves ensaios sobre a história pátria. Maceió: Casa Ramalho editora, 1956, p. 21.

<sup>91</sup>RAMOS, Arthur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1956, p. 43. Há outro trabalho, publicado na revista do IAHGP em 1941 falando acerca do “Auto dos Quilombos”, manifestação folclórica rememorando os feitos nos Palmares, que, pelo seu teor, não cabe analisar aqui.

<sup>92</sup>*Idem*, p. 59.

Manuel Diégues Jr, a organização de um estado africano em reação ao processo de aculturação sofrida com o regime de escravidão, durando de 1630 a 1697<sup>93</sup>.

Ele cita Nina Rodrigues e as três fases que o autor baiano distinguiu, que são, Palmares holandês (1644); Palmares da restauração (1674); e Palmares terminal (1697), entretanto, achava impossível assinalar períodos delimitados para o Quilombo, classificando tudo como um ciclo, com altos e baixos<sup>94</sup>. Em seguida, Ramos faz uma breve descrição das três fases, a começar pelas holandesas, de 1644 e 1645. Paralelamente, ele descreve a situação do Quilombo, sua organização espacial e política, em que tinha como chefe Ganga Zumba.

Um dado importante que ele apresenta, e que contrasta com o que foi visto até agora, foi que, depois da expulsão dos holandeses, foram feitas 25 expedições, todas fracassadas, até o ano de 1674<sup>95</sup>, onde, dois anos depois teve a expedição de Fernão Carrilho. Em seguida, Ramos fala da tentativa de paz feita entre o Governo da Capitania de Pernambuco e Ganga Zumba, em que este aceitou, e por isso, fora morto por Zumbi, que ascenderia ao posto máximo para dar continuidade a resistência. Nesse sentido, Ramos vai à última fase, com a entrada dos paulistas.

Após versar sobre a derradeira batalha e a consequente destruição do Quilombo, Arthur Ramos retoma a discussão sobre a sua organização política, acrescentando a parte econômica. Sobre as mercês, o máximo que o médico alagoano fez foi dar uma simples menção ao acordo firmado entre Domingos Jorge Velho e o governo pernambucano em 1687, sem mais detalhes.

Um ano depois, em 1957, outra história de município era lançada, *Atalaia, sua história*, de Aminadab Valente, que a construiu a partir de sua origem ligada ao Quilombo dos Palmares. Segundo ele, foi o antigo arraial dos Palmares, criado como quartel general, que deu início a povoação de Atalaia, erigida por Domingos Jorge Velho. Com um texto cheio de erros cronológicos e anacronismos baseados em um discurso romântico de exaltação da “pátria”, Aminadab Valente faz uma breve contextualização do cenário alagoano com destaque para a invasão holandesa e a figura de Calabar. Nesse contexto, ele situa o Quilombo palmarino como algo que surgiu em proveito da situação de guerra em que se encontrava Alagoas. Nesse sentido, Valente chega a comparar a causa de liberdade e “patriotismo” dos

---

<sup>93</sup> Apesar de datar o início do Quilombo para o ano de 1630, Ramos sugeriu no texto a fuga de negros na região dos Palmares para antes desse período.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 60. As mesmas fases foram discutidas por Jayme de Altavila, como fora visto anteriormente. Acerca de Nina Rodrigues, analisaremos sua obra mais a frente.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 63.

quilombolas, na figura de Zumbi, com a de Calabar<sup>96</sup>. Em seguida, o autor descreve, de forma simples, a organização política e as atividades dos quilombolas, que, segundo ele, causava danos às regiões vizinhas, o que despertou a necessidade de expedições.

Ao falar delas, Valente faz breves citações há algumas, a começar pela expedição de 1644, do holandês Baro, passando pelas de Antonio Bezerra e Fernão Carrilho, em que, para este último, se deteve um pouco mais. Ao chegar às últimas batalhas, o autor cita a figura de Domingos Jorge Velho, e entra pela primeira vez na questão das mercês, ao mencionar o contrato assinado por Jorge Velho e, ao contrário de Arthur Ramos, ele cita a recompensa que foi de seis léguas de terra. Nesse sentido, ele sugere que *com o tempo o Mestre de Campos [Sic], Jorge Velho, fez vir sua família e a de seus comandados, procurando organizar um povoado, e aos poucos, como chefe, fez construir o pelourinho e um modesto templo em homenagem a Nossa Senhora das Brotas*<sup>97</sup>, além da montagem de seu quartel na parte alta da atual Atalaia. Valente cita também mercê de 50\$000 ganha por André Furtado de Mendonça, pela cabeça de Zumbi e ainda sugere, mas não discute a reclamação dos prêmios por parte dos vencedores<sup>98</sup>.

Dando um salto de quase 20 anos, em 1976, no começo da carreira, Douglas Apratto Tenório fazia diferente ao lançar, no lugar de uma “história de Alagoas”, seu *Capítulos da história do Brasil*<sup>99</sup>, obra sistematizada em tópicos, resumindo os principais fatos da chamada “história pátria” à época. Ao tratar da República dos Palmares, o autor dialoga com Arthur Ramos e faz crítica a historiografia que afirmava a passividade do negro em relação ao trabalho escravo. Ao comparar com os índios, Tenório acaba tecendo um juízo de valor, afirmando ter eles um estágio de cultura inferior ao do negro em relação à capacidade de trabalhar<sup>100</sup>.

Versando sobre Palmares, Tenório insere-o no contexto das revoltas e rebeliões lideradas pelos negros durante a história, em seus inconformismos com a escravidão, sendo este episódio o maior e mais importante. O autor faz uma breve descrição do Quilombo, atentando para o seu período de maior desenvolvimento com as invasões holandesas<sup>101</sup>, o que faz com que o autor, indiretamente, concorde com o seu surgimento para antes daquele período.

<sup>96</sup>VALENTE, Aminadab. *Atalaia*. Sua história. Maceió: Casa Ramalho editora, 1957, p. 14.

<sup>97</sup>*Idem*, p. 17.

<sup>98</sup>*Idem*, p. 19. O autor discute no capítulo sobre a Vila, a questão da sesmaria de Domingos Jorge Velho, nesse sentido, será preferível analisa-la mais adiante.

<sup>99</sup>Apesar de ser uma obra sobre história do Brasil, optou-se por inseri-la neste tópico pelo fato do autor ser alagoano estar fazendo o diálogo com Alagoas durante o livro.

<sup>100</sup>TENÓRIO, Douglas A. *Capítulos da História do Brasil*. Maceió: IGASA, 1976, pp. 33-34.

<sup>101</sup>O autor comete um erro cronológico, datando as invasões para o ano de 1650, *Idem*, p. 36.

Ao falar das expedições, o autor faz uma breve descrição das atividades do Quilombo e da necessidade de combatê-lo por parte dos portugueses. Menciona que houve várias expedições, todas fracassadas, entretanto, comete outro juízo de valor ao inferiorizar, dessa vez, o estágio cultural do negro em relação ao branco europeu, segundo ele, um dos fatores para a vitória final<sup>102</sup>. Se isso fosse verdade, os palmarinos não teriam resistido durante tanto tempo e vencido tantas expedições. Ao final, não fala nada sobre mercês.

Douglas Apratto Tenório voltaria a falar sobre Palmares em outros escritos, um exemplo foi sua contribuição à história dos municípios alagoanos, lançado em 2006, em que, tratando de Atalaia, Viçosa e União dos Palmares, ele faz a ligação histórica desses núcleos com o episódio palmarino. Ao falar de Atalaia, o autor faz um breve resumo do que foi o Quilombo dos Palmares até chegar à última expedição e a sua destruição. É nesse ponto que ele fala das mercês, em que, ao final da guerra *foram distribuídas sesmarias aos vencedores, tendo Domingos Jorge Velho escolhido sua parte no local onde hoje se encontra o município de Atalaia*<sup>103</sup>.

Na vez de Viçosa, Tenório dialoga com Alfredo Brandão, afirmando que as terras pertenciam ao Quilombo e foi refúgio dos palmarinos. Também tece afirmação que Viçosa fora uma sesmaria dada a André Furtado de Mendonça, indivíduo que, até onde foi analisado, só havia ganho mercê pecuniária pela cabeça de Zumbi<sup>104</sup>. Por fim, em União dos Palmares, a “Troia negra de Zumbi”, Tenório faz outra descrição, dessa vez maior, do Quilombo, e confirma sua opinião de que este fora formado antes da invasão holandesa<sup>105</sup>.

Outro exemplo sobre suas análises acerca de Palmares está justamente em seu livro sobre a presença holandesa em Alagoas, onde ele insere o Quilombo no contexto da invasão, dedicando apenas um breve trecho. Nele, o autor descreve certa preocupação os flamengos em relação à ameaça quilombola, porém, nada tão urgente<sup>106</sup>.

Passados três anos, em 1979 Geosélia da Silva Pinto lançava sua *História de Alagoas*, com objetivos didáticos. Ao falar sobre Palmares, ela dita seu início no período holandês, como o fez a maioria dos autores aqui mencionados. Faz uma breve descrição da organização do Quilombo, afirmando que este crescera ainda na dominação holandesa, por conta do governo da Capitania pernambucana estar com as atenções voltadas para a reconquista.

---

<sup>102</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>103</sup> SIMÕES, Leonardo (Coord.). *Enciclopédia Municípios de Alagoas*. 3ª ed. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2012, p. 358.

<sup>104</sup> *Idem*, p. 414.

<sup>105</sup> *Idem*, p. 394.

<sup>106</sup> TENÓRIO, Douglas A. *A Presença Holandesa. A história da Guerra do açúcar vista por Alagoas*. Maceió: SEBRAE, 2012.

Ao descrever as expedições, ela comete um equívoco ao atrelar a vila de Madalena a União dos Palmares<sup>107</sup>, quando se trata de Santa Maria Madalena da Alagoa do sul, em 1668. Fala das últimas guerras, com a presença dos paulistas e da posterior destruição do Quilombo, com o suicídio de vários negros e a decapitação, anos depois, de Zumbi. Ao falar das mercês, menciona que André Furtado de Mendonça fora gratificado pela cabeça de Zumbi, e que Domingos Jorge Velho *recebeu como recompensa, o domínio daquela região*<sup>108</sup>, e completa com a prisão de Bernardo Vieira de Melo, por causa da guerra dos Mascates.

Em 1980 Atalaia ganhava uma nova contribuição à sua história. Com um nome sugestivo, *Atalaia, último reduto dos palmarinos*, Vandete Pacheco Cavalcante contou sua versão histórica sobre o município, tendo a obra de Aminadab Valente como base. Acerca de seu título, a autora trouxe uma importante informação, de que Viçosa e União dos Palmares pertenciam às terras de Atalaia<sup>109</sup>, desmembrando-se posteriormente. Nesse sentido, ela, de certa forma, contraria as teses de Alfredo Brandão de que as terras de Viçosa foi cenário dos últimos conflitos nos Palmares. Já que pertencia à Atalaia, a autora acabou por reivindicar o mérito do fato histórico-geográfico para sua cidade<sup>110</sup>.

Em princípio, ela fala dos Quilombos de uma forma geral, que surgiram no século XVI e tiveram crescimento com a invasão holandesa na Bahia, em 1624. Foi nesse contexto que ela incluiu Palmares e, seguindo os passos de Jayme de Altavila (influenciado por Nina Rodrugues), divide-o nas três fases já discutidas. Ao falar das expedições, a autora comete dois erros: identifica Alagoas já como comarca, distinta de Penedo e Porto Calvo, quando na verdade se trava da vila de Alagoas do Sul; e ao tratar de Fernão Carrilho como governador de Pernambuco<sup>111</sup>.

Quando menciona Domingos Jorge Velho, Vandete Cavalcante dá mais informações sobre o contrato assinado e as mercês desejadas pelo bandeirante, que eram *um quinto do valor dos negros capturados, perdão para os crimes cometidos por seus homens e seis léguas de terra onde melhor lhe conviesse*<sup>112</sup>. Em seguida ela faz uma descrição dos conflitos, com mais destaque para o último. Um dado curioso aparece em relação ao mito do suicídio dos negros, onde a autora classifica-o como um ato descuidado dos negros, que, de noite, não

<sup>107</sup>PINTO, Geosélia da S. *História de Alagoas*. Maceió, 1979, p. 45.

<sup>108</sup>*Idem*, p. 46.

<sup>109</sup>Consta que as terras do município de Murici nasceram como sesmarias dentro dos limites de Atalaia, TENÓRIO JR, Diógenes. *Murici*. Maceió: SERGASA, 1992, p. 21.

<sup>110</sup>CAVALCANTE, Vandete P. *Atalaia*. Último reduto dos Palmarinos. Atalaia, 1980, pp. 15-16.

<sup>111</sup>CAVALCANTE, Vandete P. *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>112</sup>*Idem*, p. 30.

viram o despenhadeiro<sup>113</sup>. Sobre as mercês, a autora se debruça sobre a sesmaria dada a Jorge Velho.

Dois anos depois, em 1982, um jovem economista fazia seu resumo da *formação histórica de Alagoas*, trata-se de Cícero Péricles de Carvalho<sup>114</sup>. O livro segue os padrões sistemáticos das “histórias de Alagoas”, com os fatos divididos em capítulos. Tratando de Palmares o autor trata a formação de Quilombos como um segundo estágio de rebeldia dos negros, sendo o primeiro o suicídio, em seguida faz uma menção a algumas revoltas que aconteceram no Brasil até chegar aos Palmares, como a revolta de maior duração da história.

Segundo ele, a formação do Quilombo data de antes da invasão holandesa, se juntando, nesse sentido, aos poucos autores que fizeram a mesma afirmação. Para legitimar esse ponto, Péricles de Carvalho cita uma carta datada de 1597, de um jesuíta chamado Pero Lopes, e praticamente repete as palavras de Manuel Diégues Jr em relação à expedição ordenada por D. Diogo Botelho<sup>115</sup>. Apesar de tachar a origem do Quilombo para o século XVI, é na invasão holandesa que ele se desenvolve.

O autor faz uma descrição da organização política, chefiados por Ganga Zumba e das atividades dentro do Quilombo. Sobre as entradas, Péricles de Carvalho relata que Palmares resistira durante mais de meio século devido a sua estrutura militar de defesa. Ao todo, segundo ele, e divergindo de outros autores foram 16 expedições, incluindo as holandesas<sup>116</sup>. Acerca dos paulistas, o autor traz, pela primeira vez na historiografia alagoana, uma breve descrição de Domingos Jorge Velho e dos bandeirantes. Eram eles, na opinião do Bispo Francisco de Lima, do Governador Caetano de Mello e Castro e do Conselho Ultramarino, gente bárbara, piores do que os próprios negros, entretanto, os mais aptos para a investida<sup>117</sup>. Em relação às mercês, fala que André Furtado fora gratificado pela cabeça de Zumbi, Bernardo Vieira de Melo preso por conta da guerra dos Mascates, e Domingos Jorge Velho recebera o *domínio de toda a região pertencente à Republica dos Palmares*<sup>118</sup>.

Em 1985, o *Núcleo de estudos Afro-brasileiros* (NEAB), sob a coordenação de Zezito de Araujo, em parceria com o Memorial Zumbi, realizava um plano para o tombamento do

---

<sup>113</sup>*Idem*, p. 32.

<sup>114</sup>No início da década de 80, autor do livro presenciou uma polêmica junto ao escritor Moacir Medeiros de Sant’ana, naquela época diretor do Arquivo Público de Alagoas (APA), onde acusava Cícero Péricles de Carvalho de plágio de várias obras da historiografia alagoana. Para mais informações, ver SANT’ANA, Moacir M. “História de um plágio”. *Revista do CHLA*. Ano II. Nº 3. Maceió, 1986, pp. 9-15.

<sup>115</sup>CARVALHO, Cícero Péricles. *Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982, p. 139. Mais adiante, o autor se contradiz, citando a duração do Quilombo de 1630 até 1695, ou seja, com início na invasão holandesa.

<sup>116</sup>*Idem*, pp. 142-143. O autor, na contagem das 16 expedições, esquece-se da expedição de Bartolomeu Bezerra, ordenada por D. Diogo Botelho, que ele mesmo cita.

<sup>117</sup>*Idem*, p. 145.

<sup>118</sup>*Idem*, p. 146.

sítio histórico da Serra da Barriga, em que prepararam um relatório de modo a divulgar a importância do local para o patrimônio histórico nacional. Deste modo, elaboraram, através de tópicos explicativos e usando de documentação, uma pequena discussão histórico-geográfica acerca da formação e do desenvolvimento do Quilombo dos Palmares. Eles classificaram Palmares, de forma oportuna, como uma *confederação de Mocambos* que visavam à negação das características da sociedade escravista colonial através da busca de um modo de vida livre.

Sua formação, segundo eles, já se dava desde quando houvesse cativos na Capitania Pernambucana, pois cita a expedição ordenada por D. Diogo Botelho em 1602, sugerindo a existência do Quilombo desde pelo menos essa data. Nesse sentido, acreditam que foi no período holandês que se deu seu desenvolvimento<sup>119</sup>. Usando de citações documentais selecionadas, os autores elaboraram uma descrição espacial do Quilombo, bem como os prejuízos que causou a sociedade colonial, a falta de fazendas e mantimentos para as expedições, e a participação dos paulistas<sup>120</sup>. O resto do relatório se compõe de estudos sobre sua geografia, ou seja, relevo, clima, hidrografia, não tecendo comentários acerca das mercês.

Dez anos depois, Zezito de Araújo publicava um pequeno resumo sobre a vida de Zumbi em que traz alguns dados interessantes, mas sem citar fontes. Segundo ele, Zumbi teria sido aprisionado, ainda bebê em 1655 e dado, pela família Lins, de presente ao padre Antonio Melo, que o criou. Nos conflitos após o tratado de paz, Zezito de Araújo afirma, anos antes de Dirceu Lindoso, a vontade de Zumbi de criar uma sociedade única e livre<sup>121</sup>. Outro dado, um tanto curioso, é que zumbi realizava invasões *para destruir o inimigo em sua própria sede*<sup>122</sup>. No mais, descreve as últimas expedições, dando enfoque ao assassinato de Zumbi por André Furtado de Mendonça, sem mencionar sua mercê.

Outra obra nos mesmos moldes da escrita por Cícero Péricles surgiria em 1988, é a de Isabel Loureiro de Albuquerque. No capítulo sobre Palmares, a autora atesta seu início desde quando começou a escravidão em Pernambuco, pois, desde essa época já havia negros se refugiando na Serra da Barriga. No entanto, seu desenvolvimento foi durante a invasão holandesa. Ela traz um dado interessante que é a atual localização de alguns mocambos que existiram naquele período<sup>123</sup>.

<sup>119</sup>ARAÚJO, Zezito de. (Coord.). *Serra da Barriga: Exposição de motivos para o tombamento*. Maceió: SECOM, 1985, p. 19.

<sup>120</sup>*Idem*, pp. 19-29. Os autores cometem um erro na página 28 ao tratar Alagoas como Comarca durante o período holandês.

<sup>121</sup>ARAÚJO, Zezito de. "Zumbi dos Palmares". *Tempo e Presença*. V. 17, n° 283, set/out, 1995, p. 11.

<sup>122</sup>*Idem*, p. 12.

<sup>123</sup>ALBUQUERQUE, Isabel L. de. *História de Alagoas*. 3ª ed. Maceió: Imprensa Oficial, 2002, pp. 68-69.

Ao descrever a organização do Quilombo, a autora divide em tópicos, dedicando breves linhas a sociedade, política, em que ela chega a comparar Zumbi a um *monarca absoluto*<sup>124</sup>; religião, economia, entre outros. Até o momento, segundo ela, tudo era pacífico, até que os holandeses mandaram suas expedições e os quilombolas *passaram a ficar agressivos*<sup>125</sup>. Ela cita as entradas de Manuel Lopes e Fernão Carrilho, e, em seguida, fala do tratado de paz acordado por Ganga Zumba, que depois fora assassinado por Zumbi, que recusou o acordo.

Ao falar dos paulistas, estes eram vistos como a solução para derrotar o Quilombo. Ela cita o acordo feito por Domingos Jorge Velho e as seis léguas que este receberia como mercê. Ela descreve a luta final e, dialogando com Vandete Cavalcante, concorda que o suicídio de vários negros em um penhasco fora acidental. Ao falar das mercês, ela cita os 50 mil réis ganhos por André Furtado e o conflito de Domingos Jorge Velho pelas terras que lhe foi prometida, tendo sua esposa conseguido após sua morte<sup>126</sup>.

Um ano depois, em 1989, o então diretor do Arquivo Público de Alagoas (APA), Moacir Medeiros de Sant'Ana, lançava um ensaio desvendando os *Mitos da escravidão* em Alagoas. Neste livro, o autor dedica algumas páginas a falar sobre as trincheiras de pedra que supostamente foram construídas pelos quilombolas como obra de defesa, logo após a segunda expedição de Fernão Carrilho, em que foram tomados dois quilombos, despertando a atenção dos palmarinos em relação às defesas de palmares<sup>127</sup>. Nesse sentido, ele cita várias excursões feitas entre 1908 e 1977 a Serra da Barriga por jornalistas e pesquisadores, entre eles Correia de Oliveira, Rodrigo da Silva Pontes, Jayme de Altavila, Craveiro Costa, entre outros, revelando a decepção deles com o cenário, que já não era mais o mesmo que outrora.

No mesmo ano, o historiador das religiões em Alagoas, Álvaro Queiróz, lançava seu *Episódios da história das Alagoas*, de cunho didático e sistemático. Seu tópico sobre Palmares é breve. Sugere sua formação para fins do século XVI, como poucos na historiografia até aqui tinham feito. Descreve sua extensão territorial e fala que houve várias expedições, citando a última e a destruição do Quilombo. Segundo o autor, houve outros Quilombos em Alagoas, desde o século XVII, junto a Palmares, até o XIX<sup>128</sup>.

O geógrafo alagoano Ivan Fernandes Lima, em 1992, lançava sua *Ocupação espacial do Estado de Alagoas*, em que faz um estudo acerca do povoamento a partir das diversas

---

<sup>124</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>125</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>126</sup> *Idem*, pp. 77-78.

<sup>127</sup> SANT'ANA, Moacir M. de. *Mitos da Escravidão*. Maceió: Secretária de comunicação social, 1989, p. 79.

<sup>128</sup> QUEIROZ, Álvaro. *Episódios da História das Alagoas*. 3ª ed. Maceió: Gráfica Moura Ramos, 2010, p. 46.

sesmarias que foram sendo doadas desde o século XVI. Palmares aparece em sua obra como *um estrangulamento da evolução do desenvolvimento alagoano*, sendo situada como uma área de ocupação que, após sua destruição, fora ocupada pelos vencedores<sup>129</sup>. Esperava-se que o autor fosse aprofundar um pouco a relação das sesmarias dadas aos vencedores, entretanto, concentra-se mais em uma análise geográfica das condições de ocupação da área palmarina<sup>130</sup>.

Em 1994, Ernani Mero, quis registrar a participação de Penedo na guerra contra o Quilombo. Dedicando uma breve página, o autor afirma a existência de dois Quilombos no atual município e cita Palmares como um exemplo, defendendo a causa dos palmarinos. Para o autor, eles foram vítimas da sociedade que formou um exército de destruição no qual penedo esteve presente<sup>131</sup>.

Três anos depois, em 1997, o educador e estudioso da história da educação em Alagoas, Elcio de Gusmão Verçosa, lançava seu *Cultura e educação nas Alagoas*. Sobre Palmares, o autor dedica apenas uma página, inserindo-o em um contexto de consolidação do projeto colonial, caracterizando o Quilombo como um fator que atrapalhou a reorganização da economia alagoana. Cita o ano de sua formação, 1630, e de sua destruição, 1697, por Domingos Jorge Velho, paulista [que] *receberá em recompensa do seu feito o domínio das terras da região às quais havia finalmente restituído a tranquilidade para a tarefa de colonização*<sup>132</sup>.

No mesmo ano, um tipo de abordagem diferente foi dado por Luiz Sávio de Almeida a questão dos Palmares. Em vez de contextualizar e narrar a história como foi feito até o momento pela maioria dos estudos, o autor elaborou uma reflexão de como o Quilombo era visto pela escrita da história. O autor parte do pressuposto de que Palmares transformou-se em um palco historiográfico, saindo de uma *sociedade alternativa*<sup>133</sup> para a condição de objeto da escrita senhorial, perdendo, assim, sua identidade<sup>134</sup>.

<sup>129</sup>LIMA, Ivan F. *Ocupação Espacial do Estado de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1992, p. 82.

<sup>130</sup>O autor traz informações do número de sesmarias doadas na área do Quilombo, em um total de 30, entretanto, não aprofunda a identificação de quem as recebeu. *Idem*, p. 71.

<sup>131</sup>MERO, Ernani. *Perfil de Penedo*. Maceió: Sergasa, 1994, p. 47.

<sup>132</sup>VERÇOSA, Elcio de G. *Cultura e Educação nas Alagoas*. História e Histórias. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 55.

<sup>133</sup>O autor, em sua tese de doutorado acerca do movimento cabano, defendida em 1995, caracteriza Palmares como uma sociedade alternativa, por se contrapor ao modo de vida social dito oficial, ou seja, dos brancos senhoriais. Nesse sentido, insere o Quilombo dentro do imaginário branco tomado pela *síndrome do medo*, pois a liberdade do negro consistia no fim das relações de poder então vigentes, por ter essa sociedade alternativa uma organização diferenciada, assumindo um caráter abrangente e radical que perdeu por cerca de um século. ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula o Capitão de Todas as Matas*. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008, pp. 39, 54-55.

<sup>134</sup>ALMEIDA, Luiz Sávio de. “300 anos de Zumbi. Reflexão: As metamorfoses de Zumbi”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº. 25, 1997, p. 241. Em outro texto, Sávio de Almeida faz à mesma reflexão acerca da escrita senhorial dessa vez situando a historiografia alagoana do século XIX e suas

Nesse sentido, ele aborda três movimentos: 1) o de imputação de uma identidade de herói a Zumbi dado pela escrita senhorial, que, ainda sim, continuavam marginalizando os negros; 2) o da busca de identidade para o Quilombo, com Edison Carneiro; 3) e o de atualização do tema com o movimento negro. No final, o autor defende uma análise mais reflexiva sobre o significado do Quilombo dos Palmares, buscando sua identidade, sem ter que determiná-lo ou esgotá-lo<sup>135</sup>.

No ano de 1999 vemos outra história municipal a falar um pouco sobre Palmares, dessa vez em Coruripe. A análise é bastante breve, concentrando-se na destruição do Quilombo, que o autor, João Lemos, equivocadamente, situa no ano de 1679. De forma anacrônica, ele insere Coruripe nos bastidores e nas batalhas, sendo ela uma região que havia sofrido os efeitos do Quilombo palmarino<sup>136</sup>. Sabemos que no século XVII havia o rio Coruripe, sendo que a região de mesmo nome surgiria no século XIX.

No mesmo ano, o ex-governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, lançava *Raízes de Alagoas*. Com objetivos didáticos e influenciado pelas “histórias de Alagoas”, o autor dedica um capítulo ao período colonial. Dois tópicos são reservados aos Palmares, no primeiro, ele contextualiza a formação e o modo de vida dos mocambos. Sem falar dos Palmares em si, ele sugere a subordinação desses aglomerados a um chefe denominado Zumbi<sup>137</sup>. Mas é no segundo tópico que Palmares seria mencionado. Seu início, segundo Suruagy, foi em 1630.

Fala dos combates como causas para o desenvolvimento da defesa palmarina. Além disso, destaca o acordo de paz entre o governo de Pernambuco e Ganga Zumba, e a insurgência de Zumbi, segundo o autor, filho de Ganga Zumba<sup>138</sup>. Menciona Domingos Jorge Velho, sua primeira expedição e a derradeira, com a participação de Bernardo de Melo. Acerca dos prêmios, menciona apenas que a Jorge Velho havia sido prometido *várias recompensas – inclusive enormes extensões de terra*<sup>139</sup>.

Ainda na virada do século, Dirceu Lindoso, seguindo os passos de Luiz Sávio de Almeida, discutia, em seu *Formação de Alagoas boreal*, questões acerca dos Palmares, sob uma perspectiva diferente, lançando novas discussões e problemas. De início, ele defende a formação dos Mocambos para finais do século XVI. Os pontos-chave da discussão estão na condição de como ele enxerga o Quilombo palmarino. Para ele, Palmares representa uma

---

abordagens sobre Palmares. ALMEIDA, Luiz Sávio de. “Palmares e dois historiadores alagoanos” *Op. Cit.*, pp. 7-17.

<sup>135</sup> *Idem*, pp. 243-245.

<sup>136</sup> LEMOS, João R. *Coruripe*. Sua história, sua gente, suas instituições. Maceió, 1999, p. 83.

<sup>137</sup> SURUAGY, Divaldo. *Raízes de Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2000, p. 35.

<sup>138</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>139</sup> *Idem*, p. 38.

categoria de negação escrava através da fuga, tendo Zumbi como a figura da negritude brasileira, sendo o herói de uma consciência histórica<sup>140</sup>. Em relação às mercês, Lindoso foi o primeiro a fazer menção ao tema nos moldes do que iremos tratar aqui, ao citar Cristóvão Lins e sua participação na guerra em 1664, tendo ganhado o título de Mestre de campo<sup>141</sup>.

Em 2007, Lindoso lançou uma obra tratando exclusivamente sobre Palmares, onde pode trazer uma nova discussão. Em *O poder quilombola*, o autor se debruçou na diferença entre uma comunidade mocambeira e um Quilombo, defendendo a tese de que Palmares passou a condição de um Quilombo unificado depois da morte de Ganga Zumba e a ascensão de Zumbi. Nesse sentido, o autor lança a hipótese de que Zumbi queria realizar o acordo de paz, porém, antes tinha de unificar os palmarinos<sup>142</sup>. Outro tema forte nessa obra, e que justifica seu título, são as cercas reais ou paliçadas. Segundo ele, essas fortificações de troncos de árvores são de herança indígena<sup>143</sup> e representaram um grande sistema de defesa contra o que ele chamou de *Grande Empresa Colonial*<sup>144</sup>. Uma hipótese polêmica levantada pelo autor foi que Zumbi não havia morrido e sim desaparecido, pois, segundo ele, não houve vestígios de sua morte durante os cercos finais<sup>145</sup>.

Em 2011, outra obra abordando, em sua maioria, Palmares, era lançada. Em *Razão Quilombola*, coletânea de vários textos organizada por Bruno Cavalcanti, Lindoso aprofundou os estudos feitos no livro anterior, além de discutir outros pontos. Nesse sentido, procurou analisar a formação social palmarina a partir de um viés etnográfico, entendendo-a como uma sociedade que contrapôs os interesses do Estado colonial. Há um diálogo com a formação de Alagoas, em que o autor sugere que a configuração do espaço alagoano no século XVIII se deu a partir da destruição do Quilombo dos Palmares<sup>146</sup>.

O autor se baseia na teoria do general prussiano Carl Von Clausewitz para definir um contraponto entre a guerra palmarina e a guerra do Estado colonial, sendo essa última, segundo ele, uma guerra de destruição, em que se procurou vetar a formação de uma nação negra. Já a luta dos quilombolas foi classificada como uma guerra etnográfica, em que a busca

<sup>140</sup>LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Edições Catavento, 2000, pp. 56 e 61.

<sup>141</sup>*Idem*, p. 26.

<sup>142</sup>LINDOSO, Dirceu. *O Poder Quilombola*. A comunidade mocambeira e a organização social quilombola. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 24-25.

<sup>143</sup>*Idem*, p. 37. O autor foi o primeiro na historiografia alagoana a afirmar a precedência dos índios nas terras palmarinas antes da ocupação dos negros. Nesse sentido, ele cita as pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga pelo arqueólogo Scott Allen.

<sup>144</sup>*Idem*, p. 19. Por Grande Empresa, entenda-se as últimas expedições, que contaram com a presença dos bandeirantes paulistas liderados por Domingos Jorge Velho. Segundo Lindoso, esta empresa contou com um grande número de soldados e um bom financiamento.

<sup>145</sup>*Idem*, p. 20.

<sup>146</sup>LINDOSO, Dirceu. *A Razão Quilombola*. Estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Organizado por Bruno César Cavalcanti. Maceió: EDUFAL, 2011, pp. 40-41.

pela sobrevivência da organização social mocambeira era o mais importante<sup>147</sup>. Sobre as mercês, Lindoso foca na questão sesmeira, entretanto, destaca uma problemática, ao sugerir um possível conflito pelas terras quilombolas entre os paulistas e os pernambucanos<sup>148</sup>.

Em 2001, o porto-calvense Audemário Lins lançava uma biografia sobre Zumbi. Com uma reflexão deveras romântica e, às vezes, confusa, o autor, baseando-se em um discurso de “verdade” histórica, traçou um perfil de Zumbi defendendo-o como um herói nacional<sup>149</sup>, líder de toda uma população negra, vítima da escravidão. O texto, com algumas contradições, traça um pequeno resumo do que foi o Quilombo dos Palmares para em seguida, refletir sobre a personalidade de Zumbi. O autor, em uma tentativa de romancear sua escrita, chega a inventar diálogos entre os personagens. Em outros momentos, interage diretamente com o leitor, dando um teor narrativo ao seu texto. Apesar da mínima descrição dos conflitos palmarinos, Audemário Lins não aborda ou faz menção a recompensas ou mercês.

Em 2005, Francisco Reinaldo de Barros lança *ABC das Alagoas*, um dicionário contendo os mais variados verbetes relacionados ao Estado. Palmares é contemplado com alguns deles, dos quais podemos destacar os que apresentam menções a mercês. Falando sobre o Quilombo, o autor destaca sua formação para o fim do século XVI, e pela primeira vez em mais de um século, assim como o fez Manuel Balthazar Pereira Diégues, ele cita, além das sesmarias, quatro hábitos nas três ordens militares para os principais capitães<sup>150</sup>. O autor é o segundo, depois Dirceu Lindoso, a trazer informações sobre outras mercês adquiridas por soldados depois da guerra contra Palmares. Bernardo Vieira de Melo foi governador do Rio Grande em 1695 e Cristóvão de Mendonça Arrais foi sargento mor e substituiu Domingos Jorge Velho como governador dos paulistas na guarnição dos Palmares<sup>151</sup>.

Em 2010, Antonio Filipe Pereira Caetano, pensando uma nova forma de compreender o papel da comarca das Alagoas no período colonial, situa o Quilombo dos Palmares em um momento em que as vilas “alagoanas” careciam de uma organização política, bem como um controle administrativo. Desse modo, o autor levanta hipótese de que Palmares possa ter sido uma ameaça a esse controle, comprometendo também o modelo econômico açucareiro na

---

<sup>147</sup> *Idem*, pp. 71-72, 93-94.

<sup>148</sup> *Idem*, pp. 82-83.

<sup>149</sup> LINS, Audemário. *Zumbi*. O rebelde herói negro. Maceió: Edições Catavento, 2001, p. 70.

<sup>150</sup> BARROS, Francisco Reinaldo A. de. *ABC das Alagoas*. Dicionários biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 441.

<sup>151</sup> *Idem*, p. 248 e BARROS, Francisco Reinaldo A. de. *ABC das Alagoas*. Dicionários biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 94.

região, assim como o regime escravista<sup>152</sup>. Em outro trabalho, o autor enxerga Palmares como um conflito que pode gerar mercês aos súditos *d'el Rey* que participaram dos embates<sup>153</sup>.

No mesmo ano, a partir do gancho dado por Antonio Caetano, fizemos um estudo acerca do processo de distribuição de cargos e postos na Comarca alagoana durante o século XVIII e percebemos que a guerra contra Palmares gerou discursos por parte dos que lutaram, acarretando esses ofícios como mercês aos mesmos e seus descendentes<sup>154</sup>. Em um estudo recente, descortinamos, de modo parcial, a quantidade de requerimentos e mercês que surgiram ao longo do século usando o conflito contra Palmares como discurso, o que marca o intuito deste trabalho em aprofundar essa discussão<sup>155</sup>.

Em 2012, Alex Rolim, buscando compreender a formação jurisdicional do território “alagoano”, retoma a discussão sobre Palmares entendendo que sua destruição contribuiu para uma colonização mais sistemática do interior, onde a região aparece como um espaço de vigia, com o surgimento do terço do palmar. Nesse sentido, ele sugere que as sesmarias, dadas como mercês aos vencedores, garantiriam a ocupação do território palmarino, e conseqüentemente, o seu policiamento, evitando, assim, novas sublevações<sup>156</sup>.

## 1.5 – Os Institutos Históricos...

### 1.5.1 – IHGB

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principal logradouro da memória senhorial brasileira, não deu muita atenção ao tema Palmares, tendo produzido apenas quatro ensaios, escritos, por incrível que pareça, em sua maioria, por alagoanos.

O primeiro, de 1841, escrito por Rodrigo Silva Pontes, faz um alento a importância que o IHGB tem de coligir documentação sobre a história e geografia do Brasil, bem como conhecimento de seus monumentos. Todavia, seu ensaio visa discutir as contradições acerca

<sup>152</sup>CAETANO, Antonio Filipe P. “Nos confins, nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional Alagoana. (Séculos XVI-XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Alagoas e o Império Colonial Português*. Ensaios sobre poder e administração (Séculos XVII-XVIII). Maceió: CEPAL, 2010, p. 32.

<sup>153</sup>CAETANO, Antonio Filipe P. “Poder, Administração e construções de identidades coloniais em Alagoas (Séculos XVII-XVIII)”. *Revista Ultramares*. Nº 2, Vol. I, Ago-Dez/2012, pp. 34 e 42.

<sup>154</sup>MARQUES, Dimas B. “Elites administrativas e a dinâmica da distribuição de cargos na Comarca das Alagoas (Séculos XVII-XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. *Op. Cit.*, pp. 152-156.

<sup>155</sup>MARQUES, Dimas B. “Por meus méritos às minhas mercês: Elites locais e a distribuição de cargos (Comarca das Alagoas – Séclo XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Alagoas Colonial*. Construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações. (Séculos XVII-XVIII). Recife: EDUFPE, 2012, pp. 133-134.

<sup>156</sup>ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: Contribuição a uma arquitetura dos poderes nas Capitâneas de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco (1655-1712)”. *Revista Ultramares*. Nº 2, Vol. I, Ago-Dez/2012, p. 152.

dos escritos de Barleus, Brito Freire e Rocha Pita sobre os Palmares. Suas dúvidas giram em torno da localização e distribuição dos Mocambos, já que os três apresentam opiniões distintas – apesar de Barleus e Brito Freire concordarem em algumas. Outro questionamento assaz pertinente diz respeito ao número de quilombolas, no qual se duvida das afirmativas de serem de 30.000 a população ao tempo dos holandeses<sup>157</sup>. Curiosamente, o autor fala das sesmarias dadas aos vencedores, anteriormente ocupadas pelos palmarinos. Segundo ele, seria importante elencar essas datas de terra para se ter uma noção do território total ocupado pelo Quilombo.

O segundo ensaio, do ex-governador do então recente Estado de Alagoas, Pedro Paulino da Fonseca<sup>158</sup>, publicado em 1876, faz uma narrativa, com um certo detalhamento, da expedição de Fernão Carrilho, apresentando-a como uma entrada que obteve bastante sucesso, tendo, segundo ele, destruído Palmares, o que ocasionou o acordo de paz feito entre o Governador de Pernambuco e Ganga-Zumba. Percebe-se uma exaltação exacerbada dos feitos e glórias dos soldados coloniais. Segundo o autor, o acordo de paz foi um momento de festa, ele lamenta não ter dado certo e a guerra ter continuado, derrocando o Quilombo anos depois. Apesar de não falar de mercês, o autor dá pistas dos serviços feitos por alguns indivíduos.

Mais de um século depois, em 1999, Moacir Medeiros de Sant’Ana publicava uma conferência, realizada em 1995, em que dissertava acerca da historiografia sobre Palmares. No texto, ele destaca a compilação de documentos inéditos feita por Ernesto Ennes, Ivan Alves Filho e Décio Freitas. Para esse último, Sant’Ana discute a polêmica em torno da veracidade de suas afirmações, já que Freitas não citava fontes.

O ponto principal de sua fala está na desmitificação de falácias sobre a história palmarina. Por exemplo, a formação dos Mocambos que ele afirma ser em finais do século XVI e o mito do suicídio de Zumbi, que o autor lamenta ainda haver escritores que o defendem, mesmo com documentação contrária divulgada. Uma delas faz referência a mercê recebida por André Furtado de Mendonça por ter assassinado Zumbi<sup>159</sup>.

O último ensaio publicado na revista do IHGB contendo reflexões sobre Palmares é de Douglas Apratto Tenório. Trata-se de um manifesto sobre a importância histórica de Alagoas

---

<sup>157</sup>PONTES, Rodrigo de S. da S. “Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á História e Geographia do Brasil?”. *RTHG ou JIHGB*. Tomo 3, Nº 10. Jul, 1841, p. 154.

<sup>158</sup>FONSECA, Pedro Paulino da. “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678”. *RTIHGEB*. Tomo XXXIX, Parte primeira, 1876.

<sup>159</sup>SANT’ANA, Moacir M. “Reflexões em torno da historiografia dos Palmares”. *RIHGB*. a. 160, Nº. 402. Jan/Mar, 1999, p. 241.

dentro da história do Brasil. O autor exalta Alagoas de um jeito que parece esquecer que ela não existia nos séculos XVI e XVII, sendo seu território o sul de Pernambuco. Nesse sentido, não é justo reivindicar Palmares como *uma das páginas mais gloriosas da História do povo alagoano*<sup>160</sup> como o faz Tenório. Ele limita-se a classificar o episódio palmarino como um marco na construção de uma identidade mestiça, sendo *a maior demonstração de rebeldia da história do escravismo*<sup>161</sup>.

### 1.5.2 – IAHGP

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, primeira instituição provincial a surgir, em 1862, firmou em suas páginas alguns ensaios sobre Palmares. O primeiro, publicado em 1904 por Nina Rodrigues faz uma discussão refutando algumas afirmações sobre o tema, como sua formação, em que ele afirma ser anterior ao período holandês. Rodrigues é quem lança luz a divisão em três fases, Palmares holandês, da restauração e terminal, onde na época das expedições holandesas, só havia dois Palmares, sendo a confederação de mocambos surgida a partir da restauração.

Após descrever a organização sócio-política do Quilombo, Nina Rodrigues põem em dúvida o contingente populacional e a arquitetura dos mocambos. Ao falar das expedições, o autor reconhece o grande número de tentativas e descreve as mais importantes. Mesmo questionando alguns conceitos, o autor insiste em seguir a ideia do suicídio de Zumbi, inclusive questionando a documentação que fala de seu assassinato. Por último, ele fala acerca da origem étnica dos Palmares, em que acredita ser predominantemente banto. Sobre mercês, o autor faz uma rápida menção ao acordo de Domingos Jorge Velho acerca das terras e do prêmio de 50 mil réis a André Furtado<sup>162</sup>.

Em 1924, Ulysses Brandão faz um estudo sobre a Confederação do Equador, porém, faz uma contextualização sobre a história pernambucana, em que fala, entre outros assuntos, sobre Palmares. Segundo o autor, os negros, mais brandos que os índios, preferiram se rebelar pacificamente através da fuga, daí surgiu Palmares, república organizada aos moldes africanos, mas com influência europeia<sup>163</sup>. O autor faz uma descrição da organização militar de defesa do Quilombo.

<sup>160</sup>TENÓRIO, Douglas A. “Presença de Alagoas” In: *RIHGB*. a. 161, Nº 408. Jul/Set, 2000, p. 185.

<sup>161</sup>*Idem*, pp. 185-186.

<sup>162</sup>RODRIGUES, Raymundo N. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, pp. 83 e 85.

<sup>163</sup>BRANDÃO, Ulysses. “Os negros. Os quilombos. República dos Palmares (1630-1697)”. *RIAHGP*. Vol. XXVI, Nº 123-126, 1924, p. 38.

Percebe-se em seu discurso uma concordância à causa dos negros, principalmente quando ele fala do acordo de paz, em que sugere que os palmarinos foram reconhecidos como uma nação pela coroa portuguesa<sup>164</sup>. Ao final, o autor concorda com o suicídio de Zumbi, e traz o trecho de uma carta patente de Bernardo Vieira de Mello, em que descreve um suicídio de negros, mas não cita Zumbi. Podemos tratar essa carta, de capitão mor do Rio Grande, como única menção de mercê, mesmo não aparecendo diretamente.

Em 1931, Basilio de Magalhães escreve uma pequena biografia sobre Bernardo Vieira de Mello – assim como João Francisco Duarte o fez na revista do IAGA em 1904 – focando em sua participação no levante dos Mascates. Sua rápida citação sobre Palmares é de suma importância, pois revela as mercês adquiridas por ele depois da guerra. Foi nomeado capitão mor do Rio Grande em 1695 e sargento mor do terço dos Palmares em 1709<sup>165</sup>.

No ano seguinte, dois ensaios são publicados abordando temas palmarinos. O primeiro deles, de Mario Melo, sobre os Palmares faz uma discussão geral sobre o Quilombo em que ele versa sobre alguns conceitos baseando-se em Nina Rodrigues, em que descreve as três fases. Segundo Melo, a destruição dos Palmares foi um bem para o Brasil, mas não se pode culpar o negro, pois foi trazido a força para ser escravo e teve que fugir. A organização em mocambos foi uma forma de resistência ao inimigo branco e índio. Um ponto interessante é que Melo dialoga com Alfredo Brandão, como poucos fizeram. Entretanto, não cita sua tese principal, de ser Viçosa, último reduto de Zumbi<sup>166</sup>.

O outro ensaio, publicado no mesmo número é de Afonso Taunay, acerca de Domingos Jorge Velho e sua genealogia. Segundo o autor, a família provém dos primeiros povoadores de São Vicente e apresenta pelo menos uns quatro indivíduos tendo o mesmo nome. Entretanto, a discussão gira em torno de quem foi o destruidor dos palmares. Ao final, o autor afirma ser ele o sobrinho do primeiro Domingos Jorge Velho, morto em 1670<sup>167</sup>. O mesmo faz uma afirmação importante, de que Jorge Velho não deixara descendentes em São Paulo, e sim no Norte<sup>168</sup>.

### 1.5.3 – IHGAL

---

<sup>164</sup>*Idem*, p. 44.

<sup>165</sup>MAGALHÃES, Basilio de. “Bernardo Vieira de Mello”. *RIAHGP*. Vol. XXXI, Nº 147-150, 1931, p. 352.

<sup>166</sup>MELO, Mário. “A República dos Palmares”. *RIAHGP*. Vol. XXXII, Nº 151-154, 1932, p. 291.

<sup>167</sup>TAUNAY, Afonso de E. “Identificação dos Diversos Domingos Jorge Velho”. *RIAHGP*. Vol. XXXII, Nº 151-154, 1932, p. 296.

<sup>168</sup>*Idem*, p. 297.

A análise da produção do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano (IHGAL) ajuda-nos a complementar a discussão acerca da historiografia alagoana desta instituição, cujo papel de excelência na cultura intelectual perdurou por anos em Alagoas. Ao longo de mais de um século, o IHGAL publicou um número razoável de ensaios sobre o Quilombo dos Palmares.

O primeiro deles foi justamente o estudo que inaugurou a revista do, então, Instituto Archeológico e Geographico. *Crônica do Penedo*, de José Prospero Caroatá, de 1872, foi pioneiro na narrativa estritamente local, priorizando os aspectos históricos de Penedo. Com uma escrita ligada ao poder senhorial, exaltando o povo nobre penedense e seus feitos, sua menção a Palmares limita-se a afirmar a participação de Penedo, que, segundo o autor, fora vítima dos latrocínios causados pelos palmarinos, nos conflitos que destruíram o Quilombo<sup>169</sup>.

O segundo ensaio, do Cônego Francisco Peixoto Duarte, faz uma reflexão acerca do contingente de soldados na última expedição aos Palmares, destacando o maior número de soldados dos povoados e vilas “alagoanos”. Desse modo, o autor acaba por exaltar a figura de Bernardo Vieira de Melo, como um herói da destruição do Quilombo. Há um primeiro contato com o tema das mercês ao afirmar que Vieira de Melo recebera o título de capitão mor e o comando das tropas<sup>170</sup>.

Em 1875, Dias Cabral lança um ensaio fazendo uso de documentação até então considerada inédita sobre Palmares. Trata-se do 2º livro de atas da câmara de Alagoas do Sul, que traz informações importantes acerca dos bastidores das expedições ocorridas entre os anos de 1668 a 1680, os quais foram narrados pelo autor. Entra nesse recorte, por exemplo, a expedição de Fernão Carrilho. Entretanto, o que destacamos nesse ensaio é a menção à alguns indivíduos, como João do Rêgo Barros, o próprio Carrilho e André Dias, que receberam mercês de patentes militares em pleno período de conflitos nos Palmares<sup>171</sup>.

Dois anos depois, Olympio Galvão, seguindo os passos de Caroatá, lança um pequeno resumo histórico sobre Porto Calvo, destacando sua participação como *centro da reunião das forças expedicionárias* na luta contra Palmares<sup>172</sup>. Em 1883, Galvão lança um estudo mais aprofundado sobre a antiga vila de Bom Sucesso, aborda um pouco mais os Palmares, mas sem dizer muito além do que já havia relatado. Cabe destacar que, segundo ele, o Quilombo foi *o acontecimento de transição para o século XVIII em que formam-se as sesmarias e novos*

<sup>169</sup>CAROATÁ, José P. J. da S. “Crônica do Penedo”. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano*. Vol. I, Nº 1, 1872, p. 6.

<sup>170</sup>DUARTE, Francisco P. “Apontamentos para a história pátria”. *RIAGA*. Vol. I, Nº 2, 1873, p. 32.

<sup>171</sup>CABRAL, João Francisco D. “Narração de alguns sucessos relativos a Guerra dos Palmares de 1668 a 1680”. *RIAGA*. Vol. I, Nº 7, 1875, pp. 167-168 e 170.

<sup>172</sup>GALVÃO, Olympio Eusébio de. A. “Ligeira notícia sobre a villa e comarca de Porto Calvo actualmente”. *RIAGA*. Vol. I, Nº 10, 1877, p. 284.

*engenhos de assucar nas terras conquistadas e nas que a liberalidade régia conferio como recompensa a Domingos Jorge Velho*<sup>173</sup>.

Em 1901, no alvorecer do século XX, é publicado o texto *Os Palmares*, de João Francisco Duarte<sup>174</sup>, em que faz uma rápida descrição da localização e dos modos de vida no Quilombo. Quando fala das expedições, vai direto a de Domingos Jorge Velho, destacando sua primeira tentativa. Ao destacar a última expedição, já com Bernardo Vieira de Melo, o autor se detém um pouco mais na narrativa. Percebe-se em seu discurso, a exaltação aos expedicionários em face ao preconceito contra os palmarinos. Sobre as mercês, cita as sesmarias dadas aos vencedores<sup>175</sup>. Em um texto publicado em 1904, tratando sobre a participação de Bernardo Vieira de Melo no levante dos mascates, João Francisco Duarte traz a luz o nome de Miguel de Godóes, participante na guerra contra Palmares, que ganhou a patente de comandante de terço no território da vila de Imperatriz, atual União dos Palmares<sup>176</sup>.

Em 1916, Francisco de Paula Leite e Oiticica publicava a última parte de seu estudo biográfico sobre o José Rodrigues Leite Pitanga, em que versava sobre Palmares. Seguindo os passos de Dias Cabral, o autor fazia uso do livro de atas da câmara de Alagoas do Sul e narrava, aprofundando mais que o anterior, os bastidores entre as câmaras para organizar as expedições. Nesse sentido, ele sugere que a guerra contra Palmares havia começado a partir de 1668, e que desse ano até 1680 não houve expedição de fato<sup>177</sup>. Alegando falta de documentação para depois de 1680, o autor dá um pulo até 1693 quando analisa a entrada de Domingos Jorge Velho seguindo da última expedição.

Assim como Dias Cabral, o autor faz menção a André Dias e Fernão Carrilho e as mercês de patentes militares recebidas ao tempo da guerra. Ainda sobre mercês, afirma o autor que *os paulistas foram os que mais lucraram com a campanha*<sup>178</sup>, já que receberam sesmarias na área palmarina. Desse modo, Oiticica traz alguns documentos discutindo essa questão, que poderão nos auxiliar mais tarde.

<sup>173</sup>GALVÃO, Olympio Eusébio de. A. “Succinta descrição do município de Porto-Calvo”. *RIAGA*. Vol. II, Nº 17, 1883, p. 226.

<sup>174</sup>O texto fora originalmente publicados em 1871 no jornal União Liberal, entretanto, como não dispomos do uso de jornais para esse trabalho, situaremos esse texto dentro da Revista do IAGA.

<sup>175</sup>DUARTE, João Francisco. “Os Palmares. História pátria”. *RIAGA*. Vol. III, Nº 2, 1901, pp. 73-74.

<sup>176</sup>DUARTE, João Francisco. “História pátria. Bernardo Vieira de Mello”. *RIAGA*. Vol. IV, Nº 1, 1904, pp. 13-14.

<sup>177</sup>OITICICA, Francisco de Paula L. e. “Memorial biográfico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga (Quarto período 1850-1875)”. *RIAGA*. Vol. VIII, Nº 1, 1916, pp. 8 e 12.

<sup>178</sup>*Idem*, p. 21.

Jayme de Altavila, sete anos antes de lançar sua obra sobre a história de Alagoas, discutiu o tema palmarino sob outro aspecto. Diferentemente do tópico em seu livro, em que apenas contextualizava o período do Quilombo, nesse ensaio, o autor reflete acerca da importância da luta dos quilombolas e de Zumbi, esse último, um herói, não só pela luta, mas pelo caráter, já que, segundo Altavila, recebera ele uma proposta de paz, entretanto, recusara a fim de manter seus ideais de liberdade, estando ao lado de seu povo<sup>179</sup>. O autor ainda faz menção a mercê de 50 mil réis dada a André Furtado de Mendonça.

O último texto a falar sobre Palmares, do diretor da Biblioteca Nacional, Mario Behring, publicado em 1930. Apesar do título *A morte de Zumbi*, dá maior atenção às expedições realizadas a partir de 1673. Ao todo, o autor cita cerca de 12 entradas, com enfoque as feitas por Fernão Carrilho, que, segundo texto, fez pelo menos quatro expedições aos Palmares. O autor menciona também o acordo de paz, que segundo ele, marca o fim de uma primeira fase palmarina<sup>180</sup>. A segunda fase seria marcada pela ascensão de Zumbi pela entrada dos paulistas, culminando na destruição do Quilombo e na morte de Zumbi. Sobre mercês, o autor cita o requerimento de cartas-patente feito pelos paulistas para poderem entrar nos palmares.

\* \* \*

No que diz respeito aos compêndios de História do Brasil, por não ter acesso a demais obras, ainda não se faz possível uma análise adequada, entretanto, percebe-se, até o momento, que os autores davam pouca importância ao estudo dos Palmares, fazendo rápidas menções junto à guerra dos bárbaros. Pode-se pensar que o episódio dos Palmares, nesse período, não tinha espaço na compreensão da “história nacional”. As mercês, nesse caso, aparecem atreladas aos paulistas e o acordo. Só houve uma menção as sesmarias dadas a Fernão Carrilho.

Por sua vez, a historiografia clássica foi responsável pelas mais importantes obras sobre os Mocambos de Palmares, dando a devida atenção às questões palmarinas. Com base em novas fontes os autores puderam pormenorizar diversas questões. Sobre as mercês, vê-se que houve certa preocupação em atrelá-la às expedições. Claro, todos os autores se detiveram nas benesses dadas a Fernão Carrilho e a Domingos Jorge Velho. Porém, podemos destacar a obra de Edison Carneiro que dedicou um capítulo as mercês de Palmares e a Nelson Barbalho que organizou as sesmarias em ordem cronológica, apontando àqueles que conseguiram pelas

<sup>179</sup>ALTAVILA, Jayme de. “A redenção dos Palmares”. *RIAGA*. Vol. XI, Ano 54, 1926, p. 62. Há outro ensaio publicado na revista sob o título de “Quilombo dos Palmares”, porém, trata-se de um capítulo retirado de um romance de mesmo nome. Por não usarmos romances, esse texto não será discutido.

<sup>180</sup>BEHRING, Mario. “A morte do Zumbi”. *RIAGA*. Vol. XIV, Ano 57, 1930, pp. 147-148.

lutas em Palmares. Ademais, podemos aproveitar a lista de nomes indicadas pelos autores e chocá-las com a documentação a fim de sistematizar as informações.

A historiografia atual, diferentemente da anterior, concentrou-se mais nos artigos em que tentavam discutir facetas da dinâmica interna dos Mocambos. Foram poucos os livros exclusivos sobre palmares, porém, os que saíram tentaram, de certa forma, atualizar as discussões. A maioria dos autores nem sequer mencionam qualquer tipo de mercê, com exceção de Bruno Moares e Silva que publicou um texto com enfoque nas benesses paulistas, porém, sem nenhum avanço. Todavia, outros autores fizeram menção e merecem destaque, como Maria Lêda Oliveira que compara o imaginário do período holandês na construção da memória das elites que galgaram privilégios; Luiz Felipe de Alencastro que delimita o ano de 1778 para a última requisição de mercê usando o discurso de Palmares, podendo, assim, alargar o nosso recorte temporal. E Laura Mendes, que atualiza a lista e discussão das expedições realizadas contra os Mocambos dando indicações de seus comandantes e alguns participantes.

Já a historiografia alagoana, como foi mostrado, debruçou-se bastante sobre Palmares, porém, de forma simplista. Apesar de nos atermos mais na descrição de cada obra, os autores limitaram-se nas análises sobre o assunto. Sobre as mercês, a grande maioria deteve-se na menção as sesmarias dadas a Domingos Jorge Velho. Podemos destacar como importante contribuição os trabalhos sobre Viçosa e Atalaia, que nos darão subsídios para a discussão das elites que se formaram nessas regiões. A obra de Ivan Fernandes Lima, que nos trouxe algumas informações sobre datas de terras localizadas na região “alagoana”.

Por fim, os Institutos Históricos foram importantes para a história dos Palmares por divulgarem uma documentação que até hoje é usada pelos historiadores. Em relação aos artigos, vê-se que o IHGAL foi quem mais produziu sobre os Mocambos palmarinos. Sobre as mercês, não fizeram diferente, servindo-se de informações sobre as já conhecidas sesmarias. Cabe destacar o estudo de Dias Cabral, que, além de divulgar documentação importante que foi o livro de atas da Câmara de Alagoas do Sul, fez uso dessas fontes, clareando mais, para o período, informações sobre o governo de D. Pedro de Almeida e das expedições ocorridas na década de 1670.

Vemos, no entanto, que a historiografia sobre Palmares não se deteve ao estudo das mercês. De forma geral, boa parte dos autores mencionados citou, para além das sesmarias, nomes e serviços de indivíduos que lutaram em alguma expedição contra Palmares. Porém, estudos específicos sobre os privilégios adquiridos foram mínimos, o que legitima o caráter inédito dessa temática, já iniciada anos antes. Nesse sentido, Resta-nos trabalhar em cima das

indicações de nomes nas fontes e sistematizar esses serviços, para com isso desvendar as mercês adquiridas e refletir sobre sua importância para os indivíduos. Entretanto, precisamos entender a lógica dessas mercês, seu conceito e quem eram esses indivíduos que serviam a Coroa em benefício próprio.

## CAPÍTULO 2 – LUTANDO CONTRA PALMARES E GANHANDO MERCÊS

Após a expulsão dos holandeses em 1654, a elite pernambucana que se organizou para insurgir contra os batavos e lutou para reaver a capitania ao domínio português, juntou suas folhas de serviços e enviou à Coroa. Dando destaque às lutas contra a West-Indische Compagnie (WIC)<sup>181</sup>, esses indivíduos requeriam os mais diversos prêmios. Muitos deles ganharam cargos honrosos e títulos honoríficos, como hábitos nas ordens militares. Para a elite da vila de Olinda, essas mercês geraram um aumento qualitativo em seu *status*, mas os moradores de outras vilas, como Penedo, Porto Calvo, Sirinhaém, até de outras capitanias – que passaram pelo domínio holandês – mandaram seus requerimentos e galgaram recompensas.

Para o caso das guerras contra os Mocambos de Palmares, vemos basicamente a mesma discussão. Muitos indivíduos lutaram nas expedições e depois requeriam mercês, destacando, entre outros serviços, sua participação em alguma entrada. Muitos dos que lutaram contra os holandeses participaram de expedições nos primeiros anos *post bellum*. Entretanto, naquele período em específico, as guerras contra o inimigo batavo pareciam ter mais importância para esses sujeitos, tendo em vista que, em parte dos requerimentos, esse tipo de serviço era o mais citado.

Todavia, à medida que os conflitos foram se intensificando, mais entradas eram executadas, gerando mais requerimentos por parte daqueles que participavam. Nos pedidos, geralmente, apresentava-se a descrição resumida do que eles faziam; os caminhos que percorriam; os perigos pelo qual estavam expostos e os êxitos adquiridos no conflito direto com os palmarinos. Tudo bem delimitado com vista a convencer o Rei de que mereciam suas benesses.

Nesse sentido, buscaremos entender como se dava a participação dos pernambucanos nas diversas guerras feitas contra Palmares. A partir da documentação primária proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) traremos à luz os nomes daqueles que combateram os palmarinos, tentando situá-los nas respectivas expedições, destacando seus serviços, ou seja, os tipos de contribuições que deram para as expedições.

Desse modo, dividiremos o capítulo em tópicos, sendo o primeiro um balanço geral das expedições realizadas, dando prioridade às que ocorreram a partir de 1660. Em seguida, situaremos os participantes, discriminando seus serviços, quer fossem “heróicos” ou

---

<sup>181</sup>Companhia das Índias Ocidentais.

pecuniários. Para delimitar os tipos de serviços e mercês conquistadas pelos soldados, precisamos compreender o que eram as expedições e como se deram durante os séculos XVII e XVIII.

## 2.1 – Inúmeras Expedições: Um Apanhado Geral

A História dos Mocambos de Palmares foi marcada pela resistência dos palmarinos às várias entradas militares organizadas pelo governo da capitania de Pernambuco e pelos senhores de engenho locais. A origem dessas expedições – segundo as informações mais remotas – coincide, mais ou menos, com o próprio início da formação dos Mocambos.

Pensou-se, durante vários anos, que Palmares havia se formado no período holandês. Foi Sebastião da Rocha Pita, no século XVIII, quem dera início a esse mito quando relatava que *se congregaram e uniram quase quarenta negros do gentio de Guiné, de vários engenhos da vila do Porto Calvo, dispendo fugirem aos senhores*<sup>182</sup>. Até recentemente, algumas obras, ao tratarem sobre o tema palmarino, reproduziram essa informação, mesmo existindo referências, dadas por Serafim Leite, da existência de *escravos alevantados (...) fixados na região da Serra da Barriga*<sup>183</sup>, em 1597, como atestava Moacir Medeiros de Sant’Ana.

A primeira notícia de expedição que se teve foi de 1603, em que Diogo Botelho, então governador geral do Estado do Brasil, delegou a Bartolomeu Bezerra o comando de uma entrada aos Palmares, que, naquela época, já faziam muito mal a capitania pernambucana<sup>184</sup>. Em seguida, houve o período holandês, que mandou duas expedições. Em 1644, comandada por Rodolfo Baro<sup>185</sup>, e 1645, liderada por Jürgens Reijmbach<sup>186</sup>. Ivan Alves Filho nos dá, para o período batavo, a existência de quatro expedições. Fora as já conhecidas, o autor chega a mencionar uma realizada em 1635 por Belchior Dias Brandão, mas não dá outros detalhes<sup>187</sup>.

<sup>182</sup>PITA, Sebastião da R. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 336.

<sup>183</sup>SANT’ANA, Moacir M. “Reflexões em torno da historiografia dos Palmares”. *RIHGB*. a. 160, N°. 402. Jan/Mar, 1999, p. 239.

<sup>184</sup>“CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho, 1602-1608”. *RIHGB*. Tomo LXXIII, Parte primeira, 1910, p. 86.

<sup>185</sup>Em reunião do Alto Conselho realizada em 1641 foi registrada reclamações dos moradores de Alagoas acerca de distúrbios ocasionados pelos palmarinos. Uma intervenção militar seria pensada naquele momento, o que acabou acontecendo três anos depois. Cf. “Dagelijkse Notulen”. Vol. VII. 4 de jan-29 de jun, 1641. In: *Coleção monumenta hyginia* (Projeto de preservação e acesso da coleção JoséHygino. IAHGPe/Projeto ultramar da UFPE). Agradeço a Arthur Curvelo pela gentil cessão do documento.

<sup>186</sup>Muitos dão o crédito do comando da expedição a João Blaer, que, de fato, era o líder, mas, no início da jornada ele sofreu de uma doença e teve que voltar a vila das Alagoas, como mostra no diário, “DIÁRIO da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”. *RIAGP*. Vol. 10, 1902, p. 88.

<sup>187</sup>FILHO, Ivan A. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988, pp. XV e 28. Para o período inicial, ele apresenta uma expedição, além da comandada por Bartolomeu Bezerra.

Para Edison Carneiro, as entradas não eram nada mais do que uma retaliação às investidas agressivas dos negros. Segundo ele, os palmarinos costumavam fazer o *escambo* com moradores vizinhos, entretanto, quando essas negociações não davam certo, gerava um conflito. Tais conflitos entre os negros e os vizinhos passaram a ser constantes, daí as expedições como medida para conter a ameaça<sup>188</sup>. Já Décio Freitas via nas expedições uma oportunidade para os senhores de engenho recuperarem os seus escravos, algo que não deu certo devido às dificuldades enfrentadas e a grande resistência dos negros<sup>189</sup>. Do mesmo modo, o serviço nas guerras podia render aos soldados mais nobilitados cargos na administração local<sup>190</sup>.

Flávio Gomes, por sua vez, além de enxergar as entradas como uma medida de repressão à resistência palmarina, via como um modo dificultoso e de poucos resultados para o governo pernambucano e a Coroa. Eram várias as penúrias pelas quais as tropas passavam, principalmente na jornada até os Mocambos. Muitos chegavam sem condições de batalha. Além disso, o autor traz uma problemática de pesquisa que é acerca da participação de tropas indígenas nas expedições. Muita coisa ainda precisa ser compreendida a partir dessas informações, que são escassas<sup>191</sup>.

Por outro lado, Dirceu Lindoso, analisando as características militares de ambos os lados do conflito, caracterizou as expedições militares como uma empresa que durou mais de um século e tinha por objetivo destruir o “Quilombo” e desapropriar os negros de suas terras. Era uma operação militar de ataque, em detrimento da guerra de defesa levado a cabo pelos palmarinos<sup>192</sup>. Quem discutiu de uma forma mais aprofundada as expedições militares contra os Mocambos de Palmares foi Laura Mendes, cujos conceitos e discussões tomaremos nesse trabalho.

Com o objetivo específico de análise da idealização, constituição e execução das entradas, a autora acaba por descortinar informações até então inéditas acerca do tema. Mendes faz uma crítica à ideia, defendida por autores como Dirceu Lindoso, de que as expedições faziam parte de uma única guerra, advinda de uma necessidade central por parte da Coroa e do governo pernambucano, de destruir os Mocambos, o que culminou na queda da Cerca Real do Macaco, em 1694. Essa informação carece de contextualização e foi sendo

<sup>188</sup>CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p. 4.

<sup>189</sup>FREITAS, Décio. *Palmares*. A guerra dos escravos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, pp. 76-78.

<sup>190</sup>FILHO, Ivan A. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>191</sup>GOMES, Flávio. *Palmares*. Escravidão e liberdade no Atlântico sul. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 56 e 58.

<sup>192</sup>LINDOSO, Dirceu. *A Razão Quilombola*. Estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Organizado por Bruno César Cavalcanti. Maceió: EDUFAL, 2011, pp. 38, 42 e 93.

perpetuada pela historiografia. Com base na documentação, ela defende que *os diversos conflitos que envolveram a preparação e a realização das expedições revelam que cada ataque feito contra os mocambos foi uma resposta dada de acordo com uma determinada situação histórica*<sup>193</sup>.

Nesse sentido, e a partir de questionamentos às fontes, principalmente acerca dos objetivos de cada expedição, Mendes caracterizou-as como sendo de objetivos militares; de socorro; e diplomáticas<sup>194</sup>. As entradas militares foram, obviamente, as mais comuns, já que almejavam a destruição dos Mocambos. Até 1694, os maiores êxitos dessas entradas foram a destruição das hortas e moradias dos palmarinos, bem como a morte e captura de muitos. Assim descrevia Manuel Gomes em 1668. Em uma entrada, provavelmente no começo da década de 1660, *achando na investida que se lhe fez (aos Palmares) (...) se lhe queimara duzentas cazas, ferira e matarão muitos deles e se aprisionara trinta e tantas pessoas*<sup>195</sup>. Entretanto, eles sempre se erguiam e continuavam sua resistência, cada vez mais fortes.

Algumas táticas eram empregadas como o estabelecimento de acampamentos próximos aos Mocambos. Desse modo, poderiam enviar entradas menores de patrulhamento, bem como de auxílio. Seria um dos modos de como eram realizadas as expedições de socorro, que tinham como objetivo enviar armamentos; mantimentos; e mais soldados para auxiliar no projeto militar. Foi desse modo que Francisco Tavares fora nomeado pelo governador Bernardo de Miranda Henriques, para *assistir a guarda das munições e reposição dos mantimentos da guerra*<sup>196</sup>. O termo “socorro” podia significar, na documentação, mantimentos, armamentos e demais suprimentos para as tropas; entretanto, também significava expedições com o objetivo de socorrer as já em execução<sup>197</sup>. Foi uma dessas

---

<sup>193</sup>MENDES, Laura P. *Guerras Contra Palmares: Um estudo das expedições realizadas entre 1654 e 1695*. Monografia n. 19. Campinas: IFCH Unicamp, 2011, pp. 34-35. Levando-se em conta o tempo de resistência dos mocambos às várias entradas, que durou de 1602 até meados do século XVIII, torna-se mais fácil refletir sobre os diversos contextos por trás. Foram, pelo menos, sete Reis no trono português; 33 governadores gerais; sete capitães donatários; e, ao menos, 28 governadores na capitania de Pernambuco, em que, muitos deles, se envolveram diretamente com as tentativas de destruição dos Palmares. Sem contar o período da invasão e ocupação holandesa, a guerra do Açú e dos Mascates. Para mais informações sobre a lista dos governadores de Pernambuco, ver: BARBOSA, Maria do Socorro F; ACIOLI, Vera Lúcia C; ASSIS, Virginia Maria A. *Fontes Repatriadas*. Anotações de História colonial. Referenciais para pesquisa. Índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 109.

<sup>194</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>195</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 9. Documento 862, fl. 1.

<sup>196</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 10. Documento 1109, fl. 1v.

<sup>197</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 44.

entradas de patrulhamento que Francisco Álvares Camelo realizou, à sua custa, em 1678, em auxílio à expedição de Fernão Carrilho, em que assistiu por cerca de três meses<sup>198</sup>.

Já as expedições diplomáticas objetivavam acordos com os palmarinos. Houve apenas duas expedições dessa natureza, ambas realizadas em 1678 em decorrência dos acordos de paz entre o governo pernambucano e Ganga-Zumba. Fora isso, houve tentativas de se pensar uma trégua, mas nunca levadas a cabo, como em 1663, com o governador Francisco de Brito Freire e 1665, em que pensaram em mandar um padre aos Mocambos<sup>199</sup>.

Outros detalhes importantes discutidos pela autora diziam respeito a quem ordenava essas entradas; quais sujeitos financiavam sua organização e realização; quais objetivos as motivavam; como se dava a formação das tropas e suas táticas. De um modo geral, a organização de uma expedição deveria passar por várias instâncias da administração colonial, como a Coroa, Conselho Ultramarino, Governo Geral e de Pernambuco, câmaras municipais e moradores. Porém, segundo dados compilados pela pesquisadora, estima-se que o governo pernambucano foi o responsável por ordenar a maioria das entradas<sup>200</sup>.

Entretanto, houve entradas organizadas pelo governo com grande participação das câmaras, principalmente das vilas de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul e Porto Calvo, o que pode ser atestado por Arthur Almeida Curvelo, que classifica a relação dos governadores com a câmara de Alagoas do Sul como uma especificidade desta última, pois cabia a ela, por estar mais perto estrategicamente, de organizar as despesas e o comboio de tropas<sup>201</sup>. Em alguns casos, poucos deles documentados, expedições ordenadas por senhores de engenho, como a, já conhecida da historiografia, entrada de Cristóvão Lins, que, em 1673 teve seus canaviais em Porto Calvo queimados pelos negros, o que o motivou a combatê-los, sustentando uma campanha à sua custa<sup>202</sup>.

Acerca do financiamento das expedições, Mendes faz o atento: apesar do caráter oficial, os recursos não vinham só da Coroa. Na maioria das vezes, os recursos advinham dos cofres da fazenda real da Capitania de Pernambuco, e, mais uma vez das câmaras, por meio da

<sup>198</sup>“Descrição com notícias importantes do interior de Pernambuco” In: FREITAS, Décio. *República dos Palmares*. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004, p. 31 e MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>199</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, pp. 46-47.

<sup>200</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, pp. 49-50.

<sup>201</sup>CURVELO, Arthur A. S. de C. *O senado da câmara de Alagoas do Sul: Governança e Poder Local no sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Programa de Pós-graduação-UFPE, 2014, p. 149 e 155. Segundo o autor, esse tipo de correspondência, que ele classifica como *jurisdição militar*, foi responsável por 36% das cartas enviadas ao governo da Capitania. Para ele, a câmara de Alagoas do Sul esteve responsável por criar um canal de comunicação entre o governador e as tropas de milícia e ordenança; bem como pelo recrutamento de tropas e arrecadação de mantimentos para as expedições.

<sup>202</sup>CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 73 e *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 17. Documento 1673, fl. 1.

arrecadação das fintas; e dos moradores<sup>203</sup>. Segundo Arthur Curvelo, a arrecadação das fintas era feita pela câmara e pesava no “bolso” da população, que, acabava arcando com os custos das entradas<sup>204</sup>. Alguns desses moradores eram soldados, participantes ativos dos combates, detalhe importante que a autora não cita diretamente nas opções. Além do exemplo dado no caso de Cristóvão Lins, há vários outros casos de indivíduos, sendo eles soldados, que financiaram, sejam mantimentos, armamentos ou tropas, como Francisco Barbosa de Caldas que sustentou sua tropa durante três meses<sup>205</sup>; ou mesmo João de Nubalhas, que, em 1668, assistiu nos Palmares com *tributos, fintas para o sustento da infantaria e reedificação das forças*<sup>206</sup>.

Essa participação financeira da elite era importante para o decurso dos conflitos, pois contribuía com o exercício de conquista por parte da Coroa, que, muitas vezes, não podia arcar com os custos, delegando os mesmos para os seus súditos, que, na ânsia de se mostrarem grandes vassalos, dispendiam grandes somas de suas fazendas como forma de servirem ao Rei. Isso configurava algo importante atentado por Amélia Polônia no que tange a colaboração individual de sujeitos para o desenvolvimento da conquista lusa. Segundo a autora, dando o exemplo da expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco, tal feito só foi possível devido à formação de um exército colonial, *baseado na cooperação, entre colonos portugueses, índios e negros, e também ele profundamente informal e auto-organizado*<sup>207</sup>. Tal discussão pode ser aplicada às expedições contra Palmares, já que os exércitos eram formados por membros da elite local, que podiam levar seus escravos nas jornadas. Havia também tropas dos terços dos Henriques e dos índios. E essas tropas, como já falamos, eram financiadas pelos próprios moradores. A própria fuga dos escravos, como afirmou Sílvia Hunold Lara, obrigou as autoridades a repensarem os mecanismos de controle, bem como o sistema de colaboração entre as tropas<sup>208</sup>.

<sup>203</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>204</sup>CURVELO, Arthur A. S. de C. *Op. Cit.*, p. 66.

<sup>205</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 9. Documento 860, fl. 1.

<sup>206</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 11. Documento 1111, fl. 2v.

<sup>207</sup>POLÔNIA, Amélia; BARROS, Amândio. “Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema atlântico. (séculos XVI-XVIII)” In: SILVA, Gian Carlo de M; ALMEIDA, Suely C. C. de; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUZA, George F. C. de. (Orgs.). *Políticas e Estratégias Administrativas No Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 30.

<sup>208</sup>LARA, Sílvia H. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa” In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar*. Idéias e práticas políticas no império português (Séculos XVI a XIX). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007, p. 35. Por exemplo, o cargo de capitão do mato fora criado para intervir no controle às fugas, e, por ventura, colaborar na captura dos fugitivos. Para saber mais, ver LARA, Sílvia H. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” In: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Liberdade Por Um Fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

No caso da formação das tropas, a autora não adentra muito, devido à limitação de fontes. Ela cita a formação dos terços de negros e índios, bem como as nomeações especiais como a de Fernão Carrilho, nomeado capitão mor das guerras dos Palmares<sup>209</sup>. Para essa questão da formação de tropas, é bom frisar o surgimento dos terços do Palmar, constituídos unicamente para cuidar para que os Palmares não se reerguessem. Sabe-se que depois de 1694 eles ainda resistiram por um bom tempo, com outros líderes. No século XVIII ainda houve a organização de outras expedições. Luis Mendes da Silva, por exemplo, dá conta de ter participado, junto a Jeronimo Martins Carvalho e Domingos João de Carvalho, de uma marcha contra os Palmares em 1739, sem revelar outros detalhes<sup>210</sup>. Sobre as táticas militares, as guerras contra os holandeses serviram de influência para os modos de combater os Palmares<sup>211</sup>. De certa forma, devido à participação de muitos veteranos dessa guerra nas expedições a partir de 1654, essas táticas talvez tivessem sido levadas a cabo.

Desde a marcha comandada por Bartolomeu Bezerra, em 1602, no século que se seguiu, dezenas de entradas foram ordenadas e levadas a cabo por centenas de soldados, sendo a segunda metade do XVII o período de maior intensificação dos conflitos. Muitas delas foram documentadas, outras, não. Na virada do século XVIII, mesmo com Zumbi morto e os Mocambos já sem forças para resistir, outras expedições foram organizadas, já com um terço próprio para sua execução, que foi os terços do Palmar.

Nas folhas de serviços de alguns combatentes, é possível ler a informação dos anos em que combateram os Mocambos palmarinos, sendo esse período correspondente a uma entrada, ou uma simples marcha. Entretanto, pela limitação das fontes e, por saber que nem todos os soldados mandaram requerimentos, é quase impossível quantificar o número de indivíduos que lutaram nas guerras contra Palmares<sup>212</sup>. No caso de Manoel de Inosoja, que serviu em expedições no período de 1670 até 1683, provavelmente tendo participado de todas as entradas organizadas nesse recorte; ou, então, Amaro Lopes Cerqueira, cujo relato, mais

---

<sup>209</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 64. Essa nomeação pode ser encontrada no “2º livro de vereações da câmara de Alagoas do sul, 1668-1681 (cópia)” *In: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico alagoano*. 00007-Cx.01-Pac-02-a-Diversos. Termo 65, fl. 46-46v.

<sup>210</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 55. Documento 4751. Essas companhias duraram até pelo menos 1775, segundo consta em um documento que traz a composição de sua tropa para aquele ano. *Idem*. Cx 121. Documento 9238, fl. 3.

<sup>211</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, pp. 73-75.

<sup>212</sup>João Fragoso já atentava para a nossa ignorância em relação a ter uma estimativa populacional para vilas e freguesias. O mesmo pode se aplicar para o conhecimento quantitativo das tropas que participavam dos mais diversos conflitos, Palmares entre eles. Entretanto, muito dessa ignorância se deve a ausência de fontes específicas, como listagem de tropas. Cf. FRAGOSO, João. “Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio”. *História*. Vol. 31, n. 2, jul/dez, 2012, p. 112.

específico, dá conta de ter participado das entradas realizadas em 1675, 1676, 1678, 1679 e 1680<sup>213</sup>.

Muito do que foi documentado aparece nas discussões historiográficas, entretanto, com algumas discrepâncias. Das principais obras, temos Edison Carneiro que nos dá um total de 17 expedições entre 1602 e 1694<sup>214</sup>; já Décio Freitas, na quarta atualização de sua obra, compila mais ou menos 23 entradas, sendo 15 delas realizadas entre 1654 e 1669<sup>215</sup>. Por outro lado, Ivan Alves Filho vai mais longe, aumentando o recorte temporal, de 1596 a 1716, e registrando 66 entradas<sup>216</sup>; Flávio Gomes, em 2005, usa das informações de Alves Filho e as reproduz em sua obra. O autor ainda avança mais um período, compreendido entre os anos de 1723 a 1757, mas não registra nenhuma entrada<sup>217</sup>. Por fim Laura Mendes, a partir das informações dos ditos autores, confrontadas com documentação primária, encontra um total de 26 entradas para o período de 1654 a 1695<sup>218</sup>.

Dessa forma, baseado nos registros compilados por esses autores, podemos resumir, de forma parcial, o registro dessas entradas, realizadas a partir de 1602;

**Quadro 1: Expedições realizadas contra Palmares (1602-1749)<sup>219</sup>**

Ano da expedição	Comandante
1602	Bartolomeu Bezerra
1644	Rodolfo Baro
1645	João Blaer/Jürgens Reijmbach
1654	Brás da Rocha Cardoso
1655	Antônio Jácome Bezerra/Antônio Dias Cardoso
1655	Sibaldo Lins/José de Barros Pimentel/Clemente da Rocha Barbosa
1662	Sebastião de Sá/Diogo Camarão
1663	Gonçalo Rabelo

<sup>213</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 13. Documento 1248, fl. 1 e Cx 14. Documento 1405, fls. 4v-5.

<sup>214</sup> CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>215</sup> FREITAS, Décio. *Palmares. Op. Cit.*, pp. 77-99.

<sup>216</sup> FILHO, Ivan A. *Op. Cit.*, p. XV. O autor divide as entradas por período: duas entradas entre 1596-1630; quatro entre 1631 e 1654; 31 entre 1655 e 1694; e 29 entre 1695 e 1716. Todavia, na leitura de sua obra, o autor, de uma forma geral, acaba por discutir as entradas já conhecidas pela historiografia.

<sup>217</sup> GOMES, Flávio. *Op. Cit.*, p. 161.

<sup>218</sup> MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, pp. 37, 39-40.

<sup>219</sup> *Idem, Ibidem*; FREITAS, Décio. *Palmares. Op. Cit.*, pp. 77-78; CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 16; GOMES, Flávio. *Op. Cit.*, p. 157, 168; *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 17. Documento 1687; Cx 21. Documento 1974; Cx 23. Documento 2089; Cx 27. Documento 2422; Cx 55. Documento 4751.

1664	Antônio da Silva Barbosa/Diogo Camarão
1665	-
1667	Zenóbio Acioli de Vasconcelos
1669	Cristóvão Lins
1671	André da Rocha/Antônio Jácome Bezerra
1672	Antônio Jácome Bezerra
1673	Cristóvão Lins
1675	Manuel Lopes
1676/1677	Fernão Carrilho
1678	João Coelho/Manoel Sampaio
1679	Manuel Lopes
1679	Gonçalo Moreira
1680	André Dias
1681	João de Nabala
1681	João da Fonseca
1682/1683	Manuel Lopes
1683	Fernão Carrilho
1684	João de Freitas da Cunha
1686	Fernão Carrilho
1692/1694	Domingos Jorge Velho
1694	Caetano de Melo e Castro
1694	Manuel Pinto
1694	Leonel de Abrel de Lima
1695	-
1704-1706	Domingos Jorge Velho
1749	-

Percebe-se que o século XVIII ainda é nebuloso quanto à existência de expedições. Mesmo sabendo que, após a queda da capital Macaco e da morte de Zumbi, os palmarinos ainda resistiram com outros líderes, e que o terço do palmar existiu até, pelo menos, a década de 1770. Todavia, ainda é difícil coligir informações mais detalhadas acerca de expedições realizadas no setecentos. Mais difícil, também, é achar informações sobre soldados

combatentes nesse período. O que se compilou aqui foi um mínimo, o que diz respeito a nomes de alguns indivíduos que serviram nesse período, a exemplo de João Lopes Neto<sup>220</sup>.

Percebemos, aqui, um ponto de divergência entre os dados coletados pelos historiadores e as informações contidas na documentação consultada. Não é de se duvidar da credibilidade do que foi coligido nas obras historiográficas, pois eles se baseiam em uma documentação que tratava dos bastidores da organização e execução de uma expedição. Já as fontes aqui consultadas são folhas de serviços em que o suplicante situava sua carreira militar e administrativa. Nesse sentido, para os que participaram das expedições contra Palmares, era citado os anos de suas empreitadas. Em alguns casos, esses períodos não coincidiam com os mormente conhecidos.

Nesse sentido, podemos destacar alguns indivíduos que tiveram experiência de serviços em anos não correspondentes às expedições, como: João de Freitas da Cunha e Luiz Gonçalves Paes, em 1661; João de Nubalhas e Hurrea, Sibaldo Lins e Martim Calado Bittencourt, em 1668; Manuel de Inosoja, João da Mota e João Alvares Vieira, em 1670; Francisco Álvares Camelo, Jorge Lopes Alonso, Carlos da Cunha, Antônio de Guachos Sarmiento e Luiz Lobo de Albertim, em 1674; Domingos Gonçalves da Costa, Cristóvão Vieira de Melo, Francisco Lobão Botelho, Manuel Viegas de Brito e Diogo Rodrigues da Costa, em 1685; Luiz da Silveira Cardoso, em 1689; e Bartolomeu Simões da Fonseca e Christovão de Mendonça Arraes, em 1693<sup>221</sup>.

O fato de serem vizinhos aos períodos das expedições nos faz pensar que, talvez, esses anos sejam complementos das entradas anteriores, ou então, pode ter havido um engano, por parte do suplicante, na escrita documental. Porém, devido a quantidade de indivíduos que se assemelham em seus períodos de entradas, pensa-se na hipótese de ser um complemento, ou até, expedições distintas, algo que fontes inéditas sobre a história dos Palmares, se ainda existirem, possa nos responder. Seria interessante, por exemplo, descobrir atividade expedicionária no ano de 1689, já que há uma lacuna nas guerras contra Palmares depois de 1686, ano da última expedição de Fernão Carrilho. Imagina-se que a guerra dos Bárbaros tenha, de fato, mobilizado o máximo de tropas pernambucanas, a ponto de cessarem as investidas contra os Mocambos palmarinos.

---

<sup>220</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 68. Documento 5782.

<sup>221</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 11. Documento 1111; Cx 13. Documento 1248; Cx 14. Documentos 1371 e 1411; Cx 15. Documentos 1482 e 1496; Cx 17. Documentos 1673, 1691, 1700, 1715 e 1741; Cx 19. Documento 1867 e 1871; Cx 20. Documento 1923; Cx 21. Documento 1979; Cx 22. Documento 2034, 2043 e 2050; Cx 26. Documento 2398; Cx 27. Documento 2426; Cx 28. Documento 2543; Cx 40. Documento 3571.

Em todo o caso, tomando o recorte temporal, temos mais de 20 expedições. Centenas de soldados participaram desses combates, porém, nem todos tiveram seus serviços registrados para se conseguir alguma recompensa. Outra característica está no fato de muitos dos indivíduos que mandaram requerimentos de mercês, principalmente nas décadas de 1660 e 1670, usarem do discurso de participação nas guerras contra os holandeses – alguns até participaram de expedições, mas não citavam, enquanto que outros registravam sua participação nos dois períodos de guerra. Conseguimos coligir na documentação alguns desses nomes. Compreender quem foram esses sujeitos e seus serviços é de suma importância para analisarmos suas mercês, tenham eles adquirido, ou não.

## 2.2 – Como bons vassalos: Os serviços prestados

António Manuel Hespanha, em texto bastante pertinente, chamava atenção para uma característica singular acerca da dinâmica em volta das relações entre a Coroa portuguesa e seus súditos. Segundo ele, havia uma expectativa mútua entre Rei e vassalo na questão dos serviços de interesse real. Em outras palavras, o monarca firmava, de forma natural, uma relação social de pacto com seus súditos esperando deles total dedicação na prestação de serviços que contribuíssem para a manutenção do poder régio sobre suas conquistas. Hespanha é categórico ao usar o conceito de *graça* como influência para esse intento. O indivíduo prestava um serviço a Portugal e, com isso, poderia requerer uma mercê em remuneração ao mesmo. Como ele mesmo explica:

*a liberalidade e a gratidão combinavam-se para que, feita uma dívida (prestado um serviço, um obséquio) se seguisse imediatamente um dever de retribuir com uma recompensa. (...) a graça (...) criava, assim, uma rede de pactos, de expectativas*<sup>222</sup>.

Esse conceito de *graça* fora atribuído ao conceito de *economia do bem comum*, difundida por João Fragoso como responsável pela formação de uma nobreza local galgada pelos serviços, *beneficiários dos favores do rei*, cujos títulos lhes aplicavam *status* em sua localidade<sup>223</sup>. Vide o caso de Domingos Gonçalves da Costa, nobre, cavaleiro da ordem de

<sup>222</sup>HESPANHA, António Manuel. “Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos”. In: SOUSA, Laura de M. e; FURTADO, Junia F.; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 48.

<sup>223</sup>FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial o Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43.

Cristo. Serviu os honrados cargos da *república*, e, como bom vassalo, serviu nas campanhas contra Palmares na década de 1680<sup>224</sup>.

Desse modo, podemos aliar esse conceito dentro da discussão levantada por Laura Mendes acerca das motivações. Segundo a autora, esses incentivos podiam ser por represália a algum ataque palmarino, bem como para obtenção de lucros a partir da venda dos indivíduos (re)capturados. Entretanto, se pensarmos dessa forma, a maior motivação para um sujeito se aventurar pelas matas, passando as mais diversas dificuldades no enalço dos negros, seria a oportunidade de prestar serviço ao Rei, e, com isso, ganhar mercês<sup>225</sup>. Esses prêmios, ao contrário da crítica que a autora faz a Edison Carneiro, incluíam as terras férteis situadas nas matas sul-pernambucanas<sup>226</sup>, que, como bem disse Alex Rolim, serviu, dentre outros motivos, como uma forma de policiamento da região, bem como seu desenvolvimento econômico, através da ocupação territorial<sup>227</sup>.

Entretanto, o que se pode perceber na documentação consultada, tomando como referência os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino referente à Pernambuco e Alagoas, é que, dentro do recorte temporal adotado, muitos dos sujeitos que galgaram benesses junto a Coroa, serviram nas guerras holandesas. Foram mais de 150 documentos, a maioria concentrados entre os anos de 1660 e 1680, em que vemos o discurso de participação na guerra contra os representantes da WIC. Nesse período, a participação em expedições contra os Mocambos de Palmares vão aparecendo timidamente. No caso, o fluxo passa a crescer a partir da década de 1680. Mesmo os documentos coligidos por Alex Rolim nos arquivos portugueses referentes a “alagoanos” dão conta, em sua maioria, do discurso da restauração. Apenas os avulsos alusivos a Alagoas do AHU, e o livro de atas da Câmara de Alagoas do Sul, presente no IHGAL, fornecem, quase em sua totalidade, informações de serviços prestados nas guerras contra Palmares. Bem como as relações políticas e econômicas existentes na organização de uma entrada.

Nesse sentido, é interessante pensar que, em um período já marcado por um crescimento no número de entradas militares aos Palmares (16 expedições entre 1654 e 1679), os requerentes ainda estivessem cobrando pelos seus serviços nas guerras de restauração. Essa característica ainda seria vista no século XVIII, em que muitos dos descendentes de combatentes iriam requerer mercês a partir dos serviços do pai e/ou avô nas batalhas de 1654.

<sup>224</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 13. Documento 1350 e Cx 14. Documento 1371.

<sup>225</sup> MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, pp. 83-84.

<sup>226</sup> *Idem*, p. 82.

<sup>227</sup> ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: Contribuição a uma arquitetura dos poderes nas Capitanias de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco (1655-1712)”. *Revista Ultramares*. Nº 2, Vol. I, Ago-Dez/2012, p. 152.

Esse fenômeno talvez se explique segundo o ponto de vista discutido por Maria Lêda Oliveira, em que versa sobre a construção da heroicidade do soldado no *post bellum*. Para ela:

*a temática da expulsão dos holandeses é predominante, por conseguir assegurar, aos grupos importantes da região, um prestígio e uma dignidade austeros frente ao poder central. Não significa, tal assertiva, que a elite local, ou determinadas fatias dela, não tivesse obtido ganhos a partir das guerras feitas a Palmares, embora esta não conceda a honra e a respeitabilidade merecidas para a perpetuação da memória, de maneira a legitimar a sua heroicidade. Ela ganha relevo, ao que tudo faz crer, apenas como mais uma ação de bravura, mas não a mais importante de todas, sem dimensão para que a comunidade local a usasse como ícone da memória a ser perpetuada*<sup>228</sup>.

Talvez a autora tenha razão no que diz respeito aos sujeitos que participaram dos combates entre 1645 e 1654, pois essa guerra fora responsável por consolidar a elite pernambucana. Foi a primeira construção ideológica do nativismo pernambucano, que *à custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos (...) por libertar [Pernambuco] da possessão injusta do holandês*<sup>229</sup>. Além disso, analisando os registros dos serviços enviados no período discutido, vemos indivíduos que, pela bibliografia, sabemos que lutaram em Palmares, mas, ao enviar suas folhas, só constava sua presença nas guerras contra os Batavos.

Um caso de destaque foi o de Antônio Jacome Bezerra, bastante conhecido pela historiografia por comandar expedições em 1655, 1671 e 1672. Em um requerimento datado de 1668, Jacome Bezerra pede a patente militar de coronel das Companhias de ordenança das freguesias de Pernambuco, e, ao registrar seus serviços até o momento, ignora sua participação nos Palmares, atentando apenas nas lutas pela liberdade da Capitania. O Visconde Taunay já havia indagado sobre mercês adquiridas por ele, e por Zenóbio Acioli de Vasconcelos, cujos serviços em Palmares não constavam nas fés de ofício<sup>230</sup>. Até Francisco Álvares Camelo, bastante discutido em nossos estudos por adquirir várias mercês por sua participação em Palmares, em um “concurso” para o posto na companhia de infantaria de Pernambuco realizado em 1670, declara seus serviços nos anos de 1652 a 1664, sem registrar sua participação nas campanhas palmarinas em 1654. Esse registro, nos avulsos de Pernambuco, só apareceria em 1687<sup>231</sup>.

<sup>228</sup>OLIVEIRA, Maria L. “A primeira relação do último assalto a Palmares”. *Afro-Ásia*. Nº 33, 2005, p. 259.

<sup>229</sup>MELLO, Evaldo C. *Rubro Veio*. O imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 91-92.

<sup>230</sup>TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo Oitavo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Museu Paulista, 1946, p. 125.

<sup>231</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 9. Documento 851, fl. 1, e 899, fls. 2-2v; Cx 14. Documento 1411.

Outro ponto que converge com a discussão levantada por Lêda de Oliveira são os soldados que participaram das duas empreitadas, fato esse que causaria um problema para o governo pernambucano nas décadas que se seguiram a restauração, já que, conforme o tempo fosse passando, eles, que eram os comandantes das tropas, ia envelhecendo, até chegar ao estágio de incapacidade, o que ocasionava uma necessidade de renovação das tropas. Isso foi possível, mas, nesse caso, perdia-se soldados bastante experimentados nas guerras. Na tabela abaixo, podemos ter uma noção de alguns deles:

**Tabela 1: Soldados que lutaram nas guerras holandesas e nos Palmares (1645-54)**<sup>232</sup>

<b>Indivíduo</b>	<b>Participação contra os holandeses</b>	<b>Participação contra Palmares</b>
Francisco de Brás	1647-1654	1654
Domingos de Sá e Silva (Mulato)	1652-1654	1654
Balthazar Pires Ferreira	1651-1654	1654
João Carneiro	1645-1654	1654
Belchior Álvares Camelo	1645-1654	1654
Francisco Álvares Camelo	1652-1654	1654, 1674, 1676, 1678
Simão da Costa	1646-1654	1655
Sibaldo Lins	1654	1655, 1668-1683
Luiz Gonçalves Paes	1649-1654	1661, 1679
João de Freitas da Cunha	1645-1654	1661, 1679, 1684
José de Saa e Albuquerque	1647-1654	-
Francisco Barbosa de Caldas	-	-
Diogo Peres de Mello	-	-
Zenóbio Acioli de Vasconcelos	1646-1654	1667
João de Nubalhas e Hurrea	-	1667, 1668
Francisco Tavares	1648-1654	1667, 1678
Miguel da Cunha Leite	1640-1654	1668
Miguel Rodrigues	1640-1654	1672

<sup>232</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 1. Documento 1; Pernambuco Avulsos. Cx 8. Documento 731, Cx 9. Documentos 860, 899, Cx 10. Documento 1021, Cx 11. Documentos 1049, 1109, 1111, Cx 12. Documentos 1188, 1212, Cx 13. Documentos 1255, 1273, 1275, 1284, 1297, 1324, Cx 14. Documento 1356, 1411, 1441, 1451, 1457, Cx 15. Documento 1475, Cx 16. Documento 1593, Cx 17. Documento 1673, 1691, Cx 27. Documento 2434; *Arquivo Nacional Torre do Tombo*. Chancelaria Régia. Afonso VI. Ofícios e mercês. Livro 34. [digital] fl. 120-121; Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 59. Fl. 346-346v.

Sepulveda		
João da Fonseca	1645-1654	1672, 1681
Antônio Ferreira de Lemos	1648-1654	1675
Manoel Lopes	1635-1654	1675, 1677, 1679, 1681, 1682, 1683
Jorge Lopes Alonso	1646-1654	1675, 1678
Manoel de Azevedo da Silva	1638-1654	1677
Antônio Pinto Pereira	1646-1654	1677, 1678, 1680
Antônio Borges	1646-1654	1678
Domingos Gonsalves Freyre	1645-1654	-
Constantino de Abreu	1648-1654	1679
Manoel Viegas de Brito	1648-1654	1685
Vicente Martins Bezerra	-	-
José de Barros Pimentel	-	-

Para esses indivíduos, é provável que tenham recebido benesses por suas participações nas guerras de restauração, apesar de que, se existiram tais prêmios, levando em conta apenas os serviços prestados em 1654, devem estar em requerimentos mais antigos, que fogem ao recorte aqui pensado. Já que as mercês que alguns deles possam ter conseguido, já dispõem de Palmares como uma das justificativas. Porém, esses veteranos do período holandês, que serviam desde o final dos anos 1640, continuaram a lutar nas décadas seguintes a restauração. Muitos já deviam passar dos 60 anos e, ainda, ocupavam seus postos militares. Segundo Kalina Vanderlei Silva, *a política régia de concessão de mercês e patentes como recompensa aos colonos que haviam lutado na Restauração tivera uma consequência desastrosa e inusitada: impusera nos cargos de comando militar da capitania (...) homens velhos e inválidos*<sup>233</sup>. Por isso há vários documentos solicitando pessoas para ocuparem vagas deixadas por indivíduos que faleciam ou se afastavam.

Eram os “concursos” por postos militares, em que os candidatos apresentavam suas folhas de serviços, que, por sua vez, passavam pelo crivo do Conselho Ultramarino. São fontes ricas em informações sobre as experiências e serviços individuais, apesar de muitas

<sup>233</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & e a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife, 2001, p. 158.

delas não apresentarem os períodos de serviços demarcados. Ou seja, para um episódio conflituoso da história pernambucana, marcado por inúmeras expedições, logicamente, um indivíduo participaria de várias delas. Portanto, seria muito importante, para uma análise da participação de cada sujeito, a informação do ano de cada expedição de que tomou partido, informação que carece em muitos documentos dessa natureza.

De qualquer forma, foi a partir da década de 1680 que encontramos divergência no que fora levantado por Lêda Oliveira. O número de requerimentos crescera notavelmente. O primeiro requerimento a citar Palmares data de 1663, desde então, temos inúmeros documentos só nos avulsos de Pernambuco. Claro que, em alguns, havia uma repetição de nomes. Nesse sentido, podemos ter uma noção da quantidade de indivíduos que lutaram em expedições e pediram recompensas em uma tabela que constará no anexo I, ao final desse trabalho.

A grande maioria desses homens fazia parte da elite local pernambucana, cuja categoria social de prestígio foi galgada pela Coroa. António Manuel Hespanha os classifica como um tipo de nobreza política. Diferente da nobreza natural sanguínea, essa elite exterior adquiria seu *status* através de serviços, ou, como diz o autor, através de obras. No caso, consistia na ocupação de um ofício na municipalidade, nas letras, ou de um posto militar<sup>234</sup>. Entretanto, a origem dessas elites em Pernambuco está diretamente ligada à conquista do território ainda no século XVI. Muitos conferiram para si o *status* de “nobres principais da terra”, por descenderem desses conquistadores.

Entretanto, nem todos os que desembarcaram no que viria a ser a Capitania de Pernambuco tinham origem nobre. Como atestava Carlos Xavier Paes Barreto, *ao lado de grandes guerreiros, navegadores, administradores de honradez (...) existiram os violadores da lei, os inescrupulosos*<sup>235</sup>. Em todo o caso, esses primeiros habitantes, através de suas obras na conquista e desenvolvimento da região, poderiam ascender socialmente, construindo, assim, uma nobreza local. As guerras contra os holandeses acabariam por consolidar essa elite, que passaria a reivindicar suas benesses justificando seu merecimento a partir desses serviços. A Coroa, em uma tentativa de compensá-los pela ausência de ajuda na guerra, nos dizeres de Vera Lucia Costa Acioli, *procurou manifestar sua gratidão por aqueles que*

---

<sup>234</sup>HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. (Coleção Olhares). São Paulo: Annablume, 2010, pp. 266-267.

<sup>235</sup>BARRETO, Carlos X. P. *Primitivos Colonizadores Nordestinos e Seus Descendentes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Usina de Letras, 2010, p. 15.

*lutaram quase sozinhos na expulsão dos holandeses, através de concessões de comendas, foros, dignidades e pensões*<sup>236</sup>.

Com a participação nas expedições punitivas contra os palmarinos, essa elite podia consolidar sua carreira nas guerras de Pernambuco, bem como arregimentar mais mercês. É o caso, por exemplo, de Zenóbio Acioli de Vasconcelos e José de Barros Pimentel. Descendentes da família Barros Pimentel, que, junto com os Lins, conquistaram e povoaram a região de Porto Calvo no século XVI<sup>237</sup>, lutaram nas guerras de restauração e em expedições contra Palmares. José de Barros seria capitão mor de Porto Calvo em 1695, enquanto que Zenóbio de Vasconcelos ganharia o posto de mestre de campo em 1681, e um neto seu, de nome Jacinto de Freitas Acioli de Moura, ganharia as mercês de capitão mor de Sirinhaém em 1722, e juiz dos órfãos em 1726<sup>238</sup>. Porém, o fato de registrar suas participações nas guerras não era o suficiente para se conseguir uma mercê. O suplicante tinha que convencer o Rei de que realmente merecia determinada recompensa, pois, passara por, como diz o dito popular, “maus bocados” para poder ser recompensado.

### **2.2.1 – Perigos, exaustões e apuros: As dificuldades enfrentadas nas entradas**

Décio Freitas, em sua obra, dissertando sobre as primeiras expedições ocorridas nos anos pós-guerra holandesa, tentava explicar o porquê das entradas não obterem o sucesso desejado que seria a destruição dos Mocambos de Palmares. Para o autor, a resistência dos palmarinos não era o suficiente. Eles, além da bravura e astúcia, contavam com a proteção das matas, que possuíam peculiaridades. Por ser bastante denso, esse complexo verde fornecia uma proteção natural aos palmaristas, mantendo-os incógnitos aos olhos despreparados de quem só conhecia a paisagem das plantações de cana-de-açúcar. Na famosa *Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco...* é possível ter uma noção da região, já que é:

*um sitio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, semeado de tôda variedade de árvores conhecidas e ignotas, com tal espessura e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a tôda luz; a diversidade de*

<sup>236</sup>ACIOLI, Vera Lúcia C. *Jurisdição e Conflitos: Aspectos da Administração colonial. Pernambuco – Século XVII*. Recife: EDUFPE; Maceió: EDUFAL, 1997, p. 51.

<sup>237</sup>MÉLO, Venúzia de B. *Barros Pimentel: A história de uma família*. Maceió: Sergasa/SEC, 1984, p. 23.

<sup>238</sup>ANTT. Chancelaria Régia. Afonso VI. Ofícios e mercês. Livro 34. [digital] fl. 120-121, Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 59. Fl. 346-346v; *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 33. Documento 2999.

*espinhos e árvores rasteiras e nocivas serve de impedir os passos e de intrincar os troncos*<sup>239</sup>.

As tropas, sem o conhecimento da região, tinham de marchar várias léguas tendo de abrir o caminho por entre a floresta, que, por ser uma região inóspita, recebeu o nome de sertão, por ser a antítese do litoral. Para o imaginário dos habitantes da costa, a imagem que se teve do sertão era de um lugar inculto, bárbaro e desabitado<sup>240</sup>. Se para um indivíduo tentar adentrar por essa área seria complicado, a dificuldade era ainda maior devido à quantidade de pessoas seguindo na marcha, ainda mais carregando armas e suprimentos. Isso quando alguns dos soldados não sofriam por conta da idade avançada. Francisco Gil Ribeiro, cavaleiro da Ordem de Cristo, teve que acompanhar Antônio Dias Barbosa, já incapaz devido a idade, em uma campanha realizada em 1686<sup>241</sup>. O governo de Pernambuco, no mesmo ano, teve de convocar, mais uma vez, Fernão Carrilho para liderar uma entrada, já que muitos dos comandantes eram veteranos e constavam idade bastante avançada, sem condições de se aventurarem, de novo, nas matas<sup>242</sup>. Décio Freitas explica que,

*não havendo entre o litoral e a região montanhosa nenhum caminho transitável para carros, fazia-se necessário transportar a bagagem e os mantimentos em lombo de escravos, marchando estes e soldados em fila indiana. A caminhada seguia alternadamente à beira de despenhadeiros ou por entre matos cerrados*<sup>243</sup>.

Isso sem contar a enorme distância que havia entre o complexo palmarino e os pontos de partida mais próximos, como Porto Calvo e Alagoas do Sul.

Na expedição holandesa realizada em 1645, os soldados liderados por João Blaer partiram da vila de Alagoas do Sul no dia 26 de fevereiro e demoraram quase um mês para chegar a um dos mocambos palmarinos. Eles provavelmente se aproveitaram dos caminhos que foram abertos no ano anterior pela entrada de Rodolfo Baro. Entretanto, o diário batavo relata as dificuldades passadas pela tropa, que passava o dia marchando, atravessando diversos rios, subindo penhascos para de noite acamparem. Na falta de suprimentos, tinham de caçar<sup>244</sup>, e se aproveitavam dos índios que os acompanhavam. Duas décadas depois, Francisco de Brás relatava que marchou mais de 90 léguas, passando *muitos trabalhos e*

<sup>239</sup>“Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678”. *RTIHGEB*. Tomo XXII, 1859, p. 304.

<sup>240</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010, p. 112.

<sup>241</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 17. Documento 1717.

<sup>242</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo... op. Cit.*, p. 159.

<sup>243</sup>FREITAS, Décio. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>244</sup>“DIÁRIO da viagem do capitão João Blaer aos Palmares...” *Op. Cit.*, pp. 87-91.

*misérias*<sup>245</sup>, já Domingos Leitão marchou *pelo rigor do inverno mais de cem léguas*<sup>246</sup>. Ambas as jornadas foram feitas na década de 1660.

Na *Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar em 1694*, divulgada por Maria Lêda Oliveira, o cronista conta que, ao avistar um grupo perto do rio São Francisco, *estava a tal tropa em cima padecendo*<sup>247</sup>. Não é de se estranhar! Indivíduos como Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque – cujo pai e avô serviram na guerra de restauração – em uma ocasião em que foi acompanhar Fernão Carrilho saiu *de Penedo até Porto Calvo com quatro homens armados a sua custa*<sup>248</sup>. Uma jornada de uma ponta a outra do atual Estado de Alagoas, a pé, necessitaria de muitos mantimentos, ou estaria fadada ao fracasso. D. João de Souza Marinho, nobre, teve que se retirar de duas campanhas nos palmares por falta de provimentos, pois passava muitas fomes<sup>249</sup>. Não é a toa que, como explicou Laura Mendes, expedições de socorro tinham de ser organizadas para suprir as carências e dificuldades que por ventura os soldados fossem passar, e, mesmo assim, algumas campanhas não poderiam contar com tal ajuda.

Nesse sentido, tamanha a dificuldade para se chegar às localizações dos diversos Mocambos palmarinos, era normal que alguns soldados desertassem, com medo de perecer no meio do caminho. João Blaer, líder da segunda expedição holandesa, tombou nos primeiros dias de caminhada e teve que ser levado de volta à vila de Alagoas do Sul. Mas ele era comandante, o que pensar de simples soldados? Na hora do perigo, não havia diferença na patente. Todos estavam sujeitos. Fosse normal a afirmação do cronista da *Relação das Guerras... de 1675 a 1678*, de que:

*as dificuldades do sítio, a aspereza dos caminhos, a impossibilidade das conduções, fêz impossível a quem o valor não fêz poderoso; os melhores cabos desta praça, os mais experimentados soldados desta guerra, se ocuparam nestas levas e, não sendo pouco o trabalho que padeceram, foi muito pouco o fruto que alcançaram*<sup>250</sup>.

Kalina Silva dá o exemplo para a guerra dos Bárbaros de que muitos homens desertavam por falta de pagamentos e alimentação. Esses homens, segundo ela, eram párias, marginalizados da sociedade colonial<sup>251</sup>. Uma deserção desse tipo aconteceu com toda uma companhia de ordenança em uma campanha realizada em 1672, a qual já havia fracassado, porém, com a

<sup>245</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 8. Documento 731, fl. 1.

<sup>246</sup> *Idem*, Documento 787, fl. 1.

<sup>247</sup> “Relação verdadeira da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar em 1694”. OLIVEIRA, Maria L. *Op. Cit.*, p. 303.

<sup>248</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 22. Documento 2031, fl. 1v.

<sup>249</sup> *Idem*. Cx 24. Documento 2199, fl. 1.

<sup>250</sup> “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco...” *Op. Cit.*, p. 303.

<sup>251</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões... Op. Cit.*, pp. 169-170.

fuga dos soldados, tiveram que retornar a vila de Alagoas. Na expedição liderada por Fernão Carrilho, em 1677, uma tropa, que havia saído para fazer reconhecimento no mato, voltava, depois de oito dias, com 25 homens a menos, além de outros 25, dias depois<sup>252</sup>. Anos antes, o governador Fernão de Souza Coutinho lançava um bando, em que, um dos parágrafos dizia respeito às deserções. Quem o fizesse seria chicoteado e, em seguida, degredado por dois anos a capitania do Ceará. Isso para os soldados, sargentos e capitães, seriam dez anos de degredo e a perda do posto<sup>253</sup>. A explicação para esse tipo de atitude ocorre devido a:

*Esta insidiosa hostilidade, a que se juntavam os efeitos da fome, da sede e das doenças, tinha como consequência semear na tropa o desespero e, frequentemente, o pânico. Era então que muitos soldados desertavam para os negros, ou simplesmente se recolhiam às povoações do litoral sem licença dos comandantes. Sucedia ainda que as expedições iniciadas no verão não se podiam deixar surpreender na serra pelo inverno, cujas chuvas torrenciais multiplicavam as enfermidades, agravavam a fome e impediam qualquer operação militar<sup>254</sup>.*

Mas, passadas as misérias para chegar aos Palmares, as tropas ainda sofriam com as emboscadas dos palmarinos, adaptados a vida nas matas e conhecedores de seus segredos. Freitas afirma que os *palmarinos aterravam os homens e rodeavam de quase insuperáveis embarcações uma expedição numerosa (...). À medida que os expedicionários se aprofundavam no território, eram fustigados pelos guerrilheiros palmarinos dissimulados no mato<sup>255</sup>*. São incansáveis os relatos de encontros e pelejas entre os soldados expedicionários e palmarinos, assim como o discurso das fomes e dificuldades que se fazia presente nas cartas dos soldados. Muitos adotavam essa tática, na ânsia de sensibilizar o Rei. Domingos Marques conta que, após pelear contra muitos negros, teve de levar mantimentos a outra tropa, além de uma carta a Manuel Lopes. Passou muita fome para poder cumprir essa missão<sup>256</sup>. Em compensação, Antonio Simões Delgado passou mais de cinco meses em campanha, frisando o trabalho e o risco de vida<sup>257</sup>. João Carneiro, por sua vez, especifica as dificuldades com que passou para chegar aos Palmares, pois teve que marchar 60 léguas, *rompendo matos e atravessando grandes serras<sup>258</sup>*.

Em contrapartida às fomes, sedes e misérias passadas na locomoção ao território mocambeiro. Os méritos registrados pelos soldados estariam postos a prova no confronto

<sup>252</sup>CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, pp. 72 e 81.

<sup>253</sup>FILHO, Ivan A. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>254</sup>FREITAS, Décio. *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>255</sup>*Idem*, pp. 83-84.

<sup>256</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 13. Documento 1253 e 1284.

<sup>257</sup>*Idem*, Cx 14. Documento 1405.

<sup>258</sup>*Idem*, Cx 14. Documento 1441.

direto com os palmarinos. Um relato bastante comum na documentação e, amplamente citado pela historiografia atestaria a “valentia” dos soldados, ao mesmo tempo em que entraria em contradição com a realidade de derrota das expedições.

### 2.2.2 – Degolar negros e queimar suas roças

Pedro Paulino da Fonseca, apresentando uma versão alternativa da *Relação das Guerras...*<sup>259</sup>, relata os momentos da suposta vitória da expedição de Fernão Carrilho aos Palmares em 1678. Nela, podemos notar o ânimo e felicidade com que os soldados se encontravam com a ideia de terem destruído os Mocambos palmarinos. Agradeciam aos céus, invocando a *divina providência* como a responsável pelo “esplendoroso” sucesso<sup>260</sup>. Entretanto, o que no ano de “Nosso Senhor Jesus Cristo” de 1677, que abençoava o arraial do senhor bom Jesus e a cruz, lhes proporcionou foi o genocídio de toda uma população, ou melhor, a criação de um discurso de aniquilamento.

Boa parte da historiografia sobre os Mocambos de Palmares versava acerca da luta entre governo e sociedade colonial e os palmarinos. Para Luiz Sávio de Almeida, era a *incorporação da escrita senhorial*<sup>261</sup>. Mesmo autores como Edison Carneiro, que tentou escrever a história de Palmares buscando implicar-lhes uma identidade; ou Décio Freitas e Ivan Alves Filho, que adaptaram sua luta à uma questão de classe, acabavam esbarrando, até certo modo repetindo, a mesma narrativa. Era o mal de se tentar estudar uma sociedade de escravos, índios e outros sujeitos marginalizados à luz da documentação oficial portuguesa.

Nessas obras, percebe-se a construção de uma ideia de derrota de grande parte dessas entradas. De todas as expedições conhecidas, parece que só a de Fernão Carrilho, em 1677-1678 e a de Domingos Jorge Velho, em 1694, que obtiveram êxito. Mesmo assim, não foram capazes de destruir Palmares por completo. A contradição nessa história é que eles se baseavam em crônicas de época e folhas de serviço, que, pelo teor do conteúdo, davam a entender justamente o contrário. A *Relação das Guerras... de 1675 a 1678* foi uma crônica escrita à mando do governador D. Pedro de Almeida à luz das vitórias de 1678, com objetivo

<sup>259</sup>OLIVEIRA, Maria L. *Op. Cit.*, pp. 252-253. Para a autora, esse documento fora editado por Paulino da Fonseca, sendo ele uma versão semelhante à *Relação das Guerras... de 1675 a 1678*, publicada anos antes na Revista do IHGB. O próprio autor admite ter usado essa outra versão na publicação apresentada em 1876. Cf. FONSECA, Pedro Paulino da. “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678”. *RTIHGEB*. Tomo XXXIX, Parte primeira, 1876, p. 322.

<sup>260</sup>FONSECA, Pedro Paulino da. *Op. Cit.*, p. 309.

<sup>261</sup>ALMEIDA, Luiz Sávio de. “300 anos de Zumbi. Reflexão: As metamorfoses de Zumbi”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº. 25, 1997, p. 241.

de atestar seus méritos perante a Coroa<sup>262</sup>. O mesmo pode ser dito no caso da *Relação do último assalto... de 1694*, ou seja, uma crônica escrita para favorecer os serviços prestados na guerra, no caso, um favorecimento aos méritos de Bernardo Vieira de Melo<sup>263</sup>.

Nelas, vemos o autor se vangloriar em como os soldados eram corajosos e capazes de perseguir as maiores quantidades de amotinados, destruindo-lhes as casas e os pondo a fugir, amedrontados. Era o que relatava a crônica de Pedro Paulino da Fonseca: *mais feliz que a anterior comissão, seguindo um trilho que descobriram, tiveram um famoso encontro, e animados, encetaram a peleja com grande vantagem, conseguindo-se em pouco uma assinalada vitória*<sup>264</sup>. Já Manuel Lopes, famoso comandante de expedições nos anos 1670, contava que indo *por cabo de seiscentos homens contra os negros dos Palmares (...) e ter com eles muitos choques, queimando lhes casas e estacadas em que tinham feito sua força, fizeram-nos fugir por duas vezes*<sup>265</sup>. Devia ser fácil, na época, juntar 600 homens, sem que houvesse deserção.

Todavia, o que as crônicas e folhas de serviços tinham em comum com a historiografia, além de servirem de base para os estudos, era o fato de que as expedições militares, fossem elas vitoriosas ou não, eram marcadas pela capacidade que os soldados tinham para matar a maior quantidade de negros possível. Nas análises historiográficas é notório o “massacre” sofrido pelos palmarinos. Ivan Alves Filho dá nota, logo na primeira entrada de que se tem notícia, em 1602, de que *numerosos palmarinos foram aprisionados e mesmo enforcados*<sup>266</sup>. O mesmo autor, mais adiante analisava o relato de uma expedição realizada em 1663, cujo fracasso foi iminente. O comandante, no caso, Gonçalo Rabelo, desesperado, pegou os prisioneiros e, como uma forma de vingança, mandou degolar a todos<sup>267</sup>. No período holandês, em reunião de dois de fevereiro de 1644, o Alto conselho recebia as notícias da expedição de Rodolfo Baro, em que contava terem morrido 100 negros, ao contrário de sua tropa, que havia tido uma baixa<sup>268</sup>. Nas *Memórias dos Feitos*, de Paulino da Fonseca, numa ocasião em que as tropas luso-pernambucanas fizeram de refém uma figura

<sup>262</sup>LARA, Silvia H. “Palmares, Cucaú e as perspectivas da liberdade” In: LIBBY, Douglas C; FURTADO, Júnia F. (Orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 365.

<sup>263</sup>OLIVEIRA, Maria L. *Op. Cit.*, p. 267.

<sup>264</sup>FONSECA, Pedro Paulino da. *Op. Cit.*, p. 306.

<sup>265</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 11. Documento 1049, fl. 1.

<sup>266</sup>FILHO, Ivan A. *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>267</sup>*Idem*, p. 51.

<sup>268</sup>“Dagelijkse Notulen”. Vol. X. 1 de jan-4 de jun, 1644 In: *Coleção monumental hyginia* (Projeto de preservação e acesso da coleção José Hygino. IAHGPe/Projeto ultramar da UFPE). Agradeço a Arthur Curvelo a gentil cessão do documento.

importante do lado dos Mocambos, Gangamuiza, general e genro de Ganga-zumba, conta ele que:

*Os nossos soldados, pela notícia que de seus atrevimentos e insultos tinham, quiseram livrar-se logo dele, mesmo para impedir sua fuga; e pediram ao Capitão-Mor licença para o arcabuzarem, e parecendo que não alcançavam tal licença a tomaram por si, e numa ausência daquele executaram o Gangamuiza, bem como alguns outros não menos importantes (...). O rei, que também estivera presente no começo da peleja, tinha fugido com a pouca gente que pôde livrar da carnificina<sup>269</sup>.*

Essa relação de ódio que existia entre os membros da sociedade colonial a ponto deles embarcarem em uma entrada para destruir os negros gera uma reflexão tida por Sávio de Almeida, a partir de um conceito visto por Clóvis Moura, o da *síndrome do medo*. Essa síndrome estava imbricada na ideia de desigualdade que havia dentro do âmbito social no período colonial. Em uma sociedade escravista, fortemente hierarquizada, onde os membros da elite local detinham o poder político, a ideia do fim da escravidão através da liberdade plena de seus escravos era impensável. E, se essa liberdade fosse conquistada pelo motim, poderia acarretar na destruição do sistema político<sup>270</sup>. Por isso a pressa em se acabar com a resistência negra. Do outro lado, a resistência dos negros aos rigores da escravidão consistia em uma forma dos negros reagirem ao sistema imposto. No caso de Palmares, a fuga seria a principal reação<sup>271</sup>.

Entretanto, paralelo à necessidade de manter as estruturas de poder dentro da capitania pernambucana, estava a vontade de servir, acumulando experiências para aspirar a uma recompensa, ou ascensão social. João Fragoso entende isso como *economia do dom*, em que *os serviços prestados ao rei eram devidamente remunerados*, e, convergindo com o que Hespanha havia afirmado, *aquela moral reforçava os laços de dependência/vassalagem*<sup>272</sup>. A própria historiografia sobre Palmares reconhecia essa dinâmica. Flávio Gomes ressaltava a importância das folhas de serviços e requerimentos de ex-combatentes, *que justificam seus pedidos, relatando brevemente participações assim como atos de bravura e heroísmo em*

<sup>269</sup>FONSECA, Pedro Paulino da. *Op. Cit.*, p. 306.

<sup>270</sup>ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula o Capitão de Todas as Matas*. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008, pp. 37-39.

<sup>271</sup>CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 4-5. A historiografia mais recente trouxe a lume novas perspectivas para se abordar o estudo da escravidão. Olhando para os valores e praticas dos escravos, novas dinâmicas, até na forma de resistir foram sendo discutidas, como a ideia de negociação. Cf. LARA, Sílvia H. “Conectando historiografias...” *Op. Cit.*, pp. 25-26.

<sup>272</sup>FRAGOSO, João. “Introdução. Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime nos trópicos: séculos XVI – XVIII”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos J. (Orgs.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 12.

*guerras contra Palmares*<sup>273</sup>. Já Laura Mendes iniciava sua obra reconhecendo que, no século XVIII, Palmares era citado como argumento nos requerimentos de mercê<sup>274</sup>. Mario Martins de Freitas, ao analisar pedidos de mercês, dizia não encontrar registros de soldados servindo na expedição de 1686, última de Fernão Carrilho, o que é um equívoco, já que temos a informação de, pelo menos, oito indivíduos<sup>275</sup>. Edison Carneiro defendia a posse da terra como um dos objetivos dos soldados que participavam das entradas<sup>276</sup>. Mesmo que sua afirmação tenha partido do pressuposto das terras serem bastante férteis para agricultura açucareira, elas eram requeridas e doadas em forma de mercê.

Esses autores, bem como outros, reproduziam os registros de mortes dos palmarinos por parte das tropas, entretanto, pareciam não ter a consciência da quantidade de soldados que faziam questão de mencionar quantos negros tinham matado em seus requerimentos. Os números dados eram altos para um indivíduo só, ainda mais em entradas consideradas fracassadas, em sua maioria, pela historiografia. Era, de certo modo, exagerado, o que era normal, partindo de um requerimento que tinha por objetivo provar a bravura do suplicante, o qual almejava ser recompensado à altura de seus feitos. Joel Rufino dos Santos se espantava:

*É enfadonho o relato dessas expedições, que conhecemos relativamente bem pelas muitas fês de ofício com que seus comandantes, ou simples lugares-tenentes, tentavam impressionar os superiores na corrida das promoções. A confiar nos relatórios dos oficiais interesseiros que combateram Palmares, naqueles anos foram mortos mais quilombolas que sua população total*<sup>277</sup>.

Somamos a essa discussão o número de capturados, que também era razoável. É necessário frisar que a coroa portuguesa era conivente com as atitudes em guerra. Em carta datada do ano de 1682, o príncipe regente afirmava a necessidade de reduzir os *ditos negros fugidos pelo meio das armas*<sup>278</sup>. Claro que essa redução dizia respeito a voltar os negros ao termo de obediência real, pois os mesmos deveriam voltar ao trabalho escravo.

<sup>273</sup>GOMES, Flávio. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>274</sup>MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>275</sup>FREITAS, Mário M. de. *Reino Negro de Palmares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988, p. 280. Os soldados eram Gonçalo Ferreira da Costa, que serviu 6 meses; Simão Cordeiro; Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque, nobre fidalgo, que inclusive conta ter aprisionado o sobrinho de Zumbi; Luiz da Silveira Cardoso, cavaleiro de Santiago, servindo com mais 300 homens; Manoel Alvares Ribeiro; Manoel Justo Santiago; e um soldado do terço dos Henriques, Domingo Rodrigues Carneiro, que marchou por oito meses. *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 14. Documento 1433, Cx 15. Documento 1540, Cx 20. Documento 1924, Cx 22. Documento 2031, Cx 28. Documento 2536, Cx 32. Documento 2927; ANTT. Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e mercês. Livro 43. Fl. 259-260.

<sup>276</sup>CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>277</sup>SANTOS, Joel R. dos. *Zumbi*. 8ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991, p. 25.

<sup>278</sup>“Carta de Sua Alteza sobre a liberdade, cativo e castigo dos negros dos Palmares da capitania de Pernambuco” *In: Documentos Históricos*. Vol. LXVIII, 1945, p. 50.

Nos requerimentos e folhas de serviços dos mais de 150 indivíduos compilados, vemos pouco mais de um terço frisando serviços no confronto direto contra os palmarinos. Os atos variavam entre matar ou capturar negros, desalojar ou queimar lhes as casas, destruir suas roças, o que forçava sua fuga e restabelecimento em outros Mocambos. Era a guerra de destruição, defendida por Dirceu Lindoso como principal estratégia das tropas<sup>279</sup>. Aos negros restava a defesa, quando não os despistavam antes mesmo de alcançarem os Mocambos.

Antônio Pinto Pereira, já experiente nos combates nas matas, ao voltar aos Palmares pela terceira vez, em 1680, conta ter dado conta de 600 palmarinos, os quais matou e aprisionou<sup>280</sup>. Por sua vez, Bento Correia de Figueiredo participou de um *assalto em que se matou e aprisionou muitos negros. Queimaram muitos alojamentos e mantimentos, fazendo o resto fugir*<sup>281</sup>. O mesmo fez o mulato Domingos de Sá e Silva em 1654, caminhando 60 léguas para destruir, matar e cativar os negros, queimando suas casas e mantimentos<sup>282</sup>. No mesmo ano, Balthazar Pires Ferreira prestou conta de ter aprisionado 97 indivíduos, fora os que matou<sup>283</sup>. Pedro Fragoso, Amaro Lopes Cerqueira e Pedro Manoel Pavão convergem na mesma história ao relatar ter incendiado cerca de 2000 casas, desalojando mais de 6000 negros, os quais, alguns foram mortos e a maioria saiu fugida<sup>284</sup>. Sibaldo Lins, irmão de Christovão Lins, foi mais ousado, afirmando ter queimado 18 serras de Mocambos<sup>285</sup>.

Outro caso singular, em que alguns indivíduos relatam sua participação em um mesmo combate foi o do Cucaú. Surgida a partir das resoluções do acordo de paz, realizado em 1678 por Ganga-Zumba e Aires de Souza e Castro, a aldeia do Cucaú seria o novo lugar onde os negros, liderados por Ganga-Zumba, iriam viver sob a égide da Coroa portuguesa. Esse descimento já era uma prática de dominação portuguesa, antes experimentada com os povos indígenas; e seu objetivo, no caso dos palmarinos, era acabar com a presença negra na região dos Palmares<sup>286</sup>. O acordo acabou dando errado, pois não foram todos os que aceitaram obedecer ao Rei. Muitos permaneceram em Palmares, agora sob a liderança de Zumbi. Outra

<sup>279</sup>LINDOSO, Dirceu. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>280</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 13. Documento 1255.

<sup>281</sup>*Idem*. Documento 1272, fl. 1. O mesmo fez o mulato Domingos de Sá e Silva em 1654, caminhando 60 léguas para destruir, matar e cativar os negros, queimando suas casas e mantimentos. Documento 1275, fl. 1v.

<sup>282</sup>*Idem*. Documento 1275, fl. 1v.

<sup>283</sup>*Idem*. Documento 1359, fl. 1.

<sup>284</sup>*Idem*. Cx 14. Documentos 1355, fl. 2, 1404, fl. 2 e 1405, fl. 4v. O caso desses três indivíduos indica terem participado das mesma expedição, entretanto, pela especificidade do relato, parecem ter estados juntos em uma mesma batalha. Algo parecido só foi encontrado na peleja no Cucaú, em 1679. Alguns indivíduos contam ter desalojado cerca de 200 negros de suas, até então, novas casas.

<sup>285</sup>*Idem*. Cx 17. Documento 1673, fl. 1v.

<sup>286</sup>MENDES, Laura P. *O Serviço das Armas nas Guerras Contra Palmares: expedições, soldados e mercês* (Pernambuco, segunda metade do século XVII). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2013, pp. 67-68. Para saber mais sobre o acordo de paz e a experiência do Cucáu: LARA, Sílvia H. *Palmares & Cucaú. O aprendizado da dominação*. Tese de Titularidade. Campinas: Unicamp, 2009.

expedição foi mandada, entretanto, alguns palmarinos que aceitaram ir para Cucaú, acabaram se rebelando, e uma expedição foi mandada para combatê-los. Pedro de Souza e Castro, filho do, então, governador Aires de Souza e Castro, participou das duas entradas. Conta a carta que ele, quando

*se pôs em marcha a buscar a aldeia de Cucaú donde assistiam os negros que se tinham agregado ao domínio daquele governo, que, por ser descoberta a sua traição, foram presos e destruída a sua aldeia, o que se conseguiu por indústria e boa prevenção do dito Pedro de Souza, executando primeiro dos principais cabeças do motim o castigo que mereciam*<sup>287</sup>.

Na entrada ao Cucaú, participaram João de Freitas da Cunha; Matheus de Sousa Uchôa; Manoel Cordeiro da Silva; Constantino de Abreu; Luiz Gonçalves Paes; Manoel da Rocha Lima; e Carlos da Cunha, todos alegando terem ido com o objetivo de combater os traidores do Rei. Ao final, relataram terem desalojado cerca de 200 negros<sup>288</sup>. Mas, assim como muitos soldados lutaram em expedições, ou simplesmente contribuíram com mão de obra ou fazendas, houve àqueles que quase lutaram.

É fato que, em uma situação de conflito constante, quanto mais soldados entrassem nas matas para combater os palmarinos, melhor. Na derradeira expedição, realizada em 1694, as tropas de Domingos Jorge Velho precisaram, e foram socorridas, por um contingente grande de tropas, vindas de Alagoas, Porto Calvo e Olinda. Entretanto, outros indivíduos, já preparados para lutar, foram surpreendidos pelo fim da batalha. Foi o caso de Pascoal Coelho de Freitas, Lourenço Gomes Ferraz, Alexandre da Costa Pinto, Luiz de Mendonça Cabral, Carlos Teixeira de Azevedo, Francisco Lopes Galvão, Manoel Alvares Ribeiro e Antônio Vieira da Silva<sup>289</sup>. Todos estavam escapando do campo de batalha devido a vitória que as tropas coloniais tiveram sobre os Palmarinos, Antônio Vieira da Silva tinha gasto 50 mil réis em mantimentos e deslocado três de seus escravos para socorrer as tropas que, por ventura, necessitassem.

Logicamente, os principais serviços que um soldado poderia justificar ao Rei, seria seu ato de bravura nas lutas e confrontos, em que contaria o número de cabeças pousadas sobre a lâmina de sua espada ou o gatilho de sua arma. Entretanto, havia outros soldados, que, além de marchar, passar as maiores dificuldades e riscos de vida pelo caminho, e nas batalhas, tinha

<sup>287</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 12. Documento 1204, fl. 1.

<sup>288</sup> *Idem*. Cx 15. Documento 1481, fl. 1, Cx 14. Documento 1381, fl. 1, Cx 16. Documento 1576, fl. 1 e 1593, fl. 1, Cx 17. Documento 1691, fl. 1, 1739, fl. 1 e 1741, fl. 1.

<sup>289</sup> *Idem*. Cx 19. Documento 1884; Cx 20. Documento 1902; Cx. 21. Documento 1992; Cx 22. Documentos 1999, 2031, 2034 e 2048; Cx 32. Documento 2927.

de sustentar as tropas. Outros, quando não podiam viajar, ajudavam nos custos das expedições. Muitos desses sujeitos justificariam tais serviços.

### 2.2.3 – Para os abastados, o sustento da guerra

Uma expedição não se organizava de graça. Eram altos os custos para fazer funcionar a estratégia de destruição dos Mocambos, que, muitas vezes, não dava certo. Flávio Gomes reconhecia esse problema, quando afirmava que, *além de dispendiosa, a tentativa de destruir Palmares no confronto direto [Sic] era pouco eficiente. Tropas eram obrigadas a permanecer meses nas florestas e muitas despesas com alimentação e pagamento de soldados tinham de ser realizadas*<sup>290</sup>. Os gastos nas expedições, de uma forma geral, envolviam alimentação, armamento e munições; além de ajuda de custo para tropas que não venciam soldo, e, fardamento e vencimento para as tropas pagas. Os custos poderiam ser divididos entre a fazenda real do governo pernambucano, as câmaras municipais, os moradores, e, até, dos próprios soldados que embarcavam nas jornadas<sup>291</sup>. Quase nada provinha dos cofres da Coroa, que preferia deixar o ônus da guerra nos ombros de seus vassalos. Era o sistema de colaboração, dialogando mais uma vez com Amélia Polónia.

À fazenda real pernambucana ficava provido o financiamento de parte do armamento e das munições<sup>292</sup>. Quando o governo e as câmaras se envolviam, era na arrecadação financeira, que recaía sobre os moradores na forma de imposto. Eram as fintas. Essas contribuições podiam ser em espécie ou em dinheiro, e era feita por um comissário, que percorria as freguesias<sup>293</sup>. Já Arthur Curvelo afirma que as fintas seriam *as principais formas de arrecadação de víveres para o abastecimento das tropas*, e, só foi possível através de uma rede governativa, que envolve a cooperação interinstitucional entre o Governo da capitania e as câmaras<sup>294</sup>, ou mesmo imposição a elas. Em resumo, os governadores, no que tange à área militar, tinham um papel direto no provimento de postos, negociações de contrato de tropas, e, administração de recursos para guerras. Para realizar esses procedimentos, tinha de se

<sup>290</sup>GOMES, Flávio. *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>291</sup>MENDES, Laura P. *O Serviço das Armas... Op. Cit.*, p. 79. Os tipos de tropas que existiam eram as ordenanças e as milícias, as quais tinham de adquirir e manter seu próprio armamento; e as tropas regulares, que obtinham parte do fardamento e armas da Fazenda Real. *Idem*, pp. 82, 84.

<sup>292</sup>*Op. Cit.*, p. 80.

<sup>293</sup>“O preço das lutas contra palmares” In: FREITAS, Décio. *República dos Palmares. Op. Cit.*, p. 51.

<sup>294</sup>CURVELO, Arthur A. S. de C. “A Finta dos Palmares: Negociações e atritos entre os governadores de Pernambuco e a câmara de Lagoa do Sul (1668-1680)” In: *Anais do IV Encontro de História: História, racismo e religiosidades negras/I Encontro Nacional do Laboratório de História Afro-brasileira*. Maceió, 23 a 26 de outubro de 2012 [Recurso eletrônico], Ufal, ICHCA, Curso de História. Maceió: Ufal, 2012, p. 280.

articular com outros agentes do poder, como as câmaras, e o fazia através dos bandos, que eram ordens diretas registradas nas atas de vereações<sup>295</sup>.

Em relação às fintas lançadas para a Guerra contra palmares, Curvelo não dispôs de valores, entretanto, descobriu que houve impostos lançados para arrecadação de farinha, peixes, carnes e escravos para os comboios que embarcariam nas diversas entradas<sup>296</sup>. Já Décio Freitas nos apresenta um documento de cobrança de fintas na freguesia do Cabo em que se pôde arrecadar cerca de 996\$780 réis dos engenhos e povoações<sup>297</sup>. Dentre os nomes compilados para esse trabalho, temos três indivíduos que lutaram em expedições e, também, cobraram fintas da população, como Francisco Álvares Madeyra, que serviu na arrecadação de impostos e cobranças na capitania de Itamaracá<sup>298</sup>; e João de Nubalhas Hurrea que, em 1667 assistiu *com muita largueza aos pedidos para as entradas dos Palmares, tributos e fintas para sustento da infantaria e reedificação das forças*<sup>299</sup>.

As tropas que lutaram contra Palmares tinham um caráter misto, ou seja, eram formadas por homens nobres, homens livres pobres, negros e índios. O fornecimento de armas e munições, dados pela Fazenda Real, destinava-se apenas àqueles que faziam parte das milícias e tropas pagas. Muitos dos moradores que decidiam organizar uma entrada, ou até mesmo participar de uma, tinham de arcar com seu próprio fardamento, armamento e homens que pretendiam levar<sup>300</sup>. Mesmo os soldados de tropas que recebiam soldo ou munições, às vezes, tinham de sustentar algo por meio de sua fazenda, fossem escravos, tropas, mantimentos ou socorros. E, na hora do requerimento de mercê, esses gastos contariam como serviços, no caso, eram os serviços *pecuniários*<sup>301</sup>, e, naturalmente, esse tipo de ajuda só compete aos mais abastados. Muitos foram os que sustentaram jornadas ou conflitos dentro de uma entrada. Na tabela abaixo, podemos ter uma noção de quem contribuiu financeiramente nas expedições:

<sup>295</sup> *Idem*, p. 281.

<sup>296</sup> *Idem*, pp. 282-283.

<sup>297</sup> “O preço das lutas contra palmares” *In*: FREITAS, Décio. *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>298</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 12. Documento 1188, fl. 1.

<sup>299</sup> *Idem*. Cx 11. Documento 1111, fl. 2v. Temos ainda o nobre penedense Diogo Rodrigues da Costa, que, em 1680, cobrava a finta para o casamento da Rainhade Grã-Bretanha. Cx 19. Documento 1871, fl. 1

<sup>300</sup> MENDES, Laura P. *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>301</sup> Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, *pecúlio* é o dinheiro ou fazenda procedida do trabalho, negócio ou indústria, tanto na guerra como na paz. Já *Pecuniário*, seria uma conta concernente a dinheiro. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712 – 1728. Vol. 6, pp. 343-344. *On-line*, Disponível em [http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete\\_Codigo=33316&Setor\\_Codigo=11](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=33316&Setor_Codigo=11) (Acesso em 13/05/2014, 18:14). Entendemos aqui como serviços pecuniários tudo o que for referente a doação em forma de dinheiro, ou bens de sustento, como alimentos, munições.

**Tabela 2: Serviços pecuniários em Palmares (1654-1706)**<sup>302</sup>

<b>Indivíduo</b>	<b>Participação contra os Palmares</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Contribuição</b>
Belchior Álvares Camelo	1654	Capitão de infantaria, capitão mor, coronel de companhias de infantaria.	Penetrou nos palmares com muita despesa de sua fazenda.
Francisco Álvares Camelo	1654, 1674, 1676, 1678	Soldado, alferes, capitão de infantaria.	Foi ao socorro dos Palmares em 1678 levando homens, escravos e mantimentos.
Francisco Barbosa de Caldas	-	Soldado, alferes, ajudante, capitão de infantaria.	Sustentou sua companhia por três meses.
João de Nubalhas e Hurrea	1667, 1668	Capitão de gente de ordenança de companhia de cavalo	Acudiu tropas com escravos e 70 homens à sua custa, sustentando a todos.
Manuel de Azevedo da Silva	-	Soldado, alferes, ajudante, capitão de infantaria, ajudante de tenente de mestre de campo, sargento mor dos auxiliares.	Ajudou no sustento da guerra doando muito de sua fazenda.
José de Sá e Albuquerque	-	Soldado, capitão de infantaria, cabo de esquadra, capitão de cavalos, coronel, capitão mor, juiz ordinário e dos órfãos, vereador mais velho.	Serviu nos Palmares com sua fazenda.
Christovão Lins	1669, 1673	Capitão de companhia de ordenança e de terço pago.	Organizou e sustentou duas entradas.
João Alvares Vieira	1670	Alferes, capitão de infantaria.	Sustentou 30 homens.
João da Mota	1670-1683	Capitão de infantaria de ordenança, ajudante supra e do número.	Fez nove entradas aos palmares à sua custa.

<sup>302</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 9. Documento 860, fl. 1, Cx 12. Documentos 1172, fls. 1 e 1v, 1204, fl. 1, 1212, fl. 1, 1230, fl. 1, fls. 1-1v, Cx 11. Documentos 1109, fl. 1 e 1111, fl. 2v, Cx 13. Documentos 1248, fl. 1, 1255, fl. 1, 1261, fl. 1, 1273, fl. 1, 1324, fl. 1, 1350, fl. 1, Cx 14. Documentos 1356, fl. 1, 1385, fl. 1, 1411, fls. 1 e 4, 1451, fl. 1, Cx 15. Documentos 1540, fl. 1, 1556, fl. 1, Cx 16. Documentos 1601, fl. 1, 1643, fl. 1, Cx 17. Documento 1673, fl. 1, Cx 19. Documento 1878, fl. 1, Cx 22. Documentos 2016, fl. 1. 2031, fl. 1, 2035, fl. 1, 2043, fl. 1, Cx 24. Documento 2200, fl. 1, Cx 26. Documento 2384, fl. 1, Cx 27. Documento 2426, fl. 1, Cx 28. Documento 2536, fl. 1; *ANTT*. Chancelaria Régia. Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 51, fl. 346v, Livro 52. Microfilme 451-A, fl. 304-304v; Dom Pedro II. Ofícios e mercês. Livro 24. Fl. 372v-373, Livro 62. Fl. 118-119.

Manuel de Inosoja	1670-1683	Soldado, alferes, ajudante, capitão dos índios Payayares.	Marchou aos Palmares em 1680 à sua custa. Buscou muitos mantimentos.
Miguel Rodrigues Sepulveda	1672	Soldado arcabuzeiro, alferes, ajudante supra, capitão de companhia paga.	Assistiu no sertão por cinco meses sustentando sua companhia.
João da Fonseca	1672, 1681	Juiz dos órfãos, escrivão da câmara, soldado, capitão de infantaria de ordenança, capitão mor.	Gastou muito de sua fazenda mantendo escravos e soldados. Acudiu Antônio Jacome Bezerra com peixe e farinha.
Gonçalo Ferreira da Costa	1675-1686	Comerciante de maior crédito e cabedal, capitão de infantaria de ordenança e de cavalos, secretário e escrivão da administração da junta do comércio, tesoureiro dos officios da câmara aplicados à guerra dos Palmares e do provedor da fazenda.	Doou grandes quantidades a guerra dos Palmares. Ajudou o governador Pedro de Almeida. Assistiu por seis meses as tropas de infantaria.
Manuel Lopes	1675, 1677, 1681	Soldado, cabo de esquadra, alferes, sargento, capitão de infantaria, tenente general.	Organizar tropas e mantimentos em Sirinhaém e Porto Calvo para socorrer Fernão Carrilho em que mandou 50 soldos. Sustentou tropas por três meses.
Manuel da Fonseca Rego	1676, 1679, 1680	Capitão de infantaria de ordenança, vereador mais velho de Olinda.	Remeteu comboios de mantimentos as tropas despendendo muito de sua fazenda.
Antônio Pinto Pereira	1677, 1678, 1680	Soldado, alferes, capitão.	Foi mandado aos Palmares em 1677 gastando muito de sua fazenda.
Pedro de Souza e Castro	1679	Soldado arcabuzeiro, capitão de companhia de infantaria.	Entrou nos Palmares levando 20 pessoas, além da infantaria, fazendo bastante dispêndio de sua fazenda no sustento das tropas.
Francisco do Rego Barros	-	Soldado, sargento mor da ordenança.	Sustentou por um mês mais de 80 homens, entre soldados, criados e escravos.
Domingos Gonçalves	-	Soldado, cabo de esquadra, sargento,	Concorreu para a despesa da guerra com uma ajuda

Freire		alferes, capitão de infantaria e de cavalos da ordenança.	de custo de sua fazenda.
João Gomes de Melo	-	Soldado, capitão de ordenança e de cavalos.	Contribuiu com sua fazenda para as despesas da guerra.
Diogo de Souza Vieira	-	Alferes, capitão, sargento mor.	Gastou muita fazenda.
Antônio de Amorim Souto	-	-	Conduziu soldados e escravos à sua custa.
Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque	1683, 1686	Fidalgo, soldado, alferes, capitão, ajudante supra e do número,	Saiu de Penedo até Porto Calvo com quatro homens armados à sua custa.
Luiz da Silveira Cardoso	1684, 1686, 1689	Cavaleiro de Santiago, soldado, alferes, cabo de esquadra, sargento supra e do número.	Sustentou uma tropa durante um mês.
Cristóvão Vieira de Melo	1685	Capitão de ordenança e de cavalos, Vereador, juiz ordinário, sargento mor.	Contribuiu com fazendas.
Domingos Gonçalves da Costa	1685	Cavaleiro da ordem de Cristo, vereador, juiz, alferes, capitão de auxiliares e de infantaria.	Sustentou tropas.
Domingos de Castro Aguiar	-	Soldado pago, alferes, cargos na república.	Sustentou uma companhia com bagagens e mantimentos.
Miguel Correa Gomes	-	Alferes, capitão de infantaria, capitão de cavalos.	Ajudou na condução de socorros do Recife aos Palmares, fazendo muita despesa em prover seus soldados com armas e munições. Pagou soldos aos sargentos, ajudou a câmara.
Leonel de Abreu e Lima	1692, 1694	Sargento mor, coronel de infantaria de ordenança, administrador geral do salitre.	Perdeu muitos escravos e gado nas campanhas dos Palmares.
Cristóvão Coelho Cardoso	1694	Alferes, juiz ordinário e dos órfãos, escrivão da câmara.	Sustentou dois soldados.
Cristovam Paes Barreto de Melo	1694	Fidalgo, juiz ordinário, soldado de infantaria paga, capitão de infantaria de ordenança,	Sustentou uma tropa em marcha aos Palmares.

		sargento mor.	
Manoel de Melo Bezerra	1694	Capitão de companhia de infantaria de ordenança.	Gastou muita fazenda sustentando soldados.
Matheus Serqueira	1694	Alferes	Levou 25 homens sustentando-os com munições e mantimentos.
Bernardo Vieira de Melo	1694, 1706	Capitão de infantaria, de cavalos, tenente coronel das ordenanças, juiz ordinário, vereador, capitão mor.	Ofereceu gado e fazendas para a guerra. Sustentou um arraial por quatro meses
João Gomes de Melo, Manuel Rodrigues Calheiros	-	Senhor de engenho	Gastou muita fazenda

Pelo que se pode perceber, ajudar financeiramente nas expedições contra Palmares poderia ser tão importante quanto matar ou capturar palmarinos. Entretanto, enquanto os serviços anteriores davam a ideia de bravura e heroísmo por parte dos discursos dos soldados, os *serviços pecuniários* mostravam o *status* que eles tinham na sociedade<sup>303</sup>, o que também era mostrado pelos cargos que ocupavam, já que temos *homens bons* do senado da Câmara entre as figuras de qualidade, como José de Sá e Albuquerque, João da Fonseca, importante membro da Câmara de Alagoas do Sul, Manuel da Fonseca Rego, do senado de Olinda, Cristóvão Vieira de Melo, Domingos Gonçalves da Costa, Domingos de Castro Aguiar, Cristóvão Coelho Cardoso, Cristóvam Paes Barreto de Melo e Bernardo Vieira de Melo. Ou seja, nove oficiais camarários dentre os 35. Mesmo assim, os outros nomes, por serem de famílias nobres, provavelmente exerceram, também, seus ofícios honrosos.

Outro ponto importante é o fato de todos possuírem postos militares, ou seja, o fato de terem tido carreira militar, e terem participado de diversas expedições, mostra que, mesmo sendo entradas organizadas pelo governo, tinham de contribuir com as despesas, mesmo se, por ventura, já tivessem colaborado com as fintas. Realça, também, um alinhamento entre as características de bravura e heroísmo, com as de *status* e prestígio, o que enriquecia suas folhas de serviços. Um tópico válido para se pensar, é nas possíveis formações de redes entre as famílias. Infelizmente a documentação não traz detalhes sobre relações políticas e econômicas entre a nobreza local.

<sup>303</sup>Foram inclusos na tabela apenas àqueles que sustentaram, de alguma forma, despesas com as entradas. Há sujeitos que tiveram serviços de condução de mantimentos e armamentos, mas que não entraram pois não sabemos se houve dispêndio de fazenda por parte deles, o que não foi registrado na documentação, ou apenas conduziram suprimentos e munições à mando de oficiais maiores.

Até mesmo o único comerciante a aparecer na documentação consultada possuiu postos militares, Gonçalo Ferreira da Costa, que, segundo Décio Freitas, era um dos mais opulentos homens de negócio das praças de Pernambuco, gastou e muito com as despesas dos Palmares em várias ocasiões<sup>304</sup>. Note-se que, mesmo sendo um homem de negócio, Gonçalo Ferreira da Costa, que era natural do Porto, teve uma pequena carreira militar, além de possuir ofício na câmara e na administração fazendária da capitania. Lembramos George Félix de Souza, que a *ocupação de comerciantes era uma das menos prestigiosas e uma das mais antipatizadas no âmbito do império português*<sup>305</sup>, e a presença de comerciantes nas câmaras seria forte no século XVIII, com a municipalidade do Recife. Entretanto, o autor afirma que *muitos nobres portugueses investiram em comércio desde muito cedo*<sup>306</sup>. Como não sabemos os antecedentes de Gonçalo da Costa, ficamos com o fato do mesmo ter ajudado, e muito, com as despesas das guerras, o que deve ter lhe rendido esse poder dentro da administração.

Esses gastos poderiam ser reembolsados pela Fazenda Real, mas com atrasos e em valor inferior; ou, se não fosse o caso, seria considerado um direito do súdito de servir ao Rei, dando-lhe a chance de requerer mercês<sup>307</sup>. Para esses indivíduos, os riscos de vida nas jornadas e batalhas, bem como os gastos financeiros, nos seus requerimentos se tornariam investimentos no seu *status* social, ou nas suas carreiras políticas e militares. Tudo o que fosse gasto nas batalhas acabariam na ponta da pena para justificar o merecimento a uma, ou mais, recompensas, que podia ascender um indivíduo socialmente, ou, na maioria das vezes, solidificar ainda mais o seu *status* político. Dependeriam do quanto haviam servido.

---

<sup>304</sup>“O financiamento das guerras contra Palmares” In: FREITAS, Décio. *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>305</sup>SOUZA, George F. C. de. “A gente da governança do Recife colonial: perfil de uma elite local na América Portuguesa (1710-1822)” In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos J. (Orgs.). *Monarquia Pluricontinental. Op. Cit.*, p. 63.

<sup>306</sup>*Idem, Ibidem.*

<sup>307</sup>MENDES, Laura P. *Guerras Contra Palmares. Op. Cit.*, p. 54.

### CAPÍTULO 3 – A CONQUISTA DE MERCÊS, O SÉCULO XVIII E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE

Em 1694, tropas paulistas e pernambucanas marcharam até a Serra da Barriga para fazer aquela que ficou conhecida pela historiografia como o cerco final. Nessa batalha, Domingos Jorge Velho, auxiliado por Bernardo Vieira de Melo e alguns canhões, conseguiu derrubar a capital dos Palmares, levando seu líder, Zumbi, a fuga. Muitos morreram, outros foram capturados, diziam até que uma grande quantidade de palmarinos havia cometido o suicídio. O fato é que, para muitos, Palmares, finalmente tinha acabado.

Desde a restauração de Pernambuco do domínio holandês que várias campanhas foram sendo feitas contra os Mocambos, centenas de soldados envolvidos, todos querendo mostrar serviço com o objetivo de conseguir recompensas. Nada mais natural que as tropas que sobreviveram ao cerco de 1694 buscassem suas mercês, principalmente os paulistas, desejosos pelas terras férteis das matas de Pernambuco. Um ano depois, em 1695, Zumbi seria decapitado pelo paulista André Furtado de Mendonça. Esse foi o curso “natural” da história, defendida por muitos autores.

Entretanto, engana-se quem acha que os palmarinos se dariam por vencido após essa derrota. Outros líderes ascenderam no posto maior pela defesa da liberdade negra na América portuguesa, como Camoanga e Mouza, que resistiram de forma menor, durante a primeira metade do século XVIII. Os paulistas, ao mesmo tempo em que cobravam seus títulos e terras, formaram dois terços com objetivo de se instalarem nas matas e defender a região de novas incursões dos palmarinos, *e uma espécie de colonização militar*<sup>308</sup>, como afirmava Flávio Gomes. Era o terço do Palmar, que durou até a década de 1770.

Além das terras, a formação das tropas foi um dos motivos da permanência do terço paulista de Domingos Jorge Velho na região dos Palmares. Muitos receberam léguas de sesmarias que poderiam lhes garantir sossego na nova morada. Entretanto, a ideia de formar um novo terço e, a partir disso, ascender ainda mais militarmente, pareceu boa para os sertanistas, já que, junto das terras, poderiam *garantir policiamento e ocupação territorial dos espaços recém-conquistados dos negros palmarinos, pondo em prática uma Economia política da ordem*<sup>309</sup>.

<sup>308</sup>GOMES, Flávio. *Op. Cit.* p. 41. Segundo o autor, as tropas permaneceram até, pelo menos, 1757. Porém, há registros que remontam até a década de 1770. AHU. Pernambuco Avulsos. Cx 121. Documento 9238, fl. 3.

<sup>309</sup>ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial...” *Op. Cit.*, p. 152. Por *Economia política da ordem*, o autor explica que se traduziriam em gastos fazendários e mercês políticas para manutenção da justiça e policiamento militar, e, com isso, garantia um melhor controle do centro em relação a espaços estratégicos.

Do outro lado do jogo social entre as elites, os pernambucanos estavam usufruindo de suas mercês, títulos que ajudavam a consolidar ainda mais uma nobreza já enraizada pelas lutas contra os holandeses. No alvorecer do século XVIII, muitos descendentes desses combatentes estavam, se não lutando contra os palmarinos, herdando as mercês de seus pais e/ou avós.

Nesse sentido, analisaremos nesse capítulo os indivíduos que, devido aos seus serviços prestados, visto no capítulo anterior, conseguiram galgar, junto ao Rei, suas benesses. Nesse sentido, buscaremos compreender a consolidação da elite pernambucana no século XVIII a partir de seus descendentes, os quais tiveram a chance de herdar as mercês almejadas por aqueles que participaram das várias guerras contra os Palmares. Muitos deles descenderam dos primeiros povoadores da Capitania, bem como daqueles que lutaram contra os holandeses.

Buscaremos, da mesma forma, compreender a influência dos paulistas na formação de uma nova elite em Pernambuco, tomando como base a posse de terras como ponto de partida para o enraizamento em uma sociedade já consolidada. Sabemos que muitos sertanistas receberam terras como mercê por seus serviços. Resta entender se eles chegaram a ocupa-las e se essas terras foram herdadas por seus filhos. Um exemplo, que será trabalhado, é o caso de Domingos Jorge Velho que fundou o que seria a vila de Atalaia, hoje, atual cidade do Estado de Alagoas.

Além dos paulistas, indivíduos de várias partes da América portuguesa, com experiência em diversas guerras nas partes ultramarinas, desembarcaram na região sul da Capitania de Pernambuco buscando servir mais uma vez a Coroa na luta contra o inimigo interno. Tentaremos analisá-los buscando situar de onde vieram e para onde foram depois que conseguiram sua recompensa.

### **3.1 – Da ascensão militar à posse de terras**

Nem só de coragem e fazendas vivia o vassalo do Rei que servia nos Palmares. Outros tipos de serviços podiam, e foram, feitos ao longo da segunda metade do século XVII, dando possibilidades de remuneração ao súdito. Roque Garcia, comissário do Conselho Ultramarino, recebeu, em 1681, a difícil tarefa de cuidar de 20 negros que foram capturados na última entrada aos Palmares. Homem pobre, segundo alegou, afirmou ter muitos custos na assistência, mesmo assim, dez deles morreram de bexiga, doença grave que assolou Pernambuco naquela época. Ele, junto de sua família, teve que dar conta dos outros dez, pois

haveriam de ser levados à corte. Tudo o que ele pedia era uma ajuda de custo, a qual conseguiu no valor de 20 mil réis<sup>310</sup>. O mesmo aconteceu com João de Quintanilla, no ano seguinte. Este, que era médico na Corte portuguesa, afirmou ter cuidado de negros dos Palmares, provavelmente os dez enviados depois dos cuidados de Roque Garcia. Também receberam uma remuneração em dinheiro no valor de 10 mil réis<sup>311</sup>.

Apesar de tudo, cada indivíduo tinha em mente o fato de serem súditos do Rei, desse modo, tinham interesse na queda dos Mocambos palmarinos. Uns por serem nobres locais, donos de terras e adeptos da cultura do açúcar e do sistema escravista, portanto, viam sua empresa ameaçada pela fuga de escravos e a resistência nas serras. Outros, de militares de menor condição ou comerciantes, na ânsia de galgarem posição social melhor, desejavam as terras férteis dos Palmares para povoá-las e cultivar. Todos esses sujeitos que se comprometeram, ao seu modo, na luta contra a resistência negra, o fizeram, também, pela vontade de servir, motivados pela expectativa de uma recompensa que lhes pusesse em grande valia dentro da sociedade do século XVII, garantindo, igualmente, uma melhor posição para seus descendentes na virada do XVIII. António Manuel Hespanha faz uma reflexão interessante acerca das intensões incrustadas no imaginário luso-brasílico. Segundo Hespanha,

*os homens construiriam o pensamento a partir da “realidade”, avaliariam a realidade em função de “interesses” e, em função da realidade e da sua avaliação pragmática, assumiriam “comportamentos”, uns dos quais eram discursos, com os quais traduziriam em “palavras” o modo como viam e avaliavam a realidade e a forma como reagiriam<sup>312</sup>.*

Apesar da discussão do autor<sup>313</sup>, interpretamos as palavras-chave “realidade”; “interesses” e “comportamentos”, respectivamente como serviços, mercês e súditos. Quer dizer que, os homens pernambucanos do século XVII construiriam seus modos de servir em cima da realidade que lhes foi imposta, a das guerras, sejam as holandesas ou palmarinas. Tal construção se sustentaria em função do interesse na ascensão ou manutenção do *status* social, político e/ou econômico que as mercês lhes renderiam. Nesse sentido, eles assumiriam o comportamento de fieis vassalos do Rei; e essa autoafirmação se traduziria nos discursos de serviços prestados, que envolvia uma enorme dedicação por parte do sujeito.

<sup>310</sup>Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco Avulsos. Cx 12. Documento 1209, fl. 1.

<sup>311</sup>Idem. Documento 1220, fl. 1.

<sup>312</sup>HESPANHA, António Manuel. *Op. Cit.*, pp. 15-16.

<sup>313</sup>No âmbito da história social, “realidade, interesses e comportamentos” estariam seriam tratadas como coisas, enquanto que “palavras e discursos”, por não terem uma espessura social palatável, estariam na categoria de não-coisas.

Esses discursos, no *post bellum*, foram bastante presentes entre àqueles que lutaram nas guerras de restauração. Evaldo Cabral de Mello afirma que muitos dos principais da terra não esperavam que suas cartas chegassem às mãos do Rei, iam ao Reino, *a buscar compensação pelos danos sofridos por sua fidelidade a El Rei ou pelos serviços prestados na guerra*<sup>314</sup>. Muitos foram os que conseguiram recompensas por esses serviços, não é atoa que três autores se debruçaram sobre as mercês do *post bellum*<sup>315</sup>. Mesmo nesta pesquisa, nos deparamos com uma grande quantidade de requerimentos usando o período holandês como discurso em época de grande atividade militar nos Palmares, inclusive por homens que já estavam, ou haviam, lutado nas expedições. O mesmo se seu no século XVIII com os descendentes. Caímos, mais uma vez, na discussão de heroicidade defendida por Maria Lêda de Oliveira<sup>316</sup>.

Mas, as guerras contra Palmares renderam mercês a muitos indivíduos. A historiografia, apesar de pouco trabalhar, reconhecia os interesses dos combatentes, tanto é que Sílvia Lara fazia críticas as narrativas historiográficas, que demonstravam a capacidade militar de um governante, ou distinguir a capacidade dos pernambucanos e a bravura dos paulistas<sup>317</sup>. Alex Rolim reconhecia a riqueza de informações no que tange as participações de soldados nas guerras contra Palmares cujas folhas de serviços *ofereciam pano para manga no momento de escrita para pedidos de privilégios e lembrarão ao monarca as atuações que tinham sido feitas naquele espaço*<sup>318</sup>. Esses requerimentos revelam *um certo tipo de “memória” sobre as expedições e guerras contra os palmaristas*<sup>319</sup>.

O caminho para requerer uma mercê era simples, o indivíduo tinha de apresentar as certidões de seus serviços, apresentando, pelo menos, 12 anos contínuos, além de provar não ter crimes e não ter sido anteriormente beneficiado pelos mesmos serviços que apresentara<sup>320</sup>.

<sup>314</sup>MELLO, Evaldo C. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2007, p. 332.

<sup>315</sup>Para saber mais, ALBUQUERQUE, Cleonir X. *A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa*. A propósito de um sermão do Padre Vieira. (Monografia nº 4). Recife: UFPE – ICH, 1968; MELLO, Evaldo C. *Rubro Veio*. *Op. Cit.*; KRAUSE, Thiago N. *Em Busca da Honra*. A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). São Paulo: Annablume, 2012.

<sup>316</sup>OLIVEIRA, Maria L. *Op. Cit.*, pp. 258-259.

<sup>317</sup>LARA, Sílvia H. “Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz”, p. 2. Trata-se de uma versão em português do paper: “Palmares and Cucaú: Political dimensions of Maroon Community in late Seventeenth-century Brazil”. *American Counterpoint: New Approaches to Slavery and Abolition in Brazil*. Connecticut: Yale University, 2010. *On-line*, disponível em <http://www.yale.edu/glc/brazil/papers/lara-paper.pdf> (Acesso em 15/05/2014, 6:02).

<sup>318</sup>ROLIM, Alex. *O Caleidoscópio do Poder: Monarquia pluricontinental e autoridades negociadas na institucionalização da Ouvidoria das Alagoas na capitania de Pernambuco (1699-1712)*. TCC (Bacharelado em História). Maceió: Ufal, 2013, p. 106.

<sup>319</sup>GOMES, Flávio. “Apresentação: Palmares, historiografia e fontes” *In*: GOMES, Flávio. *Mocambos de Palmares*. *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>320</sup>ALBUQUERQUE, Cleonir X. *Op. Cit.*, pp. 13-16.

Muitos combatentes e ex-combatentes mandavam suas solicitações, entretanto, nem todos conseguiam o desejado. Na documentação consultada há vários casos de solicitações indeferidas, a exemplo de Manuel Gomes, português natural de Vianna e morador na região do São Francisco. Ajudou a descobrir minas de prata em Sergipe e lutou nos Palmares em 1668, aprisionando 30, queimando 200 casas e matando outros muitos<sup>321</sup>. Do mesmo modo, Manuel de Insoja, que serviu em Angola e na Bahia, antes de lutar nos Palmares<sup>322</sup>.

Muitos dos requerentes apresentavam uma extensa folha, atuando em diversas partes da conquista ultramarina portuguesa, como foi o caso de Bento Correia de Figueiredo, que servira no Alentejo, Badajoz e Angola. Após Palmares, serviu contra índios no Ceará. Por seus serviços, ganharia a mercê da patente de Capitão da dita capitania<sup>323</sup>. Em outros casos, vemos os suplicantes mandarem suas fês de ofício para concorrerem a postos vagos. Muitas das mercês de postos militares provinham desse tipo de documentação. Além dos postos, eram solicitados cargos na administração local, comendas militares nas ordens de Cristo, Santiago e Avis, além das sesmarias, aproveitando a vasta e fértil região dos Palmares. Podemos ver, na tabela que se encontra no anexo I, o total de indivíduos, dentro do que a documentação pôde proporcionar, agraciados com mercês por suas participações nas guerras contra Palmares.

Foram 185 nomes encontrados durante a pesquisa. Cerca de 40 indivíduos, mesmo apresentando uma folha com um bom tempo de experiências, não foram agraciados com os privilégios provenientes das mãos do Rei. Foi o caso de Manuel Gomes, que se diz responsável pelo descobrimento de minas de prata em Sergipe Del Rey, além de ter servido durante quatro anos nos Palmares, com muitas mortes e prisões em seu currículo<sup>324</sup>. Claro que afirmamos isso sem muita precisão, já que tomamos como base principal os avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino. Com um trabalho de pesquisa mais aprofundado, com acesso a outras fontes documentais, poderíamos encontrar informações mais completas, e possíveis mercês para esses sujeitos.

Outra hipótese, dessa vez, repousa nos indivíduos que também serviram na guerra contra os holandeses, caso de Francisco Brás e Diogo Peres de Melo<sup>325</sup>. Seus requerimentos de mercês usando os serviços em Palmares são das décadas de 1660-70, nesse sentido, podem ter sido recompensados por serviços mais antigos, como a guerra de restauração. Mesmo

---

<sup>321</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 9. Documento 862.

<sup>322</sup> *Idem*. Cx 13. Documento 1248.

<sup>323</sup> *Idem*. Cx 13. Documento 1272, Cx 17. Documento 1691, Cx 22. Documento 2048.

<sup>324</sup> *Idem*. Cx 9. Documento 862.

<sup>325</sup> *Idem*. Cx 8. Documento 731; Cx 9. Documento 899.

sabendo que os requerimentos de benesses usando o discurso da guerra holandesa eram presentes até a década de 1680, dividindo espaço com os primeiras solicitações referentes a Palmares, a grande maioria desses documentos se encontram na década de 1650, ou seja, *post bellum*, quer dizer, período anterior ao recorte temporal dessa pesquisa. Mesmo nas fontes que surgem a partir de 1660 não há referência a esses indivíduos.

Dentre os 145 nomes que foram agraciados com as benesses reais, entre os anos de 1660 e 1768, tem-se a presença de todos os tipos de mercês conhecidas para a realidade da elite local na América portuguesa. Nesse sentido, foram distribuídos sete tenças ou ajudas de custo; 11 hábitos nas ordens militares, sendo dez na ordem de Cristo e um que Manoel da Fonseca Rego teve de escolher entre a Ordem de Santiago ou Avis<sup>326</sup>; 55 sesmarias, que podiam variar entre uma e três léguas, em sua maioria<sup>327</sup>; 21 cargos na administração local<sup>328</sup>; e, com uma ampla diferença para as outras mercês, a predominância de postos militares, dos mais variados, e em diversas localidades, com 135 nomeações.

Dessa forma, somando tudo, temos um total de 229 mercês. Claro, como eram apenas 145 homens, muitos deles acabavam recebendo um maior número de recompensas em detrimento de outros, que só recebiam apenas uma. Caso de Francisco Alvares Camelo que recebeu a propriedade de quatro cargos na administração local, bem como Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque, que teve uma grande ascensão na carreira militar pós Palmares, tendo sete nomeações, sendo que já possuía uma carreira anterior, ocupando diversos postos<sup>329</sup>. Houve quem recebesse todas essas mercês, como João Dantas Aranha, agraciado com postos militares, hábito de Cristo com tença e datas de terras, ainda tendo ocupado, por vários anos, cargos administrativos<sup>330</sup>.

Analisando esses números, não é muito difícil pensar o porquê dos postos militares predominarem nas doações. Os hábitos de Cristo, por exemplo, não eram doados a qualquer um, exigia-se muito do suplicante, algo que ia além de suas folhas de serviço, como a qualidade e pureza de seu sangue, bem como ser conhecido pelo rol de testemunhas selecionadas. Christóvão Lins, Alcaide mor de Porto Calvo, ao solicitar seu hábito de Cristo,

<sup>326</sup>*Idem.* Cx 15. Documento 1483. Entretanto, em 1689 ele ganha o direito de mudar seu hábito para a Ordem de Cristo, o que contabiliza o total de 11.

<sup>327</sup>Porém, houve alguns casos em que uma data de terra ultrapassava as dez léguas, chegando, uma única vez, a 50 léguas.

<sup>328</sup>*Idem.* Cx 13. Documento 1273; CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 98. Sendo dois cargos mais altos, como o de Provedor da Fazenda, para Francisco do Rego Barros – ofício que pertencia a sua família – e o de Governador do Maranhão para Fernão Carrilho, que estava substituindo o governador titular, que se encontrava no Reino.

<sup>329</sup>*Idem.* Cx 22. Documento 2031. ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Afonso VI. Livro 8. Fls. 182-183.

<sup>330</sup>*Idem.* Cx 27. Documento 2434; Alagoas Avulsos. Cx 1. Documento 90; *Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, p. 187.

teve que provar que era nobre, de sangue puro, descendente dos Lins e Barros Pimentel, famílias conquistadoras e fundadoras de Porto Calvo, entre eles, seu pai, Sibaldo Lins, que lutou contra os holandeses e contra os Mocambos de Palmares<sup>331</sup>. Para o rol de testemunhas, exigiu-se somente pessoas da nobreza local porto-calvense. Todos afirmaram conhecer o suplicante e sua família, pais e avós, por serem de legítima qualidade e terem ocupado cargos e postos honrosos<sup>332</sup>. Dentre os que testemunharam, estava Gonçalo de Serqueira, veterano das guerras de Palmares, que, provavelmente tinha lutado ao lado de Sibaldo Lins<sup>333</sup>. Outro fator que pesava, também, era nas concessões de tenças, que, na maioria das vezes acompanhava os hábitos. Para as mercês provenientes das guerras de restauração, o Rei havia dado, apenas, 48 hábitos, de 105 requerimentos<sup>334</sup>. Isso explica o porquê dos 40 indivíduos não contemplados, alguns terem, sem sucesso, solicitado hábitos. O próprio João Dantas Aranha, que recebeu um Hábito de Cristo, havia requerido, originalmente, três, com tenças de 100 mil reis, porém, recebendo somente um hábito com tença de 30 mil réis<sup>335</sup>. Falando nas tenças, das sete registradas, quatro acompanhavam os Hábitos, número bastante baixo. Se a Coroa portuguesa teve dificuldades financeiras para ajudar na organização e socorro das expedições, o que pensar de sustentar com tenças cada soldado que as solicitasse.

Em relação aos cargos, sabe-se que somente os ofícios da administração local eram doados às elites de determinada Vila. Ocupações como a de governador geral e de capitania, bem como de ouvidoria era destinados aos reinóis, ou seja, indivíduos letrados, nascidos no Reino, que faziam carreira em várias partes do Império português, que, muitas vezes, almejavam uma cadeira na Mesa de Consciência e Ordens ou no Conselho Ultramarino. Dos cargos camarários, os principais, como os de vereadores eram elegíveis, tendo cada *homem bom* um mandato de três anos<sup>336</sup>. Da mesma forma, cargos como o de escrivão da correição eram dados apenas em serventia<sup>337</sup>, com tempo, também, de três anos. João Dantas Aranha, mais uma vez, pleiteou a propriedade do cargo, o que lhe foi recusado<sup>338</sup>. Porém, faz-se uma ressalva ao mulato Domingos de Sá e Silva, que ganhou a propriedade do ofício de meirinho

<sup>331</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 17. Documento 1673.

<sup>332</sup> ANTT. Habilitação da Ordem de Cristo. Cristovão. Maço 1. Doc. 5, fls. 1-18. Observe-se que esse documento não traz nenhuma referência sobre a participação de Christóvão Lins nas expedições contra Palmares, sendo essa informação encontrada em *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 17. Documento 1673.

<sup>333</sup> *Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, pp. 63-64.

<sup>334</sup> MELLO, Evaldo C. de. *Olinda Restaurada*. *Op. Cit.*, p. 145.

<sup>335</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 1. Documento 90.

<sup>336</sup> CURVELO, Arthur A. S. de C. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>337</sup> Há uma grande variedade de documentos referentes a serventia de cargos nos avulsos do AHU referentes a Alagoas e Pernambuco, solicitações para ocupar postos, bem como requerimentos de prorrogação. Tais fontes não foram contempladas por não oferecer informações sobre folhas de serviço dos suplicantes.

<sup>338</sup> MARQUES, Dimas B. “Por meus méritos...” *Op. Cit.*, p. 119.

da correição e ouvidoria da vila de Olinda, em 1684<sup>339</sup>. Sabe-se que o cargo de meirinho da correição assim como o de escrivão da ouvidoria tinha a função de auxiliar o ouvidor geral no exercício da justiça, com o acréscimo de que os meirinhos tinham atribuições na arrecadação das fazendas dos defuntos e ausentes<sup>340</sup>. Nesse sentido, fica a dúvida de um cargo poder ser dado em propriedade e o outro não. Enfim, os ofícios mais comuns em doações de mercês, escrivão da Câmara, juiz e escrivão dos órfãos, tabelião, aparecem pouco na documentação, pois são dados em propriedade a um indivíduo. Desse modo, é mais fácil vê-los em documentação referente à serventia de terceiros ou heranças de família, caso de Jeronimo de Albuquerque de Melo, que ganhou a propriedade dos cargos de juiz dos órfãos e escrivão da câmara de Alagoas do Sul, em 1696<sup>341</sup>. Esses cargos só iriam aparecer em 1732 quando sua filha, Isabel de Albuquerque de Jesus os requereu como herança<sup>342</sup>.

Sobre esse assunto, é importante ressaltar que, dos 145 indivíduos, 20 deixaram algumas dessas mercês para os seus descendentes, algumas delas foram originalmente solicitadas para filhos ou sobrinhos, porém, mercês como as sesmarias, foram herdadas pelos filhos de soldados que não chegaram a ocupar a terra. Esse assunto caracteriza-se como um mecanismo de manutenção do *status* entre as elites, preservando seus títulos entre as gerações.

Já as sesmarias, é compreensível que elas fossem ter um número razoável de concessões, pois foi uma das principais motivações daqueles que se dispuseram a enfrentar, não só os palmarinos, mas também todos os perigos naturais que estavam implícitos nas jornadas até os vários Mocambos do complexo palmarinos. A posse de terras férteis incentivou, não só os pernambucanos, já consolidados como elite, como também os bandeirantes paulistas, acostumados a perambular pelos sertões da América portuguesa. Inclusive muito deles seriam contemplados com datas de terras nos Palmares, podendo tornar-se uma nova elite. É possível que muitos membros da elite alagoana atual, até mesmo indivíduos de outras classes sociais, tenham sangue sertanista<sup>343</sup>.

Os postos militares constituem um caso simples. Era normal um membro da elite local possuir uma carreira militar. O enraizamento da nobreza a partir da conquista do território se deu por meios militares, travando lutas com os índios que habitavam as terras. Existiam na América portuguesa as milícias, as companhias de ordenança e as tropas regulares. Aos

<sup>339</sup>Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco Avulsos. Cx 13. Documento 1275.

<sup>340</sup>SALGADO, Graça. (Coord.). *Fiscais e Meirinhos*. A administração no Brasil colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 129 e 207.

<sup>341</sup>ANTT. Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 22. Fl. 170v-171.

<sup>342</sup>Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 1. Documento 78. Para mais informações sobre o caso, MARQUES, Dimas B. "Elites administrativas..." *Op. Cit.*

<sup>343</sup>SANTOS, Joel R. *Op. Cit.*, p. 52.

nobres da terra, era destinada vagas nas tropas regulares e de ordenança, e todos passavam por determinados postos, ascendendo, com o tempo e a experiência, a postos melhores. É comum, por exemplo, encontrar nas folhas de serviço dos soldados os postos que passaram ao longo de seu tempo de serviço: soldado, alferes, ajudante, sargento, tenente, capitão são alguns dos exemplos. Entretanto, todos almejavam os postos maiores, como o de mestre de campo.

Na documentação do AHU, são recorrentes dois tipos de fontes relacionadas ao provimento de cargos militares, as cartas-patente e os “concursos”. Nessa última, quando algum oficial falecia ou ascendia de patente, deixava vago o seu posto. Nesse sentido, abria-se um edital, em que alguns indivíduos se candidatavam a dita vaga. Desse modo, tinham que apresentar suas folhas de serviços, e o Conselho Ultramarino escolhia o mais indicado. Quase todos os provimentos de postos militares coligidos na pesquisa foram resultado desses editais. Mas havia, também, os requerimentos, que não necessitava de edital. Uma pesquisa mais aprofundada acerca da história militar em âmbito local tende a descortinar a composição das tropas de ordenança.

Um exemplo pode ser dado acerca do terço de Henrique Dias, onde, a partir das fontes sobre editais, podemos notar as mudanças de soldados em determinado posto. Jorge Luiz Soares, filho de sargento mor dos Henriques no tempo nos holandeses, ocupava o mesmo posto do pai quando, em 1686, foi provido no posto de Mestre de campo, vaga deixada pelo falecimento de João Martins<sup>344</sup>. Nesse sentido, vagava o posto de sargento mor, que foi ocupado por Domingos Rodrigues Carneiro, em 1688. Este acabaria ascendendo ao posto de Mestre de campo em 1693, por falecimento de Jorge Luiz Soares<sup>345</sup>. A vaga de sargento, deixada pela promoção de Domingos Carneiro, seria ocupada por Manoel Barbalho de Lira, em 1694. Ele havia concorrido ao posto junto com carneiro, em 1688, mas só teve sua chance seis anos mais tarde. Em 1726, com a morte de Domingos Carneiro, Manoel de Lira teria sua vez no posto de “Mestre de campo da gente preta de Henrique Dias”<sup>346</sup>. Todos serviram em Palmares, fato relatado em suas folhas de serviço<sup>347</sup>.

O exemplo do terço dos Henriques coincide com outra característica advinda das informações consultadas, que é a presença de negros e índios nos exércitos luso-brasílicos, algo que foi institucionalizado no período holandês com a criação do terço de Antônio Filipe

<sup>344</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 14. Documento 1360.

<sup>345</sup> *Idem*. Documento 1433; Cx 16. Documento 1626.

<sup>346</sup> *Idem*. Cx 16. Documento 1635; Cx 33. Documento 3016.

<sup>347</sup> Mais informações sobre esses soldados, bem como a situação do terço de Henrique Dias nos séculos XVII e XVIII pode ser vistas em RAMINELLI, Ronald. “Fradaria dos Henriques. Conflitos e mobilidade social de pretos no Recife c. 1654-1744” *In*: MONTEIRO, Rodrigo B; CALAINHO, Daniela B; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge. (Orgs.). *Raízes do Privilégio*. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Camarão, representando os índios, e o terço de Henrique Dias, com os negros. Ambos se consideravam vassallos do Rei, e como tal, defenderam as possessões portuguesas e queriam ser recompensados. Mesmo com suas mortes, os terços permaneceram, representando índios e negros nas lutas contra os palmarinos.

Tal fato representava uma imensa contradição social. De um lado, um complexo de Mocambos com uma população multiétnica, já que aceitava índios e brancos, lutando pela liberdade. Do outro, indivíduos que, assim como os amotinados palmarinos, sofreram as moléstias da servidão, e, em vez de se rebelarem, juraram fidelidade a Coroa, em troca de serem aceitos como súditos, já que *aqueles que “não tinham poder” (do ponto de vista das representações do Antigo Regime) se apropriavam de instituições e mecanismos da política e do governo, para fazê-los funcionar de algum modo na direção de seus objetivos e interesses*<sup>348</sup>.

Temos poucos casos de mercês a negros e índios. Fora os soldados dos Henriques citados anteriormente, temos três casos de índios que lutaram ao lado de Pernambuco contra Palmares e foram recompensados. Eram eles: Antonio Pessoa Arco-Verde, que recebeu uma ajuda de custo de 40 mil réis por seus serviços; Manuel Cubas Frazão, que não temos registro de mercê, mas cedeu seus serviços a seu filho, Lazaro Coelho de Eça, que conseguiu o posto de capitão das aldeias dos índios do Cabelo corredio; e um sargento indígena, representando sua tropa, que recebeu terras para aldeamento<sup>349</sup>.

Esses pontos mostram a pluralidade de tipos sociais devidamente adaptados aos costumes trazidos pelos portugueses aos Trópicos. Vassalagem, pactos de serviços em trocas de mercês. Pertencimento a uma categoria específica de elite, detentora de poder em seu meio<sup>350</sup>. Em todo o caso, aquele que quisesse manter seu *status* e prestígio na sociedade colonial, apesar dessa pluralidade, dominada pelos brancos, não podia só servir ao Rei e ganhar suas recompensas. Tinha de bolar mecanismos para agraciar seus descendentes, afim de manter sólido o prestígio não só seu, mas de sua família.

### 3.2 – Uma elite consolidada através de seus descendentes

<sup>348</sup>LARA, Silvia H. “Conectando historiografias...” *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>349</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco Avulsos. Cx 15. Documento 1559; Alagoas Avulsos. Cx 2. Documento 147; *Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, p. 320. Não há nenhuma identificação de quem seja esse sargento, bem como a etnia de sua tropa.

<sup>350</sup>HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites” *In*: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar*. Idéias e práticas políticas no império português (Séculos XVI a XIX). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

Quando elaborava a pesquisa sobre a distribuição de cargos na Comarca das Alagoas no século XVIII, havia chegado a uma conclusão parcial, porém, pertinente, de que as elites alagoanas solidificaram seu *status* político através da posse e/ou ocupação desses ofícios, considerados honrosos. Eram indivíduos que já faziam parte da chamada nobreza da terra por serem de famílias antigas, que conquistaram poder por meio da conquista do território e dos serviços militares, principalmente nas guerras do século XVII. Portanto, àqueles que estavam no poder no início dos setecentos, conquistaram através da antiguidade familiar, ou dos méritos obtidos com as experiências de guerra, fazendo com que enriquecessem suas folhas de serviço.

Para os que vieram depois, em um período menos tumultuado para a Capitania de Pernambuco, em que os conflitos de jurisdição se destacavam mais do que os bélicos<sup>351</sup>, restava à herança desses títulos. Por isso, muitos cargos ficavam em posse de uma família, para serem ocupados posteriormente por filhos e netos. De outra forma, os próprios titulares dos feitos de guerra, ao requererem mercês, faziam pensando nos seus dependentes, pedindo cargos para dotes de casamento da filha, ou para algum sobrinho desamparado. Entretanto, outras mercês foram herdadas ou requeridas a terceiros, como datas de sesmarias e hábitos nas ordens militares.

Para os que não tiveram a fortuna de nascer em berço de ouro, restava, no século XVIII, a compra de cargos. Era a chamada venalidade que fornecia prestígio em forma de ofício a quem pudesse pagar, sabendo que, na sociedade colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII, dinheiro não garantia *status* político-social. A luta dos comerciantes, os mais abastados da região, para conquistar títulos e honras explica bem a posição que o fator financeiro tinha dentro da pirâmide social na colônia. Em contrapartida, os senhores de engenho, que ocupavam o topo dessa pirâmide, em âmbito local, viviam endividados, mas possuíam muito prestígio.

Na documentação consultada, vemos ainda, como não poderia deixar de ser, uma parcela de requerimentos de mercês por parte de herdeiros, reivindicando serviços prestados por seus pais e avós nas guerras de restauração contra os holandeses. Mais de meio século depois, a expulsão dos holandeses das terras pernambucanas ainda proporcionaria a *promoção*

---

<sup>351</sup>Faz-se referência aos conflitos pelo poder entre ouvidores, ocorridos na Comarca das Alagoas. Por ser um cargo inédito na região, e por trazer muito prestígio. Os que ocuparam o ofício teceram redes de poder e influência frente à elite local, construindo, de um lado, redes clientelares, do outro, conflitos e inimizades, principalmente com os sucessores. Para saber mais, ver PEDROSA, Lanuza Maria C. “Entre prestígios e conflitos: formação e estrutura da Ouvidoria alagoana por intermédio de seus ouvidores-gerais (séculos XVII-XVIII)” *In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.) Alagoas e o Império Colonial Português... Op. Cit.*

dos feitos dos habitantes de Pernambuco, assim como o auferir de benesses da Coroa, a demonstração frontal da sua lealdade ao rei, bem como a conservação, na memória, da heroicidade condignamente conquistada pela elite local<sup>352</sup>. Dessa vez, a marca da reconquista da Capitania estaria sendo passada para as gerações seguintes, na forma de títulos e cargos. Entretanto, já não eram tantos os pedidos dos filhos e netos quanto foram entre os que participaram das guerras, mas, curiosamente, essas cartas de herdeiros tomaram conta de boa parte dos títulos de hábitos de Cristo.

Para os feitos nos Palmares, seria natural, pelo menos no início do século XVIII, que a maioria dos pedidos de mercês viessem dos participantes das expedições ocorridas nos últimos 20 anos. Porém, como bem sabemos, logo após a expulsão dos holandeses, em 1654, campanhas foram organizadas e enviadas, fazendo disso uma atividade regular pelos anos que seguiram. Enquanto as guerras ainda aconteciam, alguns herdeiros já requeriam os prêmios obtidos por seus pais, como foi o caso de Francisco Lopes, que herdou o cargo de Tabelião de seu pai, Manuel Lopes, importante líder de várias expedições na década de 1660-70. Porém, foi na virada do XVII para o XVIII o período de maior movimento das cartas e requerimentos de prêmios por parte dos descendentes, como se vê na tabela abaixo:

**Tabela 3: Descendentes de participantes das Guerras nos Palmares<sup>353</sup>.**

Requerente	Ascendência	Mercê	Ano
Francisco Lopes	Manuel Lopes	Tabelião	1676
Francisco Álvares Camelo	Francisco Álvares Camelo	Juiz e Escrivão dos órfãos, Tabelião do Judicial e Escrivão da Câmara	1689
Antônio Álvares Bezerra	Francisco Álvares Camelo	Sesmaria	-
Mércia Correa de Brito	Antônio Pinto Pereira (Avô)	Hábito de Cristo.	1701
Ana de Olanda	Manuel Rodrigues Calheiros	Sesmaria	1703
Amaro Bezerra	Vicente Martins Bezerra	Tabelião	1715

<sup>352</sup> OLIVEIRA, Maria L. de. *Op. Cit.*, pp. 258-259.

<sup>353</sup> AHU. Consultas Mistas. Códice 17. Cod. Rolo 97, fl. 197-197v; Alagoas Avulsos. Cx 1. Documentos 2 e 78; Cx 2. Documentos 137, 145, 147 e 151; Pernambuco Avulsos. Cx 16. Documento 1620; Cx 22. Documento 2048; Cx 27. Documento 2434; Cx 28. Documento 2527; Cx 32. Documento 2936; Cx 42. Documento 3750; Cx 59. Documento 5039; Cx 75. Documento 6240; Cx 93. Documento 7376; Cx 128. Documento 9724. ANTT. Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 28. Fl. 108v-109v; Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Afonso VI. Livro 8, fl. 185v; *Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, pp. 304-306.

-	Miguel Ferreira Rabelo	Hábito de Cristo com 5 mil réis de tença.	1718
Jeronimo Martins dos Santos	João Martins Montezello	Sesmaria	1725
Domingos de Sá e Silva	Domingos de Sá e Silva	Escrivão da Vara, Meirinho da correição, 120 mil réis de tença.	1730
-	Manoel Marques (Tio)	Hábito de Cristo com 12 mil réis de tença.	1730
Simão da Costa	Simão da Costa	50 mil réis de tença, Alferes.	1731
Isabel de Albuquerque de Jesus	Jerônimo de Albuquerque de Melo	Juiz dos órfãos e Escrivão da Câmara	1732
Miguel Correa Gomes	Maria Gomes Correa	Escrivão dos Feitos da Fazenda	1743
Oficiais da câmara de Alagoas do sul	-	Escrivão e Meirinho da Correição, Escrivão do Geral e Meirinho do campo. Mesmos privilégios da câmara da Bahia	1751
Antônio de Souza Magalhães	Manuel Lopes (Bisavô)	Hábito de Cristo com 80 mil réis de tença.	1753
Lazaro Coelho de Eça (índio)	Manuel Cubas Frazão	Capitão de todas as missões e aldeias do Cabelo Corredio	1754
Oficiais da câmara de Penedo	-	Mesmos privilégios da câmara do Porto	1755
José Camelo Bezerra de Andrade	Francisco Álvares Camelo (Avô)	Juiz e Escrivão dos órfãos, Tabelião do Judicial e Escrivão da Câmara	1755
Duarte Ramos Furtado e José da Cunha	João Gonçalves Furtado (Paulista)	Sesmaria	1760
Luiz Ferreira de Moraes	Luiz da Silveira Pimentel (Paulista)	Sesmaria	1778

Foram apenas 20 casos em um século, quase todos envolviam herança de pai para filho, sendo um caso de tio para sobrinho, dois de avô para neto (sendo um deles o caso de Francisco Álvares Camelo, que passou seus cargos para o filho, e, posteriormente para o neto) e um de bisavô para bisneto. Em relação às mercês, tem-se um padrão, envolvendo terras, cargos e títulos. Foram quatro lotes de sesmarias, enquanto que os títulos dividiam-se entre dois privilégios a Câmara e hábitos na ordem de Cristo, que contabilizou quatro, bem abaixo

dos hábitos concedidos aos herdeiros de veteranos da restauração, que teve, mais ou menos, dez pedidos. Já os cargos, foram nove indivíduos, dos 19, a ganharem ofícios na República, sendo que cinco desses nove obtiveram mais de um cargo.

Temos, também, dois pedidos coletivos. Os das Câmaras de Alagoas do Sul e Penedo, que evocam os feitos de seus antepassados nas guerras contra os Holandeses e contra os Mocambos de Palmares para galgarem os mesmos privilégios das Câmaras da Bahia e do Porto. Título bastante importante para um senado da Câmara, pois lhes garantiam certas regalias, como não sofrerem tormentos; portarem armas, pelo dia e pela noite; seus servos não seriam constrangidos a servirem em guerras; não seriam obrigados a darem pousadas; nem pagariam fintas; nas procissões religiosas teriam lugares de honra<sup>354</sup>. Ou seja, vantagens garantidas apenas as principais Câmaras do Império português, algo que traria honra e reconhecimento aos senados de Alagoas de Penedo.

A Câmara de Alagoas do Sul ainda pediria a criação de alguns cargos para melhor suprir na sua organização funcional. Eles teriam mais êxito devido a sua posição privilegiada como cabeça da Comarca<sup>355</sup>. Os documentos trazem os nomes dos oficiais que assinaram os requerimentos. A câmara de Alagoas do Sul, em 1751, era composta por Manoel de Santiago Nogueira, Cibaldo Correia Mattos, Domingos de Araújo Lima, José Cezar Pereira e Cosme Dantas de Barros. Já a câmara de Penedo, em 1755, era composta por Manoel de Almeida Souza, Francisco Mendes de Dantas, José Dantas Cerqueira, Emanuel da Costa Espinoza, Antônio de Mascarenhas, Antônio Fernandes Moreira e Luiz Fernandes.

Infelizmente, a documentação consultada não traz informações sobre quem eram os antepassados desses oficiais, só sabemos que lutaram contra os Holandeses e nos Palmares. Uma consulta futura as Chancelarias régias de D. João V, bem como seus registros gerais de mercês, ambos alocados na Torre do Tombo, em Portugal, possa nos ajudar a elucidar suas identidades. Entretanto, pode-se pensar nessa evocação aos que lutaram nessas guerras como um tributo a própria instituição camarária, já que ela, enquanto órgão administrativo de uma vila, além de representar os interesses de determinada localidade, contribuía com o financiamento e recrutamento para as guerras. Foi o que aconteceu com as câmaras de Penedo e Alagoas do Sul, que contribuíram principalmente com as expedições aos Palmares, o que rendeu para Alagoas a mercê requerida. Já Penedo, não consta informações sobre seu êxito no requerimento, já que a documentação só nos mostra a solicitação<sup>356</sup>.

---

<sup>354</sup>CURVELO, Arthur A. S. de C. *Op. Cit.*, p. 195.

<sup>355</sup>*Idem. Op. Cit.*, p. 197.

<sup>356</sup>*Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 2. Documentos 137 e 147.*

Não só de heranças viveram alguns dos descendentes dos soldados. Alguns chegaram a participar de campanhas, ganhando, ou não, suas próprias mercês. Duarte de Siqueira, por exemplo, participou de expedições nos Palmares, além de ter ocupado cargos no senado da Câmara, mas herdou os serviços do irmão, Antônio de Siqueira, que também participou nos Palmares, e do pai, também Antônio de Siqueira. Tentou-se, com esse acúmulo de serviços, a conquista do Hábito de Cristo, entretanto, pelas condições do documento, não se sabe se o conseguiu<sup>357</sup>. Outros casos podem ser citados, como o de Luiz Lobo de Albertim, que serviu nas campanhas de 1674 e 1694. Não conquistou mercês, apesar de ter sido filho de Pedro Lellou, soldado bastante experimentado nas guerras do Ultramar, servindo no Alentejo e Valença de Alcantara. Serviu nos Palmares em 1673 e conquistou o título de Capitão mor do Ceará em 1694, no mesmo ano em que seu filho servia nos Mocambos palmarinos<sup>358</sup>.

Jacinto de Freitas Acioli constitui um caso a mais, pois era neto de um personagem importante na história das lutas contra os Mocambos de Palmares, Zenóbio Acioli de Vasconcelos. Veterano das guerra contra os Holandeses e experiente soldado nos primeiros 20 anos de peleja nos Palmares, não há registros de herança de suas mercês por parte de seus filhos. Jacinto de Freitas, sendo neto de Zenóbio Acioli, não só serviu nos Palmares durante o século XVIII, como ganhou o posto de Capitão mor de Sirinhaém e o cargo de juiz dos órfãos<sup>359</sup>. Sua linhagem, posteriormente estaria ligada aos Aciolis, que se formariam no Ceará<sup>360</sup>.

Zenóbio Acioli e sua família ainda teve uma ligação direta com outros ramos familiares de grande importância em Pernambuco, não só na tradição de lutarem nas principais guerras do século XVII, como também na conquista e posse das terras duartinas. Eram os Lins e os Barros Pimentel, conquistadores e povoadores de Porto Calvo. Já sabemos que Christóvão Lins, o terceiro, havia liderado expedições contra os Palmares, em retaliação as destruições de suas plantações causadas pelos palmarinos. Segundo a genealogia de Carlos Xavier Paes Barreto, os Lins e Barros Pimentel tinham casamento com o tronco dos Holanda, o que os liga a Ana de Holanda, que conquistou terras em 1703. Sua família, os Holanda, também tiveram parentesco com Sebastião Dias Manelli, filho de Tomé Dias de Souza e de

<sup>357</sup> *Idem*. Pernambuco Avulsos. Cx 14. Documento 1414, fl. 1.

<sup>358</sup> *Idem*. Cx. 15. Documento 1481 e Cx 22. Documento 2034. À título de curiosidade, os dois, pai e filho, serviram juntos na Paraíba em 1686.

<sup>359</sup> *Idem*. Cx 33. Documento 2999.

<sup>360</sup> ALBUQUERQUE, Cassia; LIMA, Fábio A. de; DORIA, Francisco Antonio. *Acciaiolis no Brasil*. Jardim da Casa, Bingen: 2011, p. 54.

Isabel Manelli, trineta de Arnau de Holanda<sup>361</sup>. Sebastião Dias Manelli havia sustentado 85 homens na campanha de 1694, conquistado o posto de Capitão Mor de Alagoas do Sul por seus serviços<sup>362</sup>.

Ana de Holanda, por sua vez, era filha de Manuel Rodrigues Calheiros, importante senhor de engenho, proprietário do engenho Utinga de Cima, na região do Mundaú. Este, foi casado com Adriana de Holanda, também descendente de Arnau de Holanda, tendo participado das guerras contra Palmares junto com seu filho, João Gomes de Melo, proprietário do engenho Utinga de Baixo. Manuel Rodrigues Calheiros ganharia léguas de terra por seus serviços, em 1700, e que depois seria reivindicado por sua filha<sup>363</sup>. Rolim afirma que essas terras já pertenciam aos dois suplicantes, tendo sido abandonadas devido ao conflito, e que, queriam recuperá-las<sup>364</sup>. Essa sesmaria, segundo Jarbas Oiticica, seria base do engenho Riachão, que, mais tarde, daria origem a Usina Santa Clotilde, localizada em Rio Largo<sup>365</sup>.

### 3.3 – Não foram só os paulistas que desembarcaram nos Palmares

Charles Boxer, em sua obra sobre a constituição e desenvolvimento do Império Ultramarino português, classificava as lutas entre espanhóis e portugueses contra os holandeses como tendo os elementos para ser o primeiro conflito global, já que envolveu os quatro continentes conhecidos e os sete mares navegáveis, além de abranger outras monarquias, como a Inglaterra e a Dinamarca<sup>366</sup>. O conflito, originário da guerra dos 80 anos, entre Espanha e Holanda, acabou abarcando Portugal e suas conquistas devido à União das Coroas Ibéricas, em 1580.

Afunilando os combates para a realidade da invasão batava às conquistas portuguesas, vemos que, além da Bahia, Pernambuco e as demais capitanias do Norte, Angola, conquista africana e principal fonte de mão de obra escrava dos portugueses, também havia sofrido com essa nova invasão. Ou seja, com os conflitos que se deram em consequência a esse domínio,

<sup>361</sup>BARRETO, Carlos X. P. *Primitivos Colonizadores Nordestinos e Seus Descendentes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Usina das Letras, 2010, p. 130. Para mais informações sobre a genealogia dos Lins e dos Barros Pimentel, ver MÉLO, Venúzia de B. *Barros Pimentel*. *Op. Cit.*

<sup>362</sup>ANTT. Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e Mercês. Livro 41. Fl. 63.

<sup>363</sup>ANTT. Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e mercês. Livro 62. Fl. 118-119 e Livro 28. Fl. 108v-109v.

<sup>364</sup>ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial...” *Op. Cit.*, pp. 152-153. O autor faz uma pequena confusão com os nomes de Manuel Rodrigues Calheiros e Ana de Holanda, tratando-os como um casal, sendo que são pai e filha.

<sup>365</sup>OITICICA, Jarbas. *Engenho Riachão*. (1700-2000). Maceió, 2001. S/ed, pp. 22-23.

<sup>366</sup>BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 120-121.

indivíduos de várias partes do mundo acabaram dando entrada nessas guerras. Só nas batalhas em Pernambuco, por exemplo, estiveram, pelo lado dos portugueses, soldados espanhóis e italianos, além dos próprios lusos e os naturais pernambucanos. Para a reconquista da Praça de Angola, uma tropa foi formada no Rio de Janeiro e comandada por Salvador Correia de Sá de Benevides, que possuía enorme interesse em ver esse território sob os domínios de seu rei português<sup>367</sup>.

Nas guerras contra Palmares, apesar de terem durado mais de um século, e de ter se concentrado em um perímetro específico, as matas do sul da Capitania pernambucana (atual Estado de Alagoas), conseguiu abranger várias áreas da América portuguesa através da experiência dos inúmeros soldados que desembarcaram em Pernambuco para as expedições. Claro, sabemos que grande parte dos contingentes que tiveram que enfrentar as durezas das viagens pelos caminhos, até então, desconhecidos, eram de Pernambuco e adjacências, como Itamaracá, principalmente no *Post Bellum*. E os paulistas só dariam as caras em fins do século XVII, depois de percorrerem os sertões do Norte da conquista. Porém, elementos das Capitânicas do Norte e de outras áreas, com experiências e serviços em várias localidades lutariam contra os palmarinos. Da mesma forma, pernambucanos, após suas participações nas matas, serviriam em outras localidades. É o que Maria Beatriz Nizza da Silva chamaria de *mobilidade geográfica*<sup>368</sup>, em que o indivíduo, no intuito de ascender na carreira, percorria outras localidades servindo ao Rei e acumulando experiências para sua folha de serviços<sup>369</sup>.

Tomando por base apenas o século XVII pernambucano, teríamos a guerra contra os holandeses e o próprio Palmares. E como discutimos no capítulo dois, muitos veteranos da restauração seguiram suas carreiras lutando em muitas expedições contra os Mocambos palmarinos. Entretanto, ampliando o recorte geográfico, temos mais ao norte, a Guerra dos Bárbaros ou Guerra do Açú, ocorrida nos sertões da Capitania de Rio Grande em fins da década de 1680. Os paulistas, antes de descerem a Pernambuco, lutaram nessa guerra, como foi o caso da tropa de Domingos Jorge Velho que, ao sair, daria lugar a outro exército sertanista.

De forma oposta, muitos pernambucanos, após lutarem nos Palmares, levariam suas forças ao Rio Grande, a exemplo de Francisco Alvares Madeyra, Antônio Pinto Pereira,

<sup>367</sup>Para mais informações: BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta Pelo Brasil e Angola (1602-1682)*. São Paulo: CIA. Editora Nacional, 1973.

<sup>368</sup>SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, pp. 9-10.

<sup>369</sup>Outro conceito que dialoga com a teoria apresentada por Nizza da Silva é o de *Homem colonial e Homem ultramarino*, defendido por Luiz Felipe de Alencastro, e que se atrela às elites, que precisavam percorrer os mais vastos territórios ultramarinos no intuito de construir sua carreira. ALENCASTRO, Luiz Filipe de. *O Trato dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 103.

Francisco de Sá da Silva, Bernardo Vieira de Melo, que, antes de liderar a investida que destruiu a Cerca Real do Macaco, em 1694, havia servido no Rio Grande, além de ter sustentado tropas em outras expedições aos Palmares anteriormente, João da Mota, Manoel Rodrigues de Sá, Francisco Gil Ribeiro, Manoel da Rocha Lima, João Batista Pereira, João Dias Cardoso, D. João de Souza Marinho, Manoel Alvares Ribeiro<sup>370</sup>. De modo contrário, outros soldados iniciariam suas carreiras na Guerra dos Bárbaros para, em seguida, seguirem nos Palmares, como Manoel Dias Pinheiro, Manoel de Melo Bandeira e Pascoal de Almeida de Brito<sup>371</sup>.

Baseado nos mais de 150 nomes que compõem o nosso banco de dados, sabemos que a grande maioria era composta de pernambucanos, muitos deles membros da elite, que ganharam experiência com as guerras e permaneceram em suas terras, ganhando mercês e mantendo seu *status*. Outros adentraram no rol das elites locais ao ganharem títulos, cargos ou promoções em seus postos militares. Entretanto, uma pequena quantidade de indivíduos tiveram destinos além dos limites pernambucanos, bem como experiências de serviços em lugares diferenciados que fogem da realidade pernambucana. Da mesma forma, sujeitos naturais de outras capitanias acabaram passando por Pernambuco para lutar nas expedições, partindo, em seguida, para outras localidades. Foi o caso de Martim Calado Bittencourt, natural do Maranhão, serviu nos Palmares em 1668, ganhando, com isso a mercê do posto de sargento mor na Paraíba, em 1718<sup>372</sup>.

Porém, outros indivíduos acabaram ficando em Pernambuco, é o caso, claro, dos paulistas, com suas sesmarias, mas outros sujeitos também acabaram permanecendo na região. Infelizmente, as fontes não nos dão muitas informações acerca do destino desses soldados, por quanto tempo ficaram em Pernambuco, e, se tiveram filhos na região. Nesse sentido, com base nas informações que possuímos, podemos dividir esses indivíduos em duas categorias: àqueles que, depois de suas participações nas expedições contra os palmares, seguiram suas carreiras em outros lugares; e àqueles que, servindo em outras praças, lutaram nos Palmares e permaneceram em Pernambuco. De uma forma geral, não era garantida a recompensa. Alguns ganhariam mercês por seus serviços, porém, outros não teriam a mesma sorte.

---

<sup>370</sup>AHU. Pernambuco Avulsos. Cx 13. Documento 1284; Cx 14. Documento 1366; Cx 15. Documento 1555; Cx 19. Documento 1867; Cx 21. Documentos 1974 e 1979; Cx 22. Documentos 2000, 2002 e 2061; Cx 25. Documento 2246; Cx 32. Documento 2927; Cx 38. Documento 3449.

<sup>371</sup>Idem. Cx 21. Documento, 1992; Cx 24. Documento 2200; Cx 29. Documento 2611.

<sup>372</sup>Idem. Cx 28. Documento 2543.

Daqueles que permaneceram em Pernambuco, destacamos dez nomes que podem ser conferidos na tabela abaixo:

**Tabela 4: Indivíduos que permaneceram em Pernambuco<sup>373</sup>.**

<b>Indivíduo</b>	<b>Participação em Palmares</b>	<b>Serviços em outras localidades</b>
João de Nubalhas e Hurrea	1667, 1668	Bahia contra os holandeses
Manoel de Nojosa	1670-1683	Angola 1661, Bahia 1662.
Domingos Marques	-	Colônia do Sacramento.
Pedro Manoel Pavão	1675	Angola.
Antônio Simões Delgado	1680	Bahia e São Vicente.
Manoel de Azevedo da Silva	-	Rio de Janeiro, Bahia e Alentejo.
Domingos de Crasto de Aguiar	-	Angola.
Antonio de Guachos Sarmiento	1674	Ceará.
Francisco Gil Ribeiro	1686	Rio Grande 1688, Ceará, Maranhão.
Manoel Pinto	1694	Rio de Janeiro, Lisboa, Saboya 1675, Bahia.
Agostinho Moreira Guterres	1694	Pará
Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque	1686	Bahia e Rio Grande 1689, Paraíba e Ceará.

Podemos notar, de acordo com as informações contidas na documentação que, dos dez indivíduos mencionados, seis tiveram experiências servindo na Bahia; três em Angola e no Ceará (inclusive, na próxima tabela teremos uma maior quantidade de sujeitos ligados as terras cearenses). Infelizmente não temos os períodos em que cada um serviu nesses lugares, impedindo-nos de precisar se estiveram juntos em uma mesma situação. Em todo o caso, podemos vislumbrar, por exemplo, que Domingos Marques, após servir nos Palmares, passou a Colônia do Sacramento, no posto de capitão de uma companhia, por ordem do governador do Rio de Janeiro, que solicitava socorro de gente e munições para combater os espanhóis,

<sup>373</sup> *Idem.* Cx 11. Documento 1111; Cx 13. Documento 1248; Cx 14. Documentos 1404 e 1450; Cx 15. Documentos 1471 e 1475; Cx 17. Documentos 1695 e 1717; Cx 20. Documento 1923; Cx 21. Documento 1974; Cx 22. Documento 2031; Cx 27. Documento 2422; Cx 29.

para, logo após, voltar a lutar contra os palmarinos<sup>374</sup>. Em 1690, ele ganharia a mercê de um posto em uma companhia de infantaria do terço do mestre de campo Manuel Lopes.

Outro caso interessante foi o de Manoel Pinto, que, depois de fazer carreira no Rio de Janeiro, e, em Lisboa, em que embarcou com 13 armadas para Saboya, onde quase enfrentou quatro fragatas de turcos, Angola e Bahia, desembarcou em Pernambuco e foi mandado pelo governador Caetano de Mello e Castro aos Palmares, levando consigo 60 homens a socorrer a tropa paulista de Domingos Jorge Velho. Como recompensa, ganhou o posto de ajudante de Tenente em 1698 e, anos mais tarde, em 1704, o de sargento mor de um terço de Pernambuco<sup>375</sup>. Já o fidalgo penedense Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque, cujos pai e avô serviram contra os holandeses, serviu nos Palmares durante as décadas de 1670-80. Após sua participação, partiu para a Bahia onde ganhou a patente de capitão aventureiro, para, em seguida, subir ao Rio Grande, em meio ao conflito com os Tapuias, para suprir de socorros aos soldados daquele cerco. Voltaria ao Rio Grande em 1698, como Alferes no terço paulista de Manoel de Moraes Navarro. Por conta dessa guerra, ele passaria os próximos anos andando por Bahia, Paraíba e Rio Grande, até, finalmente, retornar, assumindo o posto de capitão de infantaria do forte de Santa Cruz de Itamaracá em 1707<sup>376</sup>.

Outro caso curioso foi o de Luiz Lobo de Albertim, que serviu nos palmares e na Paraíba, mas que ficou em Pernambuco, sem ganhar mercês. Já seu filho, de mesmo nome, acabou sendo preso, por motivos desconhecidos, em Fernando de Noronha em 1742. Atualmente essa ilha faz parte dos domínios Pernambucanos, portanto, conta-se que seus destinos foram na Capitania<sup>377</sup>. Já Agostinho Moreira Guterres, depois de servir na conquista dos palmares em 1694 e perseguir negros no Rio de São Francisco no ano seguinte, ganharia a mercê do posto de capitão de uma companhia de infantaria paga na Capitania do Pará, em 1715. Nesse sentido, presumimos que tenha partido para o serviço. Entretanto, no livro de sesmarias, publicado pelo Arquivo Público de Pernambuco, consta uma carta de doação de terras em seu nome, devido a seus serviços nos Palmares, no ano de 1724, o que faz crer que tenha retornado a Pernambuco<sup>378</sup>.

<sup>374</sup> *Idem*. Cx 13. Documento 1253, fl. 1.

<sup>375</sup> *Idem*. Cx 21. Documento 1974, fls. 1-2. A documentação fala que esse socorro ocorreu em 1695, entretanto, como cita o cerco ao Outeiro do Barriga, deve, provavelmente estar se referindo ao cerco que derrubou a capital dos Palmares, que ocorreu em 1694.

<sup>376</sup> *Idem*. Cx 22. Documento 2031, fls. 1v-2v.

<sup>377</sup> *Idem*. Cx 50. Documento 4449.

<sup>378</sup> *Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, pp. 290-292.

Com trajetórias semelhantes, porém, com destinos diferentes, os indivíduos que saíram de Pernambuco após suas experiências nos Palmares contabilizam o dobro, em relação aos que ficaram na Capitania:

**Tabela 5: Indivíduos que saíram de Pernambuco<sup>379</sup>.**

<b>Indivíduo</b>	<b>Participação em Palmares</b>	<b>Serviços em outras localidades</b>	<b>Destino</b>
Fernão Carrilho	1676, 1677, 1678, 1683, 1683	Sergipe, Maranhão.	Ceará.
Bento Correia de Figueiredo	-	Alentejo, Badajos, Angola.	Ceará.
Manoel Ferreira de Melo	-	Bahia, Rio Grande	-
Pedro Lellou	1673	Alentejo, Valença de Alcantara, Paraíba 1686.	Ceará.
Manoel Cordeiro da Silva	1679	-	Angola.
Antônio Ferreira de Lemos	1675	Ceará 1684, Rio Grande 1688.	-
João Pereira do Lago	1682	Rio de Janeiro, Angola.	Angola.
Manoel da Rocha Lima	1679	Ceará 1683, Rio Grande 1689.	Rio Grande.
Carlos da Cunha	1672, 1674, 1679, 1684	-	Paraíba.
Manoel Marques	-	Rio de Janeiro 1680, Rio Grande, Paraíba.	-
Francisco de Souza Cabral	-	Rio de Janeiro, Colônia do Sacramento, Angola 1689.	Pará.
Feliciano Prudente	-	Maranhão.	-
Antônio Lopes	1675	-	Rio Grande.
Martim Calado Bittencourt	1668	-	Paraíba.
Leonel de Abreu e Lima	1694	-	Ceará.
Cristóvão Vieira de Melo	1685	-	Ceará.

<sup>379</sup>*Idem.* Cx 12. Documento 1151; Cx 13. Documento 1272; Cx 14. Documentos 1431 e 1449; Cx 16. Documentos 1576 e 1593; Cx 17. Documentos 1698 e 1754; Cx 19. Documentos 1860 e 1867; Cx 20. Documento 1947; Cx 21. Documento 1998; Cx 22. Documentos 2015, 2035, 2043 e 2048; Cx 29. Documento 2647; Cx 33. Documento 3058; Serviço das Partes. Documento 652.

Miguel Teixeira da Silva	-	Rio Grande.	-
Domingos Simões Jordão	1694	Angola, Ceará.	Bahia.
Manoel Pacheco	-	Ceará	-

Nessa tabela, vemos 20 indivíduos que, em vez de se estabelecerem em Pernambuco, seguiram suas carreiras em outras praças. Como as fontes são limitadas nas informações, os dados acabam por ser imprecisos. Nesse caso, baseamo-nos no último registro de cada indivíduo encontrados na documentação para deduzir suas localidades. Dos 20 nomes, seis ficaram no Ceará; cinco no Rio Grande; quatro na Paraíba; dois no Pará e em Angola; e um na Bahia e no Maranhão. Foram 15 nomes que, mesmo longe de Pernambuco, ainda estavam sobre sua influência, por serem essas regiões Capitânicas anexas. Assim como na tabela anterior, os serviços de cada um se assemelham, já que temos soldados que serviram na Colônia do Sacramento, em Angola, e nas guerras do Rio Grande.

Outro ponto é que, para a maioria desses sujeitos, suas passagens para esses lugares se deu através das mercês recebidas, que foram, em todos os casos, promoções em postos militares, com exceção de Manoel Marques, que recebeu três léguas de terras no sertão de Olho d'água do Jacaré. Caso interessante o dele, já que foi filho de Domingos Marques, citado na tabela anterior. Os dois serviram na Colônia do Sacramento, sendo que Manoel Marques acumulou maior experiência, também na Paraíba. Fica a dúvida sobre o seu destino, já que suas mercês constam, além da sesmaria, um hábito da ordem de Cristo com 12 mil réis de tença para seu sobrinho, mais mil para sua irmã. Ambas as mercês foram recebidas em 1730-31<sup>380</sup>. Como sua folha de serviços iniciara-se em 1680, pensa-se que ele já deveria ter mais de 65 anos, idade um pouco avançada para mudar de lugar.

Analisar a origem, as experiências e os destinos daqueles que lutaram nos Palmares é interessante, pois serve como mais uma hipótese para confirmar a importância e a complexidade que esses conflitos tiveram durante o século XVII. Um problema interno que exigiu um contingente de soldados que ultrapassou os limites da Capitania de Pernambuco, que contou com pessoas vindas de outras partes, como Ceará, Rio Grande, São Paulo, além de indivíduos experimentados nos conflitos de além-mar, como Angola, Alentejo. Essa percepção nos dá margem para ir mais além e nos aprofundarmos no estudo da documentação

<sup>380</sup>*Idem.* Cx 43. Documento 3894.

referente a essas capitâneas, com base na hipótese de que outras informações sobre esses e outros sujeitos possam ser encontradas.

Nessa análise, ficaram de fora os paulistas, pois constituem um caso mais concreto de um grupo que veio de fora com a missão de derrubar os palmarinos, mas, com objetivos que implicaram no enraizamento de seu contingente nas terras férteis a serem conquistadas. Léguas que foram uma das matrizes da formação da elite pernambucana no século XVI e XVII, e que seriam, novamente, o elo para a possível formação de outra elite.

### 3.4 – Uma elite só se forma por meio da posse de terras

A família Álvares Camelo, bastante trabalhada em outros textos, foi uma das mais destacadas nobrezas da Capitania de Pernambuco, tendo participações diretas e importantes nas batalhas contra os holandeses e contra os Mocambos de Palmares. Sua inserção no território duartino se deu no início do século XVII, quando Belchior Álvares Camelo recebeu uma sesmaria na foz do São Francisco, tornando-se o primeiro Alcaide Mor de Penedo<sup>381</sup>. Desde então, sua família esteve diretamente ligada à posse de terras. O próprio Belchior Álvares e seus herdeiros estiveram envolvidos em uma peleja com a Câmara e a Igreja pela posse de uma légua que era destinada a criação de uma Capela<sup>382</sup>.

No que tange às mercês de Palmares, Os Álvares Camelo, entre outras, ganharam mais terras como premiação aos seus serviços. Belchior Álvares teve o registro de oito léguas de um vasto lote de sesmarias prometidos por D. Pedro de Almeida no tempo das expedições de Fernão Carrilho<sup>383</sup>. Entretanto, houve outras doações, sendo que os últimos registros de sesmarias foram para os herdeiros de Belchior. Primeiro foi Francisco Álvares Camelo que recebeu, em 1667, devido a serviços nos Palmares, uma sesmaria entre os rios Coruripe e São Miguel com direito a senhorio. Essas terras, ainda sem ocupação, seriam herdadas por seu filho, Antônio Álvares Bezerra, que tentaria erguer uma vila na região<sup>384</sup>.

A importância da família era grande em toda a região sul de Pernambuco. Belchior Álvares, no início do século XVII tratou de instituir um Morgado, que atravessou os séculos XVII e XVIII sendo considerado como o Morgado das Alagoas<sup>385</sup>. Essa família se enraizou na

<sup>381</sup>MÉRO, Ernani. *Penedo: Templos, Ordens e Confrarias*. Maceió: SERGASA, 1991, pp. 40 e 43.

<sup>382</sup>CAROATÁ, José P. J. da S. “Crônica do Penedo”. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano*. Vol. I, Nº 3, 1874, pp. 34-35.

<sup>383</sup>ENNES, Ernesto. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>384</sup>ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Afonso VI. Livro 8, fl. 185v.

<sup>385</sup>FONSECA, Antonio José V. B. da. “Nobiliarchia Pernambucana”. Vol. I. *Annaes Da Bibliotheca Nacional Do Rio de Janeiro*. Volume XLVII (1925). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935, p. 67. Para mais

conquista portuguesa através de uma sesmaria e se consolidou por meio de serviços nos mais importantes combates do século XVII pernambucano.

Esses combates, principalmente os ocorridos em Palmares, lugar de terras férteis, levantaria o interesse dos mais diversos indivíduos. O próprio Domingos Jorge Velho tinha como interesse principal aquelas terras<sup>386</sup>, pois poderia lhe garantir uma maior prosperidade, ao contrário das terras de São Paulo de Piratininga, de onde veio. Aliás, como fora visto no tópico anterior, as guerras contra Palmares atraíram indivíduos de várias partes da conquista lusa, que, ao final de suas participações, seguiram servindo em outras praças. Mas os paulistas, entretanto, almejavam possuir suas léguas de terra naquela região.

O sistema sesmarial, responsável pela distribuição de terras e o conseqüente povoamento da América portuguesa, foi o primeiro ordenamento jurídico das terras conquistadas, sendo mais uma das características da organização funcional portuguesa a ser transposta para os Trópicos<sup>387</sup>. Seu objetivo principal era o povoamento e a ereção das bases econômicas para o desenvolvimento da região. Entretanto, esse aproveitamento tinha um prazo de cinco anos, em que o sesmeiro tinha de fazer a terra “funcionar”, caso o contrário, voltaria à Coroa, para que pudesse dar a outra pessoa<sup>388</sup>.

No final do século XVI e início do XVII, o açúcar estava tomando as rédeas da economia nos povoados que se instauravam na região litorânea. Na Capitania de Pernambuco, donataria dada a Duarte Coelho, seus primeiros núcleos habitacionais surgiram como sesmarias, e seu crescimento se daria a partir dos engenhos, acompanhados das capelas, já que a tradição católica era marcante no desenvolvimento da região. Foi o caso de Porto Calvo, sesmaria doada a Christovão Lins em meados do século XVI, que nasceu a partir dos engenhos Escurial e Buenos Aires. Já no extremo sul, na região do rio São Francisco, as léguas de terras distribuídas veriam o desenvolvimento da pecuária, com a criação de gado. O próprio Belchior Álvares, alcaide mor da região, foi um grande criador de gado, cultivando relações comerciais com Maurício de Nassau, no período holandês<sup>389</sup>.

As sesmarias, devido a grande extensão do território, e, ao fato de nem todos conseguirem aproveitar suas datas, seriam distribuídas até o final do século XVIII. Durante

---

informações sobre a genealogia e as mercês da família Álvares Camelo, ver: MARQUES, Dimas B. “Cargos, Prestígios e Heranças: A Hereditariedade de Ofícios e seu Papel na manutenção do Poder Político das Elites Locais (Capitania de Pernambuco 1689-1761)” (No prelo).

<sup>386</sup>ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>387</sup>SILVA, Ligia O. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 25.

<sup>388</sup>*Op. Cit.*, p. 46.

<sup>389</sup>“Documentos pela maior parte em portuguez sobre vários assumptos”. In: *Revista do IAGPE*. Nº 33, 1887, pp. 190-191.

esse período, seriam visadas por aqueles que serviam ao Rei como mercês, sendo importantes para se galgar o *status* de senhor de engenho, adentrando, assim, no grupo das elites locais. No caso de Pernambuco, a região litorânea seria toda ocupada durante o século XVI e XVII, entretanto, os sertões, regiões mais afastadas e, consideradas inóspitas, criavam um certo receio<sup>390</sup>.

Ao contrário do que se pensa hoje, onde o sertão é caracterizado como sendo uma região seca, tomada pela caatinga, em que sofre a ausência de chuvas durante boa parte do ano, o conceito de sertão, no período colonial era dado às regiões afastadas do litoral, independente do clima e vegetação. Nesse sentido, as matas de Palmares, que circundava entre Alagoas do Sul e Sirinhaém, por estarem à margem dos engenhos, careceram de atenção, e conseqüentemente, povoação por parte dos súditos luso-brasílicos. Por ser um local de vegetação densa e diversos morros, acabou sendo adotado pelos negros escravizados, recém-fugidos dos engenhos circunvizinhos.

E, depois de constituídos os Mocambos, e de começarem a incomodar os moradores nas vilas, é que o governo começou a tomar atitudes para derrubar essa “nova” organização social clandestina. E, com isso, cultivou-se o interesse na ocupação das terras. A primeira notícia de interesse nas terras palmarinas quem deu foi Décio Freitas, como uma das muitas mercês provenientes da guerra de restauração contra os holandeses. Diz ele que, em 1654, *o rei ordenara a Francisco Barreto repartir com os seus soldados as terras daquela capitania, ou melhor, as terras da região palmarina*<sup>391</sup>. Sabemos que houve uma concessão de terras, como mercê, nas capitanias restauradas<sup>392</sup>, porém, não temos nenhuma informação se essas terras, especificamente nos Palmares, foram distribuídas. Mas o fato é que os possíveis contemplados não teriam condições de ocupá-las, já que as terras estavam devidamente ocupadas pelos palmarinos. Os Mocambos, nesse período, estavam recuperados das investidas holandesas, ocorridas dez anos antes, e alcançaram um novo tipo de organização, com a ascensão de Ganga-Zumba.

Esse problema com a conquista e ocupação das terras dos Palmares continuaria ocorrendo até o início do século XVIII. Após essa primeira tentativa de distribuição de sesmarias, em 1654, mais de duas décadas de conflitos marcariam a região, até que, em 1677, os palmarinos sofreriam uma derrota que poderia ter sido definitiva, com a expedição de Fernão Carrilho, que resultou no acordo de paz de 1678. Nessa resolução, os palmarinos se

---

<sup>390</sup>Para saber mais sobre a conquista e ocupação dos sertões pernambucanos, ver SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas. Op. Cit.*

<sup>391</sup>FREITAS, Décio. *Palmares. Op. Cit.*, p. 76.

<sup>392</sup>MELLO, Evaldo C. de. *Olinda Restaurada... Op. Cit.*, p. 369.

curvariam ao rei de Portugal e, como seus súditos, seriam transportados para uma nova moradia, situada em Sirinhaém, que acabou sendo denominada aldeia de Cucaú.

Nesse sentido, pensando que a ameaça palmarina estivesse acabada, foram distribuídas mercês para os soldados que participaram das expedições, entre elas, sesmarias nas matas de Palmares. Foram distribuídas, 191 léguas de terras na capitania de Pernambuco para os que tomaram armas contra os Mocambos de Palmares, dentre eles: João de Freitas da Cunha, com 50 léguas; Fernão Carrilho, com 20 léguas, inclusive, ganharia 88 réis de tença nos dízimos das terras<sup>393</sup>; Domingos Gonçalves Freire, Estevão e Gonçalo Teixeira, cada um com dez léguas; Manuel Lopes, Francisco de Sá e Belchior Álvares, cada um com oito léguas; Manuel da Cunha Moreno, Gonçalo Moreira da Silva, o Vigário Antônio Coelho e Domingos Dias Soeiro, cada um com seis léguas; Estevão Paes Barreto, com cinco léguas; e João Dourado de Azevedo, João de Nubalhas e Hurrea e Antonio da Silva, cada um com duas léguas<sup>394</sup>. Porém, eles não contavam que muitos palmarinos fossem se portar contra a decisão de Ganga-Zumba de se curvar ao rei.

Com um novo líder, Zumbi, os negros permaneceram nos Palmares, reorganizando suas forças e intensificando, ainda mais, a resistência. Ou seja, as lutas continuariam e não haveria a ocupação das terras dadas em sesmaria. Silvia Hunold Lara, que estudou a questão do acordo de paz e suas consequências, talvez tenha esmiuçado melhor a questão da tentativa de distribuição dessas sesmarias. Infelizmente não tivemos acesso ao texto original, que será publicado em breve. De qualquer forma, essa ocupação das terras palmarinas só seria possível 20 anos depois, após os Mocambos de Palmares sucumbirem ao exército colonial, e, ainda resistindo, não oferecer mais tanto perigo ao povoamento de suas matas.

Terminada a luta, em 1694, com a “queda” da capital Macaco, na Serra da Barriga, restava aos soldados, principalmente as tropas paulistas, reivindicarem suas mercês, no caso destes, antecipadamente acordadas quando de sua contratação, em 1687. O contexto que envolve a necessidade da contratação das tropas paulistas é bem simples. Após o fracasso do acordo de paz, os palmarinos, liderados por Zumbi estavam bastante fortalecidos e causando mais danos as populações circunvizinhas. Carrilho voltaria em mais duas expedições, que, somada as várias que se seguiram representaram mais derrotas para o exército pernambucano.

---

<sup>393</sup>ENNES, Ernesto. *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>394</sup>*Idem*, p. 32. Essa lista se encontra em *AHU. Pernambuco Avulsos. Cx 12. Documento 1150, fl. 3*. O documento encontra-se bastante deteriorado. Alex Rolim faz um acréscimo a partir de fontes colhidas nos arquivos portugueses. O autor afirma que Blechior Álvares, junto a outras pessoas, familiares, talvez, havia recebido 40 léguas; e acrescenta outro indivíduo, Francisco do Rego, com 20 léguas. ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial...” *Op. Cit.*, pp. 151-152.

Com isso, o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto-Maior, escreve para Domingos Jorge Velho contratando-o para derrubar Palmares.

Na época, Jorge Velho e sua tropa estavam nos sertões do Piauí. Depois de conquistar os gentios da região, se aposentaram, vivendo naquelas bandas e cultivando a terra, segundo Carneiro, há 16 anos<sup>395</sup>. Porém, Jorge Velho aceita a empreitada, já antevendo o seu interesse naquelas terras, provavelmente, mais férteis do que as que habitavam. Os paulistas eram famosos por se especializarem na exploração dos sertões e na conquista dos índios, pois tinham *experiência em percorrer os matos e o conhecimento às táticas de guerra dos índios*<sup>396</sup>. Não é atoa que eles, quando estavam a caminho de Pernambuco, tiveram que subir à Capitania do Rio Grande para ajudar a conter os índios rebelados no que ficou conhecido como Guerra do Açu, ou Guerra dos Bárbaros.

A urgência desse conflito era tanta que o Governador Souto-Maior foi taxativo ao confirmar a suspensão da ida das tropas paulistas aos Palmares para poderem juntar forças com os soldados que já se encontravam na região<sup>397</sup>. Porém, antes de partirem, Jorge Velho e sua tropa já tinham deixado assinado um contrato em que prometiam destruir os Mocambos em troca de mercês e outros privilégios. Em uma carta enviada ao rei, Souto-Maior dá conta de ter entrado em contato com os paulistas, deixando claro em seu convite a garantia de mercês e outros prêmios em nome de Vossa Magestade, e que os sertanistas lhe comunicou a remuneração que desejavam<sup>398</sup>.

Essas condições de premiação, obviamente, seria o contrato. O que nos interessa, para esse trabalho são os itens **seis**, em que o governador lhes garante sesmarias nas terras palmarinas; e **nove**, em que foram oferecidos quatro hábitos nas ordens militares. Esse contrato seria ratificado duas vezes, uma em 1691 e a outra em 1693, em que faz um alento na questão das sesmarias, limitando a cada oficial paulista a quantidade de terra que pode povoar, deixando claro que poderá doar faixas de terra a qualquer pessoa que for servir nas guerras contra Palmares<sup>399</sup>. E foi o que acabou acontecendo. Segundo Ivan Fernandes Lima, só para a região sul de Pernambuco, atual Alagoas, foram distribuídas cerca de 89 sesmarias,

<sup>395</sup>CARNEIRO, Edison. *Op. Cit.*, p. 99.

<sup>396</sup>JESUS, Mirian S. de. *Abrindo Espaços: Os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande*. Dissertação (Mestrado em História). Natal: UFRN, 2007, p. 42.

<sup>397</sup>“CARTA que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha Sottomaioir sobre a guerra do gentio bárbaro do Rio Grande” *In: Documentos Históricas*. Vol. X. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929, p. 265.

<sup>398</sup>“CARTA do Governador João da Cunha Sott-Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem a guerra aos negros dos Palmares” *In: ENNES, Ernesto. Op. Cit.*, p. 169.

<sup>399</sup>“CONDIÇÕES ajustadas com o governador dos paulistas Domingos Jorge Velhopara conquistar e destruir os negros de Palmares” *In: GOMES, Flávio. Mocambos de Palmares... Op. Cit.*, pp. 277-279.

entre as áreas do São Francisco até Porto Calvo, passando por Palmares<sup>400</sup>. Não sabemos de onde ele tirou essa informação. Mas ela não bate com a quantidade de nomes parcialmente coligidos na documentação.

Além dos paulistas, soldados naturais de Pernambuco também haviam recebido datas de terras para povoar, como, por exemplo, Agostinho Moreira Guterres; João Gomes de Mello; Manuel Rodrigues Calheiros, que deixaria para sua filha, Ana de Holanda; Gonçalo Rodrigues da Silva; Domingos Fernandes Casado; Manoel da Cruz França; Lazaro Quaresma de Sá; Manuel de Viana Pereira; Manuel de Caldas; Gonçalo Dias Correia; Vicente Dias de Abreu; Salvador da Costa França; Apolinário Fernandes Padilha; Gonçalo de Serqueira; Feliciano Coelho de Araújo; Acaçio Botelho; João Dantas Aranha; Manoel Braz Pedroso; Caetano Dantas Passos; João de Araujo Delgado; João Martins Montezello<sup>401</sup>. A maioria residiria em regiões próximas aos Rios Paraíba, Mundaú e Coruripe, outros ganhariam léguas próximas ao Rio São Francisco, caso de João Dantas Aranha, além de terras perto da antiga aldeia do Cucaú, em Sirinhaém, doadas a Domingos Rodrigues da Silva.

Já os paulistas acabariam recebendo boa parte dessas terras, a saber: Domingos Jorge Velho; Christovão de Mendonça Arraes; João Paes de Mendonça Arraes; Alexandre Jorge da Cruz; Paschoal Leite de Mendonça; Domingos Rodrigues da Silva; Luiz da Silveira Pimentel; Simão Jorge Velho; João de Mattos; Domingos Luiz do Prado; Antonio de Souza; Domingos de Mendonça; Braz Gonçalves; Bonifacio Cubas; João Paes de Mendonça; Antonio Vieira Rodrigues; André Furtado de Mendonça; Miguel Godoi de Vasconcelos; Domingos João de Carvalho; Luiz Mendes da Silva; Simão Vieira Lindo; Antonio Vieira do Prado; Francisco Vieira; José da Cunha; Duarte Ramos Furtado; Manoel da Fonseca Porto; Veríssimo de Brito Borges<sup>402</sup>. Todos esses soldados estavam assentados nos arraiais do Palmar, onde foi criado terços com o intuito de vigiar qualquer manifestação dos sobreviventes dos Palmares.

Essas sesmarias, que, em teoria, deveriam ser distribuídas logo após a queda de Palmares, seriam doadas aos paulistas a partir de 1702, se estendendo até 1727, para os titulares. Isso porque grande parte dessa extensão de terras pertencia aos soldados que haviam-nas recebido em 1678, bem como a outros indivíduos que não puderam povoar e desenvolver a terra devido à ocupação dos negros amotinados. Essa pendência se resolveria em fins do século XVII. O fato é que os pernambucanos não queriam a presença dos paulistas,

<sup>400</sup>LIMA, Ivan F. *Ocupação Espacial do Estado de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1992, pp. 70-71.

<sup>401</sup>*Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. *Op. Cit.*, pp. 13-14, 20-21, 63-64, 105-106, 187, 277-278, 290-292, 304-305; ANTT. Chancelaria Régia. Dom Pedro II. Ofícios e mercês. Livro 62. Fl. 118-119.

<sup>402</sup>*Idem*, pp. 116-118, 219-220, 231-232, 261-263, 288-289, 292-293, 295-296, 320.

ocupando “suas” terras<sup>403</sup>. O próprio governador, Caetano de Mello e Castro não queria a presença deles, pois não os considerava capazes, muito menos indicados, para “civilizar” a região<sup>404</sup>.

Era uma elite já consolidada com medo de perder sua hegemonia para uma nova elite, erigida na figura dos paulistas. O fato é que os sertanistas permaneceram na região, pelo menos, por conta do serviço no terço do Palmar. Entretanto, pela falta de documentos que detalhassem mais os destinos dos sertanistas de Piratininga na região dos Palmares, não podemos ter certeza se todos os que receberam sesmarias a povoaram, deixando descendentes, apesar de muitos, em suas cartas afirmarem que já estavam semeando e morando nas terras junto de suas famílias. Essas informações seriam de suma importância para a nossa hipótese de que estes constituíram uma nova elite. Foram 27 paulistas a receber datas de terras. Seria uma quantidade suficiente para povoar uma vila e se enraizar de vez na sociedade pernambucana. Há informações sobre alguns desses indivíduos que, ao menos, lançará uma luz na discussão, dando margem para uma pesquisa mais aprofundada que possa dar conta do “futuro” que esses homens tiveram.

São informações sobre descendentes, bem como menção a criação de uma Vila. O primeiro caso é de Luiz da Silveira Pimentel, que recebeu uma sesmaria em Sirinhaém, em 1698, porém, não chegou a povoá-la. Mas, por algum motivo, não lhe foi tirada a terra, e seu filho, Luiz Ferreira de Moraes, herdaria em 1778<sup>405</sup>. Outro caso parecido foi o de João Gonçalves Furtado. Porém, para este, temos uma pista melhor. O caso é que esse paulista recebeu suas léguas em 1703, mas sem ocupa-las. Nesse sentido, suas terras foram passadas a seus filhos, Duarte Ramos Furtado e José da Cunha, em 1724<sup>406</sup>, que, segundo Diógenes Tenório Jr, seria o embrião do atual município de Murici, que seria fruto das sesmarias deles junto com a de Antônio Vieira do Prado<sup>407</sup>. Porém, o autor afirma que as terras foram herdadas por João Gonçalves Taborda, em 1758, sendo, em seguida, adquirida por um padre Bento. Essas informações entram em discordância com o que a documentação nos traz, de que os irmãos José da Cunha e Duarte Ramos Furtado haviam herdado as terras em 1760<sup>408</sup>. É confuso, mas nos faz pensar na ideia dos habitantes de Murici ter uma ancestralidade paulistana.

---

<sup>403</sup>LINDOSO, Dirceu. *Razão Quilombola... Op. Cit.*, p. 83.

<sup>404</sup>JESUS, Mirian S. de. *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>405</sup>AHU. Pernambuco Avulsos. Cx. 17. Documento 1741 e Cx 128. Documento 9724.

<sup>406</sup>*Documentação histórica pernambucana. Sesmarias. Op. Cit.*, pp. 292-293.

<sup>407</sup>TENÓRIO JR, Diógenes. *Murici*. Maceió: SERGASA, 1992, p. 21.

<sup>408</sup>AHU. Pernambuco Avulsos. Cx. 93. Documento 7376.

Outro caso que atrela, mas sem pistas concretas, um paulista a formação de uma Vila é o de Christovão de Mendonça Arraes, que, segundo Ernesto Ennes, seria o fundador do atual município de Anadia<sup>409</sup>. Alias, é a única menção, em toda a historiografia, de seu papel na ereção dessa Vila. Nem na história de Anadia, de Cícero Rafael, há qualquer citação a Mendonça Arraes<sup>410</sup>. O fato é que ele e seu filho, João Paes de Mendonça Arraes, serviram juntos em Palmares e ganharam cada um, datas de terra<sup>411</sup>. Outro município que teve suas origens a partir de uma sesmaria dos Paulistas foi Viçosa, porém, não há menção de algum tipo de ocupação ou povoamento. Pelo contrário, Alfredo Brandão atrela o início do povoamento da região a um “alagoano” em 1790, de nome Manoel Francisco<sup>412</sup>.

Há outros casos, porém, com mínimas pistas, como o de Rosa Maria Cardoso, viúva de Manoel da Fonseca Porto, que herdou suas terras<sup>413</sup>; de Antônio Vieira Rodrigues e André Furtado de Mendonça, que afirmavam estarem povoando e semeando a terra há mais de 15 anos. Falta a esses documentos, informações de quem eram esses familiares<sup>414</sup>; e Gabriel de Góes, que, segundo Mario Martins de Freitas, *foi o patriarca de importante família nordestina e ali deixou numerosos descendentes*<sup>415</sup>. É interessante que o autor faça essa afirmação sem, pelo menos, especificar o nome dessa família e onde se desenvolveram, além da fonte, é claro.

O único caso concreto de uma povoação fundada por um paulista, com nome de esposa e descendente acaba sendo o de Domingos Jorge Velho. Pelo menos para a historiografia e para a memória, a fundação do atual município de Atalaia foi realizada pelo sertanista e líder da batalha de Palmares. Não adianta se aprofundar na questão, pois ela foi amplamente abordada pelos autores que trataram o tema palmarinos. Até mesmo as duas obras que versam sobre a história da cidade reproduzem a mesma história, sem acrescentar nada de novo.

Em resumo, Domingos Jorge Velho, após o fim da luta contra Palmares, receberia suas datas de terras, composta por seis léguas. Nela, o sertanista criaria o arraial de Nossa Senhora das Brotas, onde mandou trazer sua mulher, D. Jeronima Cardim Froes, e demais familiares. O problema foi que essa sesmaria demorou a ser legalizada pela Coroa. Em 1710, a já viúva D. Jeronima, acompanhada de vários outros soldados paulistas, mandaram um requerimento

<sup>409</sup>ENNES, Ernesto. *Op. Cit.*, p. 126.

<sup>410</sup>RAFAEL, Cícero. *História de Anadia*. Maceió: SECULT, 1994.

<sup>411</sup>*Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. *Op. Cit.*, pp. 116-118, 320.

<sup>412</sup>BRANDÃO, Alfredo. *Viçosa de Alagoas...* *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>413</sup>*Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. *Op. Cit.*, pp. 295-296.

<sup>414</sup>*Idem*, pp. 231-232, 250-251.

<sup>415</sup>FREITAS, Mario M. de. *Op. Cit.*, p. 333.

suplicando a doação das sesmarias que lhes pertenciam por direto e contrato<sup>416</sup>. No fim, ela só receberia, de fato, direito a posse das terras em 1716.

O Visconde de Taunay nos traz informações interessantes acerca de Jorge Velho. Baseado em documentação recebida por seu correspondente alagoano, Wenceslau de Almeida, Taunay traz a luz o nome de Alexandre Jorge da Cruz, filho do líder sertanista, que, em 1755 reivindica a herança das terras do povoado de Atalaia. Afirma ainda o historiador paulistano que Jorge Velho possuía um irmão, Antônio Cubas, e que ambos, não haviam deixado descendentes em São Paulo de Piratininga. O próprio autor supõe que Jorge Velho e seu irmão tenham, de fato, mandado trazer toda a sua família para as bandas de Pernambuco<sup>417</sup>.

---

<sup>416</sup>*Documentação histórica pernambucana. Sesmarias. Op. Cit.*, pp. 116-118.

<sup>417</sup>TAUNAY, Affonso de. E. "Identificação dos diversos Domingos Jorge Velho". *RIAHGP*. Vol. XXXII. Ns. 151 a 154. Pernambuco, 1932, p. 297.

## CONCLUSÃO

Estudar os Mocambos de Palmares exige um esforço na pesquisa que está implícita em todo historiador que se propõe a tal. O tema é demasiado amplo, trazendo inúmeras possibilidades de análise, discussão e interpretação. Uma das opções seria o estudo dos indivíduos que lutaram contra os Mocambos e foram recompensados por seus feitos.

Analisando ao máximo a produção existente sobre a história dos Mocambos e sua resistência, percebemos que não houve uma preocupação com o tema das mercês, levando-se em conta que houve uma atenção para o assunto das expedições que tentaram destruir Palmares. Na maioria das obras, a intenção de se fazer uma cronologia da história palmarina, a partir das fontes portuguesas, era evidente. Nesse sentido, não podiam fugir a tendência de abordar essa história a partir das tentativas de destruição por parte das entradas. Nesse caso, pensa-se que, assim como as expedições foram analisadas, as consequências delas para os participantes também o seriam.

Tomando como exemplo o período holandês, quando a restauração de Pernambuco havia gerado inúmeros pedidos de recompensas, essas, renderam trabalhos, inseridos na produção historiográfica a partir da década de 60. No caso de Palmares, as mercês geradas aos combatentes ficaram limitadas, de forma geral, ao intento dos paulistas, nomeadamente Domingos Jorge Velho. Mesmo Edison Carneiro, destacado por reservar um capítulo de sua obra para as mercês, deu seu valor as sesmarias dos sertanistas de São Paulo. Todavia, há que se levar em consideração que algumas obras historiográficas trouxeram informações acerca de folhas de serviços e prêmios a determinados soldados, enquanto que outros trabalhos, por tentarem fazer uma abordagem mais específica sobre o modo de vida e as origens étnicas dos palmarinos, não tinham por objetivo trabalhar com os soldados luso-brasílicos.

Explorando o tema nessa pesquisa, notamos que a existência de outras expedições não pode ser descartada. Tomando por base as informações dos próprios soldados, é provável que tenha havido mais entradas do que o que consta na historiografia. Nessas lutas, os soldados passavam por inúmeras dificuldades, tinha de abrir caminho por uma mata densa e hostil, onde passavam fome, sede, além de muitos serem acometidos por doenças. Entretanto, isso não justifica os assassinatos e destruições que causavam nos Mocambos, feitos bastante citados em suas folhas, algo que fazia parte de seus discursos heroicos para conseguirem suas mercês. Além das lutas, os mais ricos poderiam contar com o fato de terem sustentado algumas entradas. Em uma época onde a Coroa não podia arcar com esse tipo de gasto, restava as câmaras arrecadarem fintas, bem como aos senhores de engenho custearem armas,

munições e mantimentos para as tropas. Todos esses gatos, na mentalidade de quem servia na guerra, seriam investimentos para um futuro título honorífico que pudesse consolidar seus poderes e *status*.

Em relação às mercês conquistadas, a carreira militar foi mais contemplada. Muitos soldados conquistaram novas patentes através de editais, em que o indivíduo que mais serviços possuísse pegaria o posto. As terras, como não poderiam deixar de ser, teve uma grande importância, já que as matas de Palmares eram cobiçadas por serem bastante férteis para o desenvolvimento da cultura açucareira, e, naquele período, ser senhor de engenho era uma forma de obter poder e prestígio. Além das sesmarias, porém, em menor escala, os hábitos das ordens militares foram requeridos e doados a alguns. Entretanto, uma quantidade bem aquém, se comparadas às solicitações com base na restauração. Da mesma forma, os cargos na administração local tiveram suas doações. Alguns desses ofícios, junto de outros prêmios, foram deixados como herança aos descendentes desses soldados. Era um mecanismo de manutenção do poder. Perpetuava-se o prestígio de uma família através da propriedade de cargos, assim como com a prática de casamentos, algo que funcionava para a criação de redes familiares.

Essa tática era importante para manter chamada a nobreza da terra alocada em seu espaço, que seria “invadido” por uma nova categoria de elite, vinda de longe para combater nos Palmares e tornarem-se merecedoras de alguns prêmios, todos honoríficos, como as sesmarias, hábitos de Cristo e tenças. Os paulistas, vindo de regiões com pouca fertilidade para a cultura do açúcar, aproveitaram-se de seus serviços e galgaram grandes lotes de terra na região dos Palmares. Alguns deles, como Domingos Jorge Velho fundaram uma povoação, com direito a uma igreja e uma invocação. Essas terras, hoje, fazem parte do Município de Atalaia, e que desmembrou-se em outras sesmarias, dando origem a Viçosa, Murici e União dos Palmares.

Como todo trabalho que se propõe a uma pesquisa histórica, tratando com fontes primárias, problemas de imprecisão e limitação se faz presente. Muitas informações e pontas soltas estarão à espera de uma nova e mais profunda pesquisa. Sabemos que, em mais de um século de lutas, um número bem maior do que 150 nomes tomaram parte nas expedições, tendo conquistado muitas e distintas mercês. Mesmo os indivíduos coligidos que não ganharam suas recompensas podem tê-las arrematado, sendo que essa informação pode estar guardada em outros fundos documentais.

Além disso, uma de nossas hipóteses ainda carece de maiores explicações. Foram muitos os paulistas que ganharam terras nos Palmares, dezenas, porém, são pouquíssimas as

informações sobre quem ocupou essas terras, os nomes de seus descendentes, se permaneceram em Pernambuco ou se foram para outras partes. A resistência dos palmarinos durante o século XVIII ainda foi pouco trabalhada, conseqüentemente o papel das tropas paulistas que ficaram encarregadas da vigilância dessas áreas. Sabe-se que existiram outras expedições, assim como outros líderes depois de Zumbi.

Uma pesquisa em outros arquivos que possam nos dar acesso a outras fontes pode nos ajudar a resolver essas perguntas. A história de Palmares, como havia afirmado, é ampla, e ainda há muito por fazer. Porém, cada nova obra escrita sobre o tema enriquece ainda mais o nosso conhecimento e contribui com essa vasta historiografia.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### Fontes

- *Arquivo Histórico Ultramarino*

#### Alagoas Avulsos:

Caixa. 1, Documentos 1, 2, 24, 37, 78, 90.

Caixa. 2, Documentos 137, 145, 147 e 151.

#### Pernambuco Avulsos:

Caixa. 8, Documentos 731, 787.

Caixa. 9, Documentos 823, 835, 851, 860, 870, 862, 899.

Caixa. 10, Documentos 1021, 1109.

Caixa. 11, Documentos 1049, 1109, 1111.

Caixa. 12, Documentos 1150, 1151, 1172, 1188, 1204, 1208, 1209, 1212, 1220, 1230.

Caixa. 13, Documentos 1248, 1253, 1255, 1261, 1272, 1273, 1275, 1276, 1284, 1297, 1324, 1330, 1350, 1359.

Caixa. 14, Documentos 1355, 1360, 1356, 1366, 1371, 1381, 1385, 1404, 1405, 1411, 1414, 1431, 1433, 1441, 1449, 1450, 1451, 1457.

Caixa. 15, Documentos 1471, 1475, 1481, 1482, 1483, 1496, 1518, 1540, 1555, 1556, 1559.

Caixa. 16, Documentos 1576, 1593, 1597, 1601, 1620, 1626, 1631, 1632, 1635, 1643, 1658

Caixa. 17, Documentos 1670, 1673, 1676, 1687, 1691, 1695, 1696, 1698, 1700, 1715, 1717, 1737, 1739, 1740, 1741, 1754.

Caixa. 18, Documentos 1768, 1796.

Caixa. 19, Documentos 1860, 1863, 1867, 1871, 1878, 1879, 1884.

Caixa. 20, Documentos 1902, 1921, 1923, 1924, 1926, 1928, 1947.

Caixa. 21, Documentos 1961, 1974, 1979, 1991, 1992, 1993, 1998.

Caixa. 22, Documentos 1999, 2000, 2002, 2007, 2015, 2016, 2031, 2034, 2035, 2043, 2048, 2050, 2061.

Caixa. 23, Documento 2089.

Caixa. 24, Documentos 2199, 2200.

Caixa. 25, Documento 2246.

Caixa. 26, Documentos 2384, 2398, 2414.

Caixa. 27, Documentos 2422, 2426, 2434.

Caixa. 28, Documento 2527, 2536, 2543.

Caixa. 29, Documentos 2611, 2647.

Caixa. 30, Documento 2697.

Caixa. 32, Documentos 2927, 2936, 2937, 2986.

Caixa. 33, Documentos 2999, 3016, 3058.

Caixa. 35, Documento 3220

Caixa. 37, Documento 3339.

Caixa. 38, Documento 3449.

Caixa. 39, Documento 3559.

Caixa. 40, Documentos 3571, 3672.

Caixa. 41, Documento 3713.

Caixa. 42, Documento 3750.

Caixa. 43, Documento 3894.

Caixa. 50, Documento 4449.  
 Caixa. 55, Documento 4751.  
 Caixa. 57, Documento 4939.  
 Caixa. 59, Documento 5039.  
 Caixa. 68, Documento 5782.  
 Caixa. 75, Documento 6240.  
 Caixa. 82, Documento 6878.  
 Caixa. 93, Documento 7376.  
 Caixa. 121, Documentos 9231, 9238.  
 Caixa. 128, Documento 9724.

Consultas Mistas:

Código 17. Cod. Rolo 97, fl. 197-197v.

Serviço das Partes:

Documento 652.

- *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano*

“2º livro de vereações da câmara de Alagoas do sul, 1668-1681 (cópia)”. 00007-Cx.01-Pac-02-a-Diversos. Termo 10, 37, 41, 63, 65, 88, 92.

- *Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*

Coleção monumental hyginia (Projeto de preservação e acesso da coleção José Hygino. IAHGPe/Projeto ultramar da UFPE):

“Dagelijkse Notulen”. Vol. VII. 4 de jan-29 de jun, 1641

“Dagelijkse Notulen”. Vol. X. 1 de jan-4 de jun, 1644

- *Arquivo Nacional Torre do Tombo.*

Habilitações da Ordem de Cristo:

Cristovão Lins. Maço 1. Doc. 5. Fl. 1-18.

Chancelaria Régia/Ofícios e Mercês:

Afonso VI. Livro 34. [digital] fl. 120-121; Livro 41. Formato digital. Fl. 239; Livro 46. Fl. 364-364v; Livro 51. Fl. 346v; Livro 52. Microfilme 451-A, fl. 304-304v.

Dom Pedro II. Livro 22. Fl. 170v-171; Livro 24. Fl. 372v-373; Livro 28. Fl. 108v-109v; Livro 41. Fl. 63; Livro 43. Fl. 259-260; Livro 54. Fl. 9-9v; Livro 59. Fl. 346-346v; Livro 62. Fl. 118-119.

D. João V. Livro 31. Microfilme 7039 fl. 189; Livro 44. Fl. 290

Registro Geral de Mercês:

Afonso VI. Livro 8. Fl. 182-183, 185v.

### **Fontes Impressas**

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712 – 1728. Vol. 6. *On-line*, Disponível em [http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete\\_Codigo=33316&Setor\\_Codig o=11](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/imagemVerbete.asp?Verbete_Codigo=33316&Setor_Codig o=11) (Acesso em 13/05/2014, 18:14).

“CARTA de Sua Alteza sobre a liberdade, cativo e castigo dos negros dos Palmares da capitania de Pernambuco” *In: Documentos Históricas*. Vol. LXVIII, 1945.

“CARTA do Governador João da Cunha Sott-Maior de 11 de março de 1687, em que dá notícia de ter mandado convidar os paulistas para fazerem a guerra aos negros dos Palmares” *In: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares*. (Subsídios para sua história). 1º Volume – Domingos Jorge Velho e a “Tróia negra” (1687-1700). São Paulo/Recife/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia editora nacional, 1938.

“CARTA que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha Sottomaio sobre a guerra do gentio bárbaro do Rio Grande” *In: Documentos Históricas*. Vol. X. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929.

“CONDIÇÕES ajustadas com o governador dos paulistas Domingos Jorge Velho para conquistar e destruir os negros de Palmares” *In: GOMES, Flávio*. (Org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

“CORRESPONDÊNCIA de Diogo Botelho, 1602-1608” *In: RIHGB*. Tomo LXXIII, Parte primeira, 1910.

“Descrição com notícias importantes do interior de Pernambuco” *In: FREITAS, Décio. República dos Palmares*. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004.

“DIÁRIO da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645” *In: RIAGP*. Vol. 10, 1902.

*Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954.

“Documentos pela maior parte em português sobre vários assumptos”. *In: Revista do IAGPE*. Nº 33, 1887.

FONSECA, Pedro Paulino da. “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678” *In: RTIHGEB*. Tomo XXXIX, Parte primeira, 1876.

FONSECA, Antonio José V. B. da. “Nobiliarchia Pernambucana”. Vol. I. *In: Annaes Da Bibliotheca Nacional Do Rio de Janeiro*. Volume XLVII (1925). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935.

MOURA, José Alexandrino D. de. “Esboço histórico, geográfico e administrativo da Província das Alagoas” *In: Relatório com que o exm. Snr. Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas presidente da província das Alagoas entregou a administração da mesma província no dia 24 de abril de 1860, ao primeiro vice-presidente Dr. Roberto Calheiros de Mello*. Maceió: Typ.

Commercial de A. J. da Costa, 1860. *On-line*, Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=ArAsAAAAYAAJ&pg=RA1PA38&lpg=RA1PA38&dq=jos%C3%A9+alexandrino+dias+de+moura+esbo%C3%A7o+hist%C3%B3rico&source=bl&ots=ntmX1oDYny&sig=FLN71RM1LGg\\_JJU\\_llQwg1yCQb8&hl=ptBR&sa=X&ei=54p1UcnMC8eY0QHY4IGIAQ&sqi=2&ved=0CDEQ6AEwAQ#v=onepage&q=jos%C3%A9%20alexandrino%20dias%20de%20moura%20esbo%C3%A7o%20hist%C3%B3rico&f=false](http://books.google.com.br/books?id=ArAsAAAAYAAJ&pg=RA1PA38&lpg=RA1PA38&dq=jos%C3%A9+alexandrino+dias+de+moura+esbo%C3%A7o+hist%C3%B3rico&source=bl&ots=ntmX1oDYny&sig=FLN71RM1LGg_JJU_llQwg1yCQb8&hl=ptBR&sa=X&ei=54p1UcnMC8eY0QHY4IGIAQ&sqi=2&ved=0CDEQ6AEwAQ#v=onepage&q=jos%C3%A9%20alexandrino%20dias%20de%20moura%20esbo%C3%A7o%20hist%C3%B3rico&f=false) (Acesso em 22/04/2013, 16:54).

\_\_\_\_\_. “Apontamentos sobre diversos assumtos geographico-administrativo da Província das Alagoas” *In: Relatório lido perante a assembleia legislativa da Província das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo presidente da mesma O exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior*. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1860. *On-line*, Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/37/> (Acesso em 22/04/2013, 17:45).

“O financiamento das guerras contra Palmares” *In: FREITAS, Décio. República dos Palmares*. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004.

“O preço das lutas contra palmares” *In: FREITAS, Décio. República dos Palmares*. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004.

“Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678” *In: RTIHGEB*. Tomo XXII, 1859.

### **Periódicos e Anais**

ALMEIDA, Luiz Sávio de. “300 anos de Zumbi. Reflexão: As metamorfoses de Zumbi”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº. 25, 1997.

ALTAVILA, Jayme de. “A redenção dos Palmares”. *RIAGA*. Vol. XI, Ano 54, 1926.

ANDERSON, Robert Nelson. “The Quilombo of Palmares: A New Overview of a Maroon State in Seventeenth-Century Brazil”. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 28, No. 3, Brazil: History and Society (Oct., 1996). *On-line*, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/157694> (Acesso em 24/09/2013, 15:46).

ARAÚJO, Zezito de. “Zumbi dos Palmares”. *Tempo e Presença*. V. 17, nº 283, set/out, 1995.

BEHRING, Mario. “A morte do Zumbi”. *RIAGA*. Vol. XIV, Ano 57, 1930.

BRANDÃO, Ulysses. “Os negros. Os quilombos. República dos Palmares (1630-1697)”. *RIAHGP*. Vol. XXVI, Nº 123-126, 1924.

CABRAL, João Francisco D. “Narração de alguns sucessos relativos a Guerra dos Palmares de 1668 a 1680”. *RIAGA*. Vol. I, Nº 7, 1875.

CAETANO, Antonio Filipe P. “Existe uma “Alagoas Colonial”? Notas preliminares sobre os conceitos de uma conquista Ultramarina”. *Crítica Histórica: Revista de História da UFAL*. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica. Número I, Ano I, Julho/2010. Maceió,

CPDHis, 2010. *On-line*, Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/> (Acesso em 15/10/2014, 16:32).

\_\_\_\_\_. “Poder, Administração e construções de identidades coloniais em Alagoas (Séculos XVII-XVIII)”. *Revista Ultramares*. Nº 2, Vol. I, Ago-Dez/2012.

CAROATÁ, José P. J. da S. “Crônica do Penedo”. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano*. Vol. I, Nº 1, 1872.

CAROATÁ, José P. J. da S. “Crônica do Penedo”. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano*. Vol. I, Nº 3, 1874.

CURVELO, Arthur A. S. de C. “A Finta dos Palmares: Negociações e atritos entre os governadores de Pernambuco e a câmara de Lagoa do Sul (1668-1680)” *In: Anais do IV Encontro de História: História, racismo e religiosidades negras/I Encontro Nacional do Laboratório de História Afro-brasileira*. Maceió, 23 a 26 de outubro de 2012 [Recurso eletrônico], Ufal, ICHCA, Curso de História. Maceió: Ufal, 2012.

DUARTE, Francisco P. “Apontamentos para a história pátria”. *RIAGA*. Vol. I, Nº 2, 1873.

DUARTE, João Francisco. “Os Palmares. História pátria”. *RIAGA*. Vol. III, Nº 2, 1901.

\_\_\_\_\_. “História pátria. Bernardo Vieira de Mello”. *RIAGA*. Vol. IV, Nº 1, 1904.

FRAGOSO, João. “Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio”. *História*. Vol. 31, n. 2, jul/dez, 2012.

GALVÃO, Olympio Eusébio de. A. “Ligeira notícia sobre a villa e comarca de Porto Calvo actualmente”. *RIAGA*. Vol. I, Nº 10, 1877.

\_\_\_\_\_. “Succinta descrição do município de Porto-Calvo”. *RIAGA*. Vol. II, Nº 17, 1883.

KENT, Raymond K. “Palmares: An African state in Brazil”. *The Journal of African History*. Vol. 6, N. 2, 1965. *On-line*, disponível em: <http://www.christinaproenza.org/KentPalmaresAn%20African%20State%20in%20Brazil.pdf> (Acesso em 26/08/2013, 18:55).

LARA, Silvia H. “Marronnage Et Pouvoir Colonial. Palmares, Cucaú et les frontières de la liberté au Pernambouc à la fin du XVIIe siècle”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2007/3 62e année. *On-line*, Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-Annales-2007-3-page-639.htm> (Acesso em 11/09/13, 14:00).

\_\_\_\_\_. “Palmares and Cucaú: Political dimensions of Maroon Community in late Seventeenth-century Brazil”. *American Counterpoint: New Approaches to Slavery and Abolition in Brazil*. Connecticut: Yale University, 2010. *On-line*, disponível em <http://www.yale.edu/glc/brazil/papers/lara-paper.pdf> (Acesso em 15/05/2014, 6:02).

MAGALHÃES, Basilio de. “Bernardo Vieira de Mello”. *RIAHGP*. Vol. XXXI, Nº 147-150, 1931.

MELO, Mário. “A República dos Palmares”. *RIAHGP*. Vol. XXXII, Nº 151-154, 1932.

MOTTA, Roberto. “Palmares e o comunitarismo negro no Brasil”. *Ciência & Trópico*. Vol. 8. Nº 2. Jul/Dez, 1980.

OITICICA, Francisco de Paula L. e. “Memorial biográfico do Commendador José Rodrigues Leite Pitanga (Quarto período 1850-1875)”. *RIAGA*. Vol. VIII, Nº 1, 1916.

OLIVEIRA, Maria L. “A primeira relação do último assalto a Palmares”. *Afro-Ásia*. Nº 33, 2005.

PONTES, Rodrigo de S. da S. “Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á História e Geographia do Brasil?”. *RTHG ou JIHGB*. Tomo 3, Nº 10. Jul, 1841.

PRICE, Richard. “Refiguring Palmares”. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*. Vol. 1, Issue 2, Article 3, 2003.

ROLIM, Alex. “Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: Contribuição a uma arquitetura dos poderes nas Capitânicas de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco (1655-1712)”. *Revista Ultramares*. Nº 2, Vol. I, Ago-Dez/2012.

SANT’ANA, Moacir M. “História de um plágio”. *Revista do CHLA*. Ano II. Nº 3. Maceió, 1986.

\_\_\_\_\_. “Reflexões em torno da historiografia dos Palmares”. *RIHGB*. a. 160, Nº. 402. Jan/Mar, 1999.

TAUNAY, Afonso de E. “Identificação dos Diversos Domingos Jorge Velho”. *RIAHGP*. Vol. XXXII, Nº 151-154, 1932.

TENÓRIO, Douglas A. “Presença de Alagoas”. *RIHGB*. a. 161, Nº 408. Jul/Set, 2000.

THORNTON, John K. “Les États de l’Angola et la formation de Palmares (Brésil)”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2008/4 63e année. *On-line*, Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-Annales-2008-4-page-769.htm> (Acesso em 12/03/2013, 18:10).

### **TCC’s, Dissertações e Teses**

CURVELO, Arthur A. S. de C. *O senado da câmara de Alagoas do Sul: Governança e Poder Local no sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Programa de Pós-graduação-UFPE, 2014.

JESUS, Mirian S. de. *Abrindo Espaços: Os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande*. Dissertação (Mestrado em História). Natal: UFRN, 2007.

LARA, Sílvia H. *Palmares & Cucaú*. O aprendizado da dominação. Tese de Titularidade. Campinas: Unicamp, 2009.

MENDES, Laura P. *O Serviço das Armas nas Guerras Contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2013.

REIS, Andressa M. B. *Zumbi: Historiografia e Imagens*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2004.

ROLIM, Alex. *O Caleidoscópio do Poder: Monarquia pluricontinental e autoridades negociadas na institucionalização da Ouvidoria das Alagoas na capitania de Pernambuco (1699-1712)*. TCC (Bacharelado em História). Maceió: Ufal, 2013.

## **Bibliografia**

ACIOLI, Vera Lúcia C. *Jurisdição e Conflitos: Aspectos da Administração colonial. Pernambuco – Século XVII*. Recife: EDUFPE; Maceió: EDUFAL, 1997.

ALBUQUERQUE, Cassia; LIMA, Fábio A. de; DORIA, Francisco Antonio. *Acciaiolis no Brasil*. Jardim da Casa, Bingen: 2011.

ALBUQUERQUE, Cleonir X. *A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa. A propósito de um sermão do Padre Vieira*. (Monografia nº 4). Recife: UFPE – ICH, 1968.

ALBUQUERQUE, Isabel L. de. *História de Alagoas*. 3ª ed. Maceió: Imprensa Oficial, 2002.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. “Palmares e dois historiadores alagoanos” In: ALMEIDA, Luiz S. de. (Org.). *Mata e Palmares nas Alagoas*. Arapiraca: EDUAL, 2004.

\_\_\_\_\_. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula o Capitão de Todas as Matas*. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008.

ALTAVILA, Jayme. *História da Civilização das Alagoas*. 8ª ed. Maceió: EDUFAL, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. *O Trato dos Viventes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. “História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares” In: GOMES, Flávio. (Org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

AMORIM, Eduardo de. *África*. Essa mãe quase desconhecida. Recife: Edições Horizonte, 1996.

ARAÚJO, Zezito de. (Coord.). *Serra da Barriga: Exposição de motivos para o tombamento*. Maceió: SECOM, 1985.

BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 3 (1631 a 1654). Recife: FIAM, 1982.

\_\_\_\_\_. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 4 (1655 a 1678). Recife: FIAM, 1982.

\_\_\_\_\_. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 5 (1679 a 1697). Recife: FIAM, 1982.

\_\_\_\_\_. *Cronologia Pernambucana*. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Volume 6 (1698 a 1712). Recife: FIAM, 1982.

BARBOSA, Maria do Socorro F; ACIOLI, Vera Lúcia C; ASSIS, Virginia Maria A. *Fontes Repatriadas*. Anotações de História colonial. Referenciais para pesquisa. Índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

BARRETO, Carlos X. P. *Primitivos Colonizadores Nordestinos e Seus Descendentes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Usina das Letras, 2010.

BARROS, Francisco Reinaldo A. de. *ABC das Alagoas*. Dicionários biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *ABC das Alagoas*. Dicionários biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BASTOS, Humberto. *Assucar & Algodão*. Ensaio histórico-econômico. 2ª ed. Maceió: EDUFAL/CESMAC, 2010.

BRANDÃO, Alfredo. *Viçosa de Alagoas*. O município e a cidade (Notas históricas, geográficas e archeológicas). 2ª ed. Edição fac-similar. São Paulo: Plátano comunicação, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os Negros na História de Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Comissão estadual do Centenário da Abolição, 1988.

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. 2ª ed. Edição fac-similar. Maceió: SERGASA, 1981.

\_\_\_\_\_. *Vade-Mecum do Turista em Alagoas*. 2ª ed. Edição fac-similar. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta Pelo Brasil e Angola (1602-1682)*. São Paulo: CIA. Editora Nacional, 1973.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAETANO, Antonio Filipe P. “Nos confins, nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional Alagoana. (Séculos XVI-XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Alagoas e o Império Colonial Português*. Ensaios sobre poder e administração (Séculos XVII-XVIII). Maceió: CEPAL, 2010.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol. III. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1963.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CARVALHO, Cícero Péricles. *Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982.

CAVALCANTE, Vandete P. *Atalaia*. Último reduto dos Palmarinos. Atalaia, 1980.

COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. (Resumo didático). 2ª ed. Maceió: Sergasa, 1983.

CUNHA, Pedro Octávio C. da. “Política e administração de 1640 a 1763” In: HOLANDA, Sérgio B de. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial. Administração, economia e sociedade. T. I, Vol. II. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DIEGUES JR, Manoel Balthazar P. “Notícia histórica de Alagôas” In: MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. 2ª ed. Edição fac-similar. Maceió: Grupo João Lyra, 2000.

DIEGUES JR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas*. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 1980.

\_\_\_\_\_. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares*. (Subsídios para sua história). 1º Volume – Domingos Jorge Velho e a “Tróia negra” (1687-1700). São Paulo/Recife/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia editora nacional, 1938.

ESPINDOLA, Thomaz do. B. *Geographia Alagoana ou Descrição Phisica, Política e Histórica da Província das Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Thytopographia do Liberal, 1871. (On-line)

FILHO, Ivan A. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial o Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. “Introdução. Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime nos trópicos: séculos XVI – XVIII”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos J. (Orgs.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FRANÇA, Jean Marcel C.; FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Três Vezes Zumbi*. A construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FREITAS, Décio. *Palmares*. A guerra dos escravos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FREITAS, Mário M. de. *Reino Negro de Palmares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.

GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Liberdade Por Um Fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio. *Palmares*. Escravidão e liberdade no Atlântico sul. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *De Olho em Zumbi dos Palmares*. Histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Jurandir. *Quadros da História de Alagoas*. Breves ensaios sobre a história pátria. Maceió: Casa Ramalho editora, 1956.

HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites” In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar*. Idéias e práticas políticas no império português (Séculos XVI a XIX). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

\_\_\_\_\_. “Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos”. In: SOUSA, Laura de M. e; FURTADO, Junia F.; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

\_\_\_\_\_. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. (Coleção Olhares). São Paulo: Annablume, 2010.

KRAUSE, Thiago N. *Em Busca da Honra*. A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). São Paulo: Annablume, 2012.

LARA, Silvia H. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” In: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Liberdade Por Um Fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. “Palmares, Cucaú e as perspectivas da liberdade” In: LIBBY, Douglas C; FURTADO, Júnia F. (Orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa” In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar*. Idéias e práticas políticas no império português (Séculos XVI a XIX). 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007.

\_\_\_\_\_. “Com fé, lei e rei: um sobado africano em Pernambuco no século XVII” In: GOMES, Flávio. (Org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

LEMOS, João R. *Coruripe*. Sua história, sua gente, suas instituições. Maceió, 1999.

LIMA, Ivan F. *Ocupação Espacial do Estado de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1992.

LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Edições Catavento, 2000.

\_\_\_\_\_. “Uma cultura em questão: a alagoana” In: LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da Província*. Estudos da cultura alagoana. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Poder Quilombola*. A comunidade mocambeira e a organização social quilombola. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Razão Quilombola*. Estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Organizado por Bruno César Cavalcanti. Maceió: EDUFAL, 2011.

LIMA, Ivan F. *Ocupação Espacial do Estado de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1992.

LINS, Audemário. *Zumbi*. O rebelde herói negro. Maceió: Edições Catavento, 2001.

LUNA, Luiz. *O Negro na Luta Contra a Escravidão*. Rio de Janeiro: Editora leitura, 1968.

MAESTRI, Mário. “Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares” In: PÉRET, Benjamin. *O Quilombo dos Palmares*. Organização e estudos complementares Robert Ponge e Mário Maestri. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

MARQUES, Dimas B. “Elites administrativas e a dinâmica da distribuição de cargos na Comarca das Alagoas (Séculos XVII-XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Alagoas e o Império Colonial Português*. Ensaios sobre poder e administração (Séculos XVII-XVIII). Maceió: CEPAL, 2010.

MARQUES, Dimas B. “Por meus méritos às minhas mercês: Elites locais e a distribuição de cargos (Comarca das Alagoas – Séclo XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Alagoas Colonial*. Construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações. (Séculos XVII-XVIII). Recife: EDUFPE, 2012.

MARQUES, Dimas B. “Cargos, Prestígios e Heranças: A Hereditariedade de Ofícios e seu Papel na manutenção do Poder Político das Elites Locais (Capitania de Pernambuco 1689-1761)” (No prelo)

MARTINS, Joaquim Pedro de O. *O Brazil e as Colonias Portuguezas*. 5ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1920.

MATTOSO, Kátia de Q. *Ser Escravo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MÉLO, Venúzia de B. *Barros Pimentel: A história de uma família*. Maceió: Sergasa/SEC, 1984.

MELLO, Evaldo C. *Olinda Restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2007.

\_\_\_\_\_. *Rubro Veio*. O imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MENDES, Laura P. *Guerras Contra Palmares: Um estudo das expedições realizadas entre 1654 e 1695*. Monografia n. 19. Campinas: IFCH Unicamp, 2011.

MÉRO, Ernani. *Penedo: Templos, Ordens e Confrarias*. Maceió: SERGASA, 1991.

MERO, Ernani. *Perfil de Penedo*. Maceió: Sergasa, 1994.

RAMINELLI, Ronald. “Fradaria dos Henriques. Conflitos e mobilidade social de pretos no Recife c. 1654-1744” In: MONTEIRO, Rodrigo B; CALAINHO, Daniela B; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge. (Orgs.). *Raízes do Privilégio*. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MORAES, Tancredo. *Resumo Histórico, Antropogeográfico do Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954.

MOURA, Clóvis. “A República de Palmares” In: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

MOTT, Luiz. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato” In: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Liberdade Por Um Fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NASCIMENTO, Rômulo. “Palmares em fontes holandesas: sobre os *boschnegers* entre a guerrilha e a ordem” In: GOMES, Flávio. (Org.). *Mocambos de Palmares*. Histórias e fontes (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

OITICICA, Jarbas. *Engenho Riachão*. (1700-2000). Maceió, 2001. S/ed.

OLIVEIRA, Waldir F. “Economia de Palmares” In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

PEDROSA, Lanuza Maria C. “Entre prestígios e conflitos: formação e estrutura da Ouvidoria alagoana por intermédio de seus ouvidores-gerais (séculos XVII-XVIII)” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Alagoas e o Império Colonial Português*. Ensaios sobre poder e administração (Séculos XVII-XVIII). Maceió: CEPAL, 2010.

PÉRET, Benjamin. “Que foi o Quilombo de Palmares” In: PÉRET, Benjamin. *O Quilombo dos Palmares*. Organização e estudos complementares Robert Ponge e Mário Maestri. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

PINTO, Geosélia da S. *História de Alagoas*. Maceió, 1979.

PITA, Sebastião da R. *História da América Portuguesa*. Brasília: Senado Federal, 2011.

POLÔNIA, Amélia; BARROS, Amândio. “Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema atlântico. (séculos XVI-XVIII)” In: SILVA, Gian Carlo de M; ALMEIDA, Suely C. C. de; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUZA, George F. C. de. (Orgs.). *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

PORTO, Costa. *O Sistema Sesmarial no Brasil*. Brasília: Ed. da UNB, 1979.

PRICE, Richard. “Palmares como poderia ter sido” In: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Liberdade Por Um Fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMOS, Arthur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1956.

RAMOS, Durvitaliano. “A posse útil da terra entre os Quilombolas” In: NASCIMENTO, Abdias do. (Org.). *O Negro Revoltado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RAFAEL, Cícero. *História de Anadia*. Maceió: SECULT, 1994.

RODRIGUES, Raymundo N. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

SALGADO, Graça. (Coord.). *Fiscais e Meirinhos*. A administração no Brasil colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANT’ANA, Moacir M. de. *Mitos da Escravidão*. Maceió: Secretária de comunicação social, 1989.

SANTOS, Joel R. dos. *Zumbi*. 8ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Bruno Rafael V. de M. e. “Armas afiadas, pena precisa: O discurso bandeirante e as mercês reais sob as cinzas dos Palmares” In: CAETANO, Antonio Filipe P. (Org.). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. Vol. 1. Maceió: EDUFAL, 2011.

SILVA, Ligia O. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & e a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de cultura cidade do Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SIMÕES, Leonardo (Coord.). *Enciclopédia Municípios de Alagoas*. 3ª ed. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2012.

SOUZA, George F. C. de. “A gente da governança do Recife colonial: perfil de uma elite local na América Portuguesa (1710-1822)” In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos J. (Orgs.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

SURUAGY, Divaldo. *Raízes de Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2000.

TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo Oitavo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Museu Paulista, 1946.

TENÓRIO JR, Diógenes. *Murici*. Maceió: SERGASA, 1992.

TENÓRIO, Douglas A. *Capítulos da História do Brasil*. Maceió: IGASA, 1976.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Opúsculo da Descrição Geographica Topographica, Phizica, Política, e Histórica, do que Unicamente Respeita à Provincia das Alagôas no Império Do Brazil*. Por hum Brasileiro. Maceió: EDUFAL/CESMAC, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Presença Holandesa*. A história da Guerra do açúcar vista por Alagoas. Maceió: SEBRAE, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. “Deus contra Palmares: Representações senhoriais e idéias jesuíticas” In: GOMES, Flávio Dos S.; REIS, João Jose. (Orgs.). *Liberdade Por Um Fio*. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VALENTE, Aminadab. *Atalaia*. Sua história. Maceió: Casa Ramalho editora, 1957.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo terceiro. 4ª ed. São Paulo: Edições melhoramentos, 1951.

VERÇOSA, Elcio de. G. *Cultura e Educação nas Alagoas*. História e Histórias. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

VIÇOSA, Sociedade dos Amigos de. *Álbum do Centenário de Viçosa*. 13 de outubro de 1831, 13 de outubro de 1931. 2ª ed. Brasília: Plátano, 2008.

## ANEXO I

Mercês de Palmares – 1660-1778<sup>418</sup>.

Indivíduo	Ano da Campanha	Serviços	Mercês	Ano da Mercê
Domingos de Sá e Silva (Mulato)	1654	Contra os holandeses e Palmares	Escrivão da vara; meirinho da correição e ouvidoria.	1684
Balthazar Pires Ferreira	1654	Contra os holandeses e Palmares.	Sargento; gentil homem de artilharia.	1684, 1686
João Carneiro	1654	Contra os holandeses e Palmares.	Capitão de infantaria.	1688
Belchior Álvares Camelo	1654	Contra os holandeses e Palmares.	Sesmaria, Sargento mor das ordenanças.	1678, 1686
Francisco Álvares Camelo	1654, 1674, 1676, 1678	Contra os holandeses e Palmares.	Sesmaria; Juiz e escrivão dos órfãos; tabelião; escrivão da câmara.	1667
Simão da Costa	1656	Contra os holandeses em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande; Palmares.	Companhia de infantaria; capitão de infantaria de presídio.	1694, 1695

<sup>418</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 1. Documentos 24, 37 e 90; Pernambuco Avulsos. Cx 8. Documento 731; Cx 9. Documentos 823, 835, 870 e 899; Cx 11. Documento 1049; Cx 12. Documento 1150, 1151, 1204, 1208; Cx 13. Documentos 1255, 1261, 1272, 1273, 1275, 1276, 1284, 1297, 1324, 1330; Cx 14. Documentos 1355, 1356, 1360, 1405, 1433, 1441; Cx 15. Documentos 1559, 1475, 1481, 1483, 1518, 1540, 1555; Cx 16. Documentos 1576, 1593, 1597, 1601, 1626, 1631, 1632, 1635, 1658, 1700; Cx 17. Documentos 1641, 1670, 1673, 1676, 1691, 1696, 1698, 1715, 1717, 1737, 1740, 1741; Cx 18. Documentos 1768, 1796, 1878; Cx 19. Documento 1863, 1871, 1879; Cx 20. Documentos 1921, 1923, 1924, 1926, 1928; Cx 21. Documentos 1961, 1974, 1991, 1992, 1993, 1998; Cx 22. Documentos 2007, 2015, 2016, 2031, 2035, 2043, 2048, 2061; Cx 24. Documentos 2199, 2200; Cx 25. Documento 2246; Cx 26. Documentos 2384, 2414; Cx 27. Documentos 2422, 2426, 2434; Cx 28. Documentos 2527, 2543; Cx 30. Documento 2697; Cx 32. Documento 2927, 2986; Cx 33. Documentos 2999, 3016, 3058; Cx 35. Documento 3220; Cx 37. Documento 3339; Cx 39. Documento 3559; Cx 40. Documento 3672; Cx 41. Documento 3713; Cx 57. Documento 4939; Cx 68. Documento 5782; Cx 82. Documento 6878; Cx 93. Documento 7376; ANTT. Registro Geral de Mercês. Mercês de D. Afonso VI. Livro 8., fls. 182-183, 185v; Livro 41. Formato digital. Fl. 239; Habilitação da Ordem de Cristo. Cristovão. Maço 1. Doc. 5. Fl. 1-18; Chancelaria Régia. Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 34. [digital] fl. 120-121, Livro 46. Fl. 364-364v, Livro 51. fl. 346v, Livro 52. Microfilme 451-A, fl. 304-304v; Dom Pedro II. Livro 22. Fl. 170v-171, Livro 24. Fl. 372v-373, Livro 41. Fl. 63, Livro 43. Fl. 259-260, Livro 54. Fl. 9-9v, Livro 59. Fl. 346-346v, Livro 62. Fl. 118-119; D. João V. Livro 31. Microfilme 7039 fl. 189, Livro 44. Fl. 290; *Documentação histórica pernambucana*. Sesmarias. Volume I. Recife: Secretária de Educação e cultura/Biblioteca Pública, 1954, pp. 13-14, 20-21, 63-64, 105-106, 116-118, 187, 219-220, 231-232, 261-263, 277-278, 288-289, 290-292, 292-293, 295-296, 304-305, 320; *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano*. 2º livro de vereações da câmara de Alagoas do sul, 1668-1681 (cópia)”. 00007-Cx.01-Pac-02-a-Diversos. Termo 10, 37, 41, 63, 65, 88, 92.

João Gomes de Melo	-	Palmares	Capitão de Companhia de Infantaria de Ordenança, sesmaria	1671, 1700
João de Freitas da Cunha	1661, 1679	Contra os holandeses e Palmares.	Ajudante de tenente de Mestre de campo; mestre de campo.	1689, 1703
Manoel de Azevedo da Silva	-	Rio de Janeiro, Bahia, Alentejo, contra os holandeses, Tapuias e Palmares.	Sargento mor.	1689
Gaspar de Araújo	-	Palmares	Capitão de Companhia de Infantaria de Ordenança	1668
Domingos Leitão	-	Contra os Tapuias, Palmares.	Escrivão e contador da Alfandega; tabelião; duas patentes de capitão de companhia de infantaria.	1666, 1667, 1668
Francisco Barbosa de Caldas	-	Contra os holandeses, Palmares.	Companhia de infantaria.	1669
Baltazar Gonçalves Pereira	-	Palmares	Capitão de Companhia de Infantaria de Ordenança	1681
Bento Correia de Figueiredo	-	Alentejo, Badajos, Agola, Palmares, contra gentios no Ceará.	Capitão mor	1684
Christovão Lins	1669, 1673	Palmares.	Sargento mor; Hábito de Cristo; alcaide mor.	1695, 1696
João da Mota	1670-1683	Palmares e Açú.	Capitão de infantaria; capitão e cabo de presídio; sargento mor e mestre de campo.	1683, 1695, 1696, 1698, 1712, 1723
Francisco Gonçalves Pereira	1672	Palmares	Capitão da Gente de Ordenança	1672
André Dias	-	Palmares	Capitão mor do campo	1680
Domingos	-	Contra os holandeses e	Sargento mor da	1684

Gonçalves Freire		Palmares.	ordenança.	
Antônio Borges	-	Contra os holandeses e Palmares.	Ajudante do número.	1684
João da Fonseca	1672	Contra os holandeses e Palmares.	Capitão mor	1672
Miguel Rodrigues Sepulveda.	1672	Contra os holandeses na Bahia, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, e Palmares.	Capitão de fortaleza; capitão mor.	1685, 1686
Carlos da Cunha	1672, 1674, 1679, 1684	Palmares.	Capitão mor	1694
Pedro Lellou	1673	Alentejo, Valença de Alcantara, Montes Claros, Palmares, Paraíba.	Capitão mor, sargento mor.	1694, 1703
Jorge Lopes Alonso	1674	Contra os holandeses e Palmares.	Mestre de campo.	1697
Antônio Ferreira de Lemos	1675	Contra os holandeses e Palmares, Ceará e Rio Grande.	Ajudante de infantaria.	1688
Amaro Lopes Cerqueira	1675, 1676, 1678, 1679, 1680	Palmares.	Procurador do senado; capitão de infantaria da ordenança.	1687, 1688
Manuel Lopes	1675, 1677, 1679, 1681, 1682, 1683	Contra os holandeses, Palmares.	Tabelião; mestre de campo.	1676, 1689
Fernão Carrilho	1676, 1677, 1678, 1683, 1686	Contra mocambos em Sergipe, Palmares.	Sesmarias; companhia de infantaria; governador do Maranhão.	1676, 1678, 1681, 1699
Antônio Pinto Pereira	1677, 1678, 1680, 1694	Contra os holandeses e Palmares.	Duas patentes de capitão de infantaria; cabo de fortaleza; hábito de Cristo.	1683, 1687, 1696, 1701
Manoel Bernardes Cardoso	1678, 1779, 1680	Palmares.	Capitão de infantaria; companhia de infantaria.	1693, 1694
Constantino de Abreu	1679	Contra os holandeses e	Companhia de infantaria.	1699

		Palmares, Rio Grande contra gentios.		
Pedro de Souza e Castro	1679	Palmares.	Capitão de companhia de infantaria.	1681
Manoel Cordeiro da Silva	1679	Palmares.	Capitão de guarnição de infantaria	1688
Manoel da Rocha Lima	1679	Palmares e Açú.	Capitão de fortaleza.	1704
Manoel Marques	-	Rio de Janeiro, Palmares, Rio Grande, Paraíba, Minas de salitre.	Companhia de infantaria; hábito de Cristo; Mil réis; sesmaria; sargento.	1705, 1730, 1731, 1732
Manoel da Fonseca Rego	1679, 1680	Rio Grande, Palmares.	Hábito de Avis ou Santiago com 12 mil réis; Hábito de Cristo.	1689
Antônio Simões Delgado	1680	Bahia, São Vicente, Palmares.	Soldado do reino; Sargento mor.	1687
Jorge Luiz Soares (Negro)	1681	Palmares.	40 mil réis; sargento mor; mestre de campo.	1684
Gonçalo Ferreira da Costa (Comerciante)	1681, 1686	Palmares.	Capitão de cavalos.	1687
Domingos Rodrigues Carneiro (Negro)	1681, 1686	Palmares.	Capitão; sargento mor; mestre de campo.	1684, 1688, 1693
João Pereira do Lago	1682	Palmares, Angola, Rio de Janeiro.	Sargento mor	1688
Domingos Marques	-	Palmares e Colônia do Sacramento.	Companhia de infantaria.	1690
Francisco do Rego Barros	-	Palmares.	Capitão de infantaria; Provedor da fazenda.	1683, 1684
Francisco de Sá da Silva	-	Rio de Janeiro, Palmares, Açú.	Serventia em officio do pai.	1691
Jeronimo de Albuquerque de Melo	-	Palmares.	Capitão de infantaria; sargento mor; juiz dos órfãos; escrivão da câmara.	1681, 1694, 1696
Belchior Pinto	1682, 1684	Palmares.	Capitão de Presídio.	1698

Carlos Ferreira	1683, 1694	Rio Grande, Palmares.	Companhia de infantaria.	1697
Manoel Viegas de Brito	1685	Contra os holandeses e Palmares.	Capitão de infantaria.	1695
Francisco Gil Ribeiro	1686	Palmares, Açú, Ceará, Maranhão.	Capitão de infantaria, capitão mor, ajudante de tenente.	1698, 1699, 1705
Antônio Pessoa Arco-verde (índio)	-	Tapuias e Palmares	40 mil réis.	1691
Manoel Barbalho de Lira (Negro)	-	Palmares.	Sargento mor, mestre de campo.	1694, 1726
Miguel Ferreira Rabelo	-	Palmares.	Capitão e sargento mor, hábito de Cristo.	1705, 1714, 1718
Manoel Gomes da Silva	-	Tapuias e Palmares.	Hábito de Cristo.	1695
Luiz da Silveira Pimentel (Paulista)	-	Açú e Palmares.	Companhia de infantaria; sesmaria.	1698, 1710
Bartolomeu Simões da Fonseca.	1693	Palmares.	Capitão de infantaria.	1693
Bernardo Vieira de Melo	1694, 1706	Palmares e Açú.	Capitão mor; sargento mor.	1708
André Furtado de Mendonça (Paulista)	1694, 1695	Palmares.	50 mil réis, sesmaria.	1697, 1717
Feliciano Berenguer de Andrade	-	Palmares	Comissário geral da cavalaria	1723
Diogo de Albuquerque de Melo	-	Palmares	Capitão mor	1726
João Dantas Aranha	1684, 1694	Bahia, Palmares e Açú	Comissário geral da cavalaria, sesmaria, hábito da ordem de Cristo com 30 mil réis de tença,	1710, 1713, 1734
Francisco Tavares	1667	Holandeses e Palmares	Companhia de infantaria	1682
Plácido de Azevedo Falcão	1695	Açú e Palmares	Companhia de infantaria	1703
Diogo Rodrigues da Costa	1675, 1683, 1685, 1692, 1694	Palmares	Companhia de infantaria de ordenança	1688, 1683

Miguel Correa Gomes	-	Palmares	Hábito de Cristo com 20 mil réis de Tença, escrivão dos feitos da fazenda	1701
Christovão de Mendonça Arraes (Paulista)	1692, 1693, 1694	Bahia, Açú e Palmares	Sargento mor, mestre de campo, sesmaria	1695, 1704, 1710
Antônio de Guachos Sarmento	1674	Ceará, Palmares	Companhia de infantaria	1703
Francisco de Souza Cabral	-	Rio de Janeiro, Colônia do Sacramento, Palmares, Angola, Pará	Capitão de leva e de infantaria	1689, 1699
Simão Cordeiro	1683, 1684, 1686	Rio Grande e Palmares	Companhia de infantaria	1703
Manuel Carvalho	-	Palmares	Companhia de infantaria	1703
Manuel Pinto	1695	Rio de Janeiro, Lisboa, Saboya, Angola, Bahia, Palmares	Ajudante de tenente, sargento mor	1698, 1704
Euzébio de Oliveira Monteiro	1684	Palmares	Capitão de companhia de infantaria	1705
Manoel Dias Pinheiro	1694	Açú, Palmares	capitão e cabo de fortaleza	1705
Francisco Madeira	1684	Ceará, Palmares	Cabo de fortaleza	1705
Antônio Lopes	1675	Palmares	Alferes de infantaria e de fortaleza	1704
Cristóvão Paes Barreto de Melo	-	Palmares	Sargento mor, capitão mor	1699, 1704
Marcelino Leitão de Oliveira e Albuquerque	1686	Palmares, Bahia, Rio Grande, Paraíba e Ceará	Alferes, ajudante, capitão aventureiro, alferes de infantaria paga, ajudante supra e do número, capitão de infantaria de fortaleza	1686, 1689, 1698, 1699, 1700, 1707
Martim Calado Bittencourt	1668	Palmares	Sargento mor	1718
Leonel de Abreu e Lima	1694	Palmares	Administrador das minas, capitão mor	1698, 1730
Cristóvão Vieira de	1685	Palmares	Sargento mor	1696

Melo				
Domingos Rodrigues da Silva (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1723
Miguel de Godoi de Vasconcelos (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1722
D. João de Souza Marinho	1683, 1684	Palmares	Ajudante supra	1711
Manoel de Melo Bezerra	1694	Açu, Palmares	Sargento mor	1710
Cristóvão Coelho Cardoso	1694	Palmares	Tenente de cavalos, capitão de infantaria da ordenança, juiz dos órfãos e escrivão da câmara	1694, 1700, 1714
Agostinho Moreira Guterres	1694	Palmares	Capitão de infantaria paga, sesmaria	1715, 1724
João Alvares Vieira	1670	Palmares	Hábito de Cristo	1715
Luiz da Silveira Cardoso	1684, 1686, 1689	Palmares	Ajudante supra, capitão	1729, 1730
Manoel Alvares Ribeiro	1686	Palmares e Açu	Ajudante de infantaria	1709
Jacinto de Freitas Acioli de Moura	-	Palmares	Capitão mor, juiz dos órfãos	1722, 1726
Domingos Simões Jordão	1694	Palmares, Angola, Ceará	Capitão e tenente de fortaleza, sargento e coronel de ordenança	1699, 1726
Luís Mendes da Silva (Paulista)	1739	Palmares	Sesmaria, Capitão de companhia	1724, 1746
João Lopes Neto	-	Palmares	Capitão de terço	1749
Simão Alves de Vasconcelos (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1698
João Gonçalves Furtado (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1703
Christovão da Rocha Barbosa	1683, 1694	Palmares	Capitão mor	1709
Miguel Correa Dantas	1694	Palmares	Capitão mor	1716

Antônio de Amorim Souto	-	Palmares	Capitão de infantaria de ordenança	1684
Diogo de Souza Vieira	-	Palmares	Sargento mor	1684
Leão Ribeiro Carvalho	-	Palmares	Capitão mor	1676
Zenóbio Acioli de Vasconcelos	1667	Holandeses e Palmares	Mestre de campo	1681
Sebastião Dias Manelli	1694	Palmares	Capitão mor	1696
Matheus Serqueira	-	Palmares	Capitão de companhia de cavalos	1698
Manoel Rodrigues Calheiros	-	Palmares	Sesmaria	1700
João Garro Lins	1694	Palmares	Capitão da Companhia de Infantaria da ordenança	1694
José de Barros Pimentel	-	Holandeses, Palmares	Capitão mor	1695
Manoel Justo Santiago	1686, 1694	Palmares	Capitão mor	1692, 1700
Gonçalo Rodrigues da Silva	-	Palmares	Sesmaria	1690
Domingos Fernandes Casado	-	Palmares	Sesmaria	1690
Manoel da Cruz França	-	Palmares	Sesmaria	1690
Lazaro Quaresma de Sá	-	Palmares	Sesmaria	1690
Manuel de Viana Pereira	-	Palmares	Sesmaria	1691
Manuel de Caldas	-	Palmares	Sesmaria	1691
Gonçalo Dias Correia	-	Palmares	Sesmaria	1691
Vicente Dias de Abreu	-	Palmares	Sesmaria	1691
Salvador da Costa França	-	Palmares	Sesmaria	1691
Apolinário	-	Palmares	Sesmaria	1699

Fernandes Padilha				
Gonçalo de Serqueira	-	Palmares	Sesmaria	1699
Feliciano Coelho de Araújo	-	Palmares	Sesmaria	1702
Acácio Botelho	-	Palmares	Sesmaria	1702
Domingos Jorge Velho (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria, Habito de Cristo	1698, 1710
Alexandre Jorge da Cruz (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Paschoal Leite de Mendonça (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Simão Jorge Velho (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
João de Mattos (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Domingos Luiz do Prado (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Antonio de Souza (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Domingos de Mendonça (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Braz Gonçalves (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Bonifacio Cubas (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
João Paes de Mendonça (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1710
Manoel Braz Pedroso	-	Palmares	Sesmaria	1713
Caetano Dantas Passos	-	Palmares	Sesmaria	1713
Antonio Vieira Rodrigues (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1719
João de Araujo Delgado	-	Palmares	Sesmaria	1723
Domingos João de Carvalho (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724

Simão Vieira Lindo (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
Antonio Vieira do Prado (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
Francisco Vieira (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
José da Cunha (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
Duarte Ramos Furtado (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
Manoel da Fonseca Porto (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
Veríssimo de Brito Borges (Paulista)	1692, 1694	Açu, Palmares	Sesmaria	1724
João Martins Montezello	-	Palmares	Sesmaria	1725
Sargento dos índios e soldados indígenas	-	Palmares	Sesmaria	1727